RGCE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO COMANDO DO EXÉRCITO

EXERCÍCIO

2023

RELATÓRIO DE GESTÃO DO COMANDO DO EXÉRCITO

Projeto gráfico: CCOMSEx - (LFV) 2023

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO 1

CAPÍTULO 2

CAPÍTULO 3

CAPÍTULO 4

ELEMENTOS FINAIS

MENSAGEM DO COMANDANTE DO EXÉRCITO

O Exército Brasileiro, Instituição de Estado permanente e regular, se assenta sobre os pilares da hierarquia e da disciplina, convergindo esforços para o fiel cumprimento das suas atribuições constitucionais.

A Nação brasileira, por sua magnitude, exige um Exército em permanente estado de prontidão e com poder de combate para emprego, sempre que necessário, em defesa da soberania e dos interesses nacionais.

Para isso, a Força Terrestre vem buscando o alinhamento entre seus programas, projetos, ações e objetivos estratégicos, a fim de gerar as capacidades indispensáveis ao cumprimento de suas missões, realizando entregas à altura dos anseios da sociedade.

A execução efetiva do orçamento disponível possibilitou manter a capacidade operativa e a constante transformação da Força, com o foco direcionado para o nosso Portfólio de Programas Estratégicos.

É mister destacar que, no ano de 2023, a Força reafirmou o seu compromisso com o bem-estar da sociedade, com o desenvolvimento do Brasil e com a democracia, contribuindo para a permanência da Instituição entre aquelas de maior credibilidade no País.

Nesse contexto, o Relatório de Gestão do Comando do Exército (RGCE) tem o objetivo de divulgar à sociedade brasileira e às instâncias de controle como e onde foram empregados os recursos orçamentários sob nossa responsabilidade, bem como demonstrar os resultados alcançados.

O presente trabalho foi elaborado em consonância com a Decisão Normativa nº 198, de 23 de março de 2022, do Tribunal de Contas da União, fornecendo uma visão integrada e objetiva, além de manter o alinhamento do Plano Estratégico do Exército (PEEx) aos Planos Setoriais do Ministério da Defesa e ao Plano Plurianual do Governo Federal (2020-2023).

Foto: Acervo do CCOMSEx

Ressalta-se que o arcabouço legal brasileiro, em especial a Constituição Federal de 1988, as Leis Complementares nº 97, de 9 de junho de 1999, nº 117, de 2 de setembro de 2004, e nº 136, de 25 de agosto de 2010, a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, norteia a definição dos Objetivos Estratégicos do Exército (OEE). Dessa forma, o PEEx estabeleceu 15 (quinze) objetivos por meio dos quais a eficácia, a eficiência, a efetividade, a economicidade e a excelência são buscadas de forma perene, possibilitando a prática de um ciclo virtuoso de planejamento e execução.

O RGCE está composto por 4 (quatro) capítulos que demonstram os principais resultados alcançados pelo Exército em 2023, tendo como norteadores os OEE.

O Capítulo 1 está voltado para o ambiente estratégico em que a Força está inserida, com foco na gestão e na governança, além de contemplar uma gama de informações institucionais, tais como: missão, valores, visão de futuro e normas direcionadoras da atuação do Exército. Além disso, aborda a estrutura organizacional, a cadeia de valor agregado, o mapa estratégico, a gestão dos riscos, o controle interno e o PEEx, esse como indutor do processo de transformação da Força.

O Capítulo 2 apresenta os resultados alcançados pelos principais OEE: DISSUASÃO EXTRARREGIONAL (OEE 1), PROJEÇÃO DO EXÉRCITO (OEE 2), DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PAZ SOCIAL (OEE 3), DEFESA CIBERNÉTICA (OEE 4) e PREPARO DA FORÇA TERRESTRE (OEE 5). Nesse sentido, o capítulo ressalta, ainda, as entregas efetuadas pelos Programas Estratégicos do Exército: FORÇAS BLINDADAS, ASTROS, AVIAÇÃO, DEFESA ANTIAÉREA, DEFESA CIBERNÉTICA, SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS E OBTENÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL PLENA.

O Capítulo 3 trata da conformidade e dos resultados da gestão interna, com o objetivo de apresentá-la nas seguintes dimensões: orçamentária e financeira; aquisições e contratações; custos; pessoal; logística militar terrestre; patrimônio e infraestrutura; informação; pesquisa, desenvolvimento e inovação; educação, cultura e desporto; sustentabilidade ambiental; e relacionamento com a sociedade.

Por fim, o Capítulo 4 aborda as informações orçamentárias, financeiras e contábeis que deram suporte às ações do Exército, salientando que a expansão e o aprimoramento do poder de combate da Força Terrestre são os fins que justificam e norteiam todos os atos da administração militar.

Diante disso, o presente RGCE, sob a forma de Relatório Integrado (RI), reflete o pensamento coletivo institucional e a atuação da Força para o progresso da nossa Pátria, cultuando os valores e as tradições militares, mantendo o compromisso com o nosso Brasil e zelando pela obediência à legislação vigente. Assim, asseguro a integridade, a fidedignidade, a precisão e a completude dos dados aqui contidos.

Que as informações prestadas transpareçam à sociedade brasileira o compromisso que o Exército possui com a Nação e contribuam para incutir o pensamento de que a defesa nacional é questão de Estado, indissociável do desenvolvimento do País, visto que um Brasil soberano requer Forças Armadas verdadeiramente capazes de promover a defesa dos interesses da Pátria.

EXÉRCITO BRASILEIRO! BRAÇO FORTE, MÃO AMIGA!

General de Exército **TOMÁS MIGUEL MINÉ RIBEIRO PAIVA**
Comandante do Exército

Foto: Sd Anísio/61º BIS

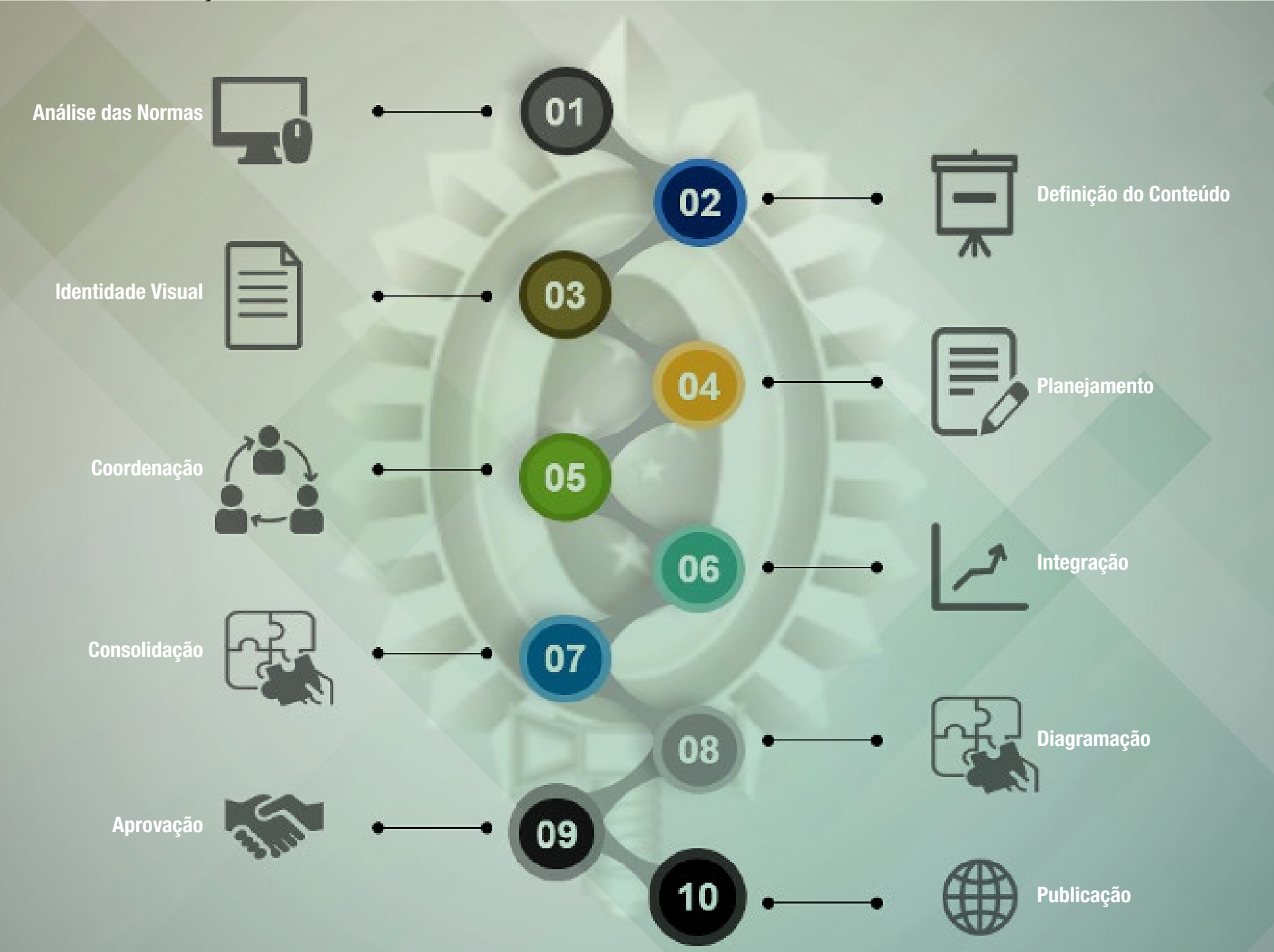
MATERIALIDADE DE INFORMAÇÕES

Quanto à materialidade das informações da prestação de contas integrada, a estrutura básica deste relatório e a organização do conteúdo foram definidas conforme a Instrução Normativa nº 84/2020 e a Decisão Normativa nº 198/2022, ambas do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os temas incluídos no relatório estão coerentes com a Portaria – C Ex nº 987, de 18 de setembro de 2020, que instituiu a Política de Governança do Exército Brasileiro (EB10-P-01.007); a Cadeia de Valor Agregado (CVA); o Mapa Estratégico do Exército; entre outros. Além disso, os temas contemplam as principais entregas realizadas pelo Exército, no exercício de 2023, para o cumprimento da sua missão institucional.

A entrega de valor público pelo Exército abrange, de modo geral, as seguintes partes interessadas: o Estado; os Poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) e a sociedade brasileira. O diagrama a seguir contempla as etapas para elaboração do RGCE em 2023.

Este Relatório contempla o Comando do Exército e seus órgãos subordinados. Cabe ressaltar, portanto, que compete às entidades vinculadas - Fundação Habitacional do Exército; IMBEL; e a Fundação Osorio - em seu âmbito de atuação, seguir as recomendações do TCU no que tange à confecção dos seus relatórios de gestão individuais, bem como suas respectivas prestações de conta.

ETAPAS PARA ELABORAÇÃO DO RGCE

EXÉRCITO EM NÚMEROS

A Constituição Federal (CF) confere às Forças Armadas (FA) o status de instituições regulares, nacionais e permanentes, bem como estabelece a hierarquia e a disciplina como bases de sua organização, alicerces da cadeia de comando e fiadoras de sua exclusiva subordinação ao Estado.

Há, portanto, uma responsabilidade moral, ética e funcional do Exército Brasileiro (EB) perante o País, de só usar os recursos que lhe são disponibilizados para o estrito cumprimento de sua missão estabelecida pela Constituição Federal. Nesta seção, serão apresentados, resumidamente, alguns números que demonstram a complexidade, a abrangência territorial e a atuação nacional do Exército Brasileiro no ano de 2023.

Fonte: Instituto Datafolha, 18 de setembro de 2023.

Foto: Acervo do CCOMSEx

BRAÇO FORTE

COMANDOS

Da Batalha dos Guararapes, quando da expulsão do dominador estrangeiro, lançava-se a semente do Braço Forte, representada por uma Força Terrestre constituída por diferentes tipos de raças e unida por aspirações, desejos e interesses comuns, que forjaram o berço da nacionalidade e o Exército Brasileiro.

Desde então, o legado de Guararapes manteve-se em todas as participações do Exército ao longo da história do País, garantindo a independência, a paz, a liberdade, a soberania das fronteiras, a coesão nacional e a preservação dos ideais democráticos e participando do esforço para a preservação da paz mundial, sob a égide de organismos internacionais.

O Braço Forte traduz essa essência finalística da Força Terrestre em perfeita sintonia com os anseios de seu povo, cuja missão se manteve inalterada nas inúmeras constituições nacionais, caracterizando-a como Instituição nacional, permanente e regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina, abrangendo a atuação do Exército na defesa da Pátria, na garantia dos poderes constitucionais e na garantia da lei e da ordem.

As operações militares apresentadas neste Relatório, coroadas de êxito, atestam a efetividade da Força Terrestre no cumprimento de suas missões constitucionais, com o emprego judicioso dos seus meios, mediante regras de engajamento, exaustivamente praticadas pela tropa em ação.

Fotomontagem: S Ten Bastos/CCOMSEx

MÃO AMIGA

Fotomontagem: S Ten Bastos/CCOMSEx

A Mão Amiga se faz presente em todos os rincões do País, principalmente por sua capilaridade e sua influência marcante na vida de inúmeras localidades, gerando oportunidades de cooperação, ajuda e desenvolvimento social.

Além disso, o Exército contribui com obras de infraestrutura, formação de mão de obra qualificada, estímulo à cultura e ao desporto, atendimento às comunidades carentes ou em situações de calamidade pública, promoção do respeito à natureza e aos povos indígenas, esforço para a redução das carências sociais, atendimento médico e odontológico nas localidades ribeirinhas da Amazônia e do Pantanal, entre outras.

Assim, a Mão Amiga simboliza uma marca do Exército Brasileiro representada pela sinergia dos valores inalienáveis de solidariedade, cooperação e comprometimento com a sociedade brasileira, somados com os atributos anímicos da Instituição, que angariam a confiança de seu povo construída ao longo de sua história.

OPERAÇÃO ÁGATA

Atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, contra delitos transfronteiriços e ambientais.

Atuação de 27.809 militares

2.85 Ton de minério apreendidos

42 mil kg de drogas apreendidas

27 mil und de materiais apreendidos

86 prisões

R$ 372 mil reais apreendidos

RECURSO APLICADO
R$ 30.588.528,71

OPERAÇÃO ÁGATA FRONTEIRA NORTE

Realizar ações na faixa de fronteira para o enfrentamento à Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e na proteção da Terra Indígena YANOMAMI.

Atuação de 37.632 militares

48 mil kg de minério apreendidos

165 prisões

12.815 cestas básicas distribuídas

908 atendimentos médicos realizados

RECURSO APLICADO
R$ 33.013.401,41

OPERAÇÃO ACOLHIDA

Realizar, por meio de apoio logístico e sanitário, ações necessárias ao acolhimento de imigrantes que evadem da crise humanitária na Venezuela.

Atuação de 8.200 militares

950 mil venezuelanos atendidos

122 mil venezuelanos interiorizados desde 2018

32.000 em 2023

1.005 municípios atendidos

RECURSO APLICADO
R$ 49.775.774,21

OPERAÇÕES EM TERRAS INDÍGENAS

Realizar apoio logístico aos órgãos governamentais no combate a crimes ambientais, promovendo a proteção das Terras Indígenas Yanomami, Alto Rio Guamá, Apyterewa e Trincheira Bacajá.

Atuação de 41.855 militares

Apoio logístico a 27 órgãos do Governo Federal

Montagem de 03 bases

22 mil cestas básicas distribuídas

2.460 atendimentos e evacuações médicas

RECURSO APLICADO
R$ 41.491.522,46

APOIO AO ENEM

Apoiar o MEC, disponibilizando locais seguros para o armazenamento das provas do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).

21 organizações militares participantes

3,9 milhões de candidatos atendidos

RECURSO APLICADO
R$ 1.024.517,29

Fonte dos recursos aplicados: Tesouro Gerencial.

OPERAÇÃO PIPA

Realizar a distribuição emergencial de água potável, prioritariamente às populações rurais atingidas por estiagem e seca na região do semiárido nordestino.

Atuação de 570 militares/dia

População atendida: 1.274.671

379 municípios atendidos

RECURSO APLICADO
R$ 485.576.865,49

OPERAÇÃO DE APOIO À DEFESA CIVIL

Mitigar os efeitos das fortes chuvas e da estiagem, em coordenação com a Marinha do Brasil, com a Força Aérea Brasileira e órgãos e agências das esferas federal, estadual e municipal.

Atuação de 2.486 militares

150 municípios atendidos

RECURSO APLICADO
R$ 12.147.560,62

OBRAS DE COOPERAÇÃO

Realizar obras de engenharia voltadas para o desenvolvimento nacional.

Atuação de 679 militares

07 obras finalizadas

57 municípios beneficiados

62,4 Km de rodovias pavimentadas

764,26 Km de rodovias manutenidas

Perfuração e instalação de 14 poços

RECURSO APLICADO
R$ 872.825.989,34

PROJETO SOLDADO CIDADÃO

Oferecer aos jovens incorporados às fileiras das Forças Armadas cursos profissionalizantes.

255 organizações militares participantes

7.746 militares formados

RECURSO APLICADO
R$ 3.267.430,00

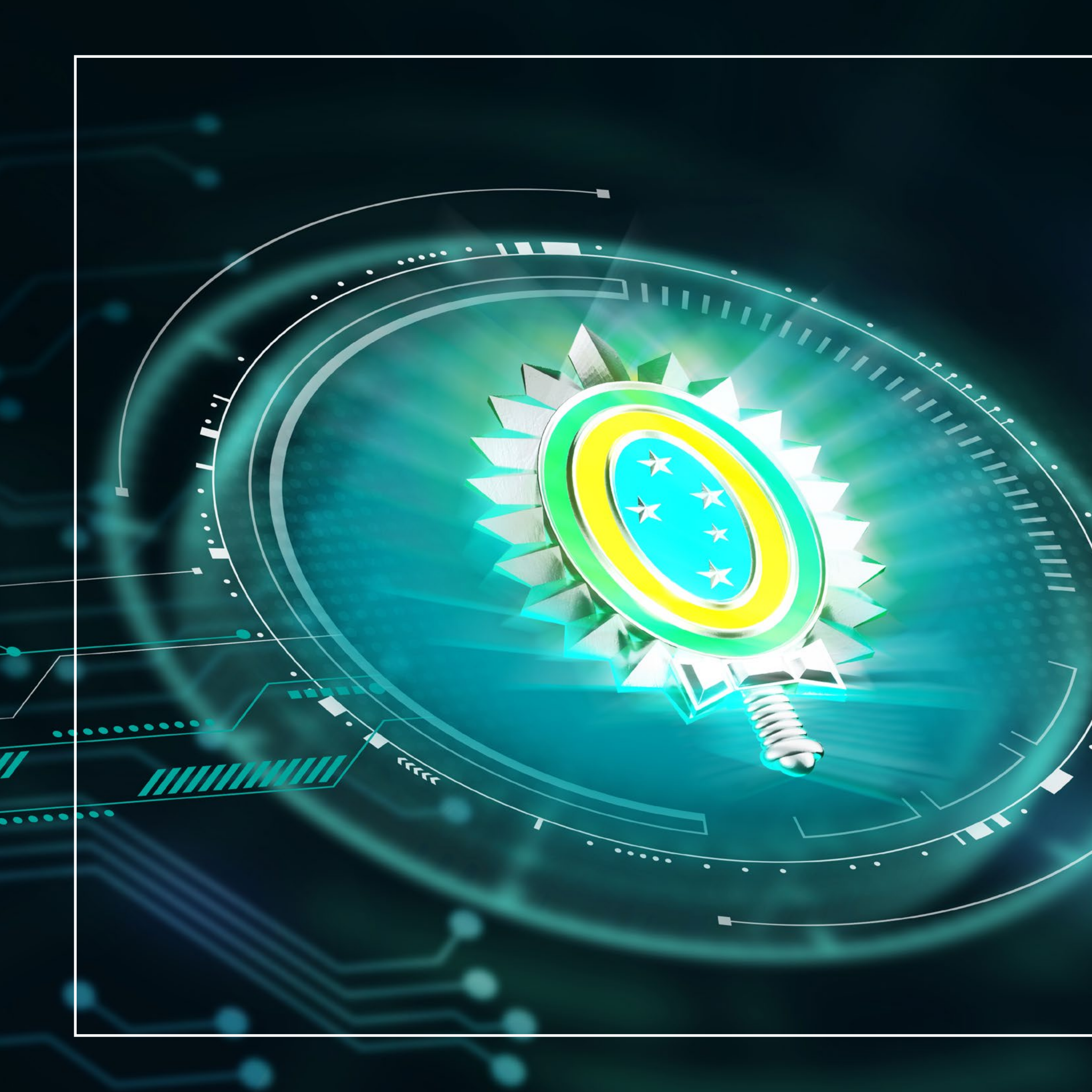
PROGRAMA FORÇA NO ESPORTE/PROJETO JOÃO DO PULO

Iniciação esportiva e reforço escolar para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

65 organizações militares participantes

5.350 crianças e jovens atendidos

RECURSO APLICADO
R$ 828.942,45

Fonte dos recursos aplicados: Tesouro Gerencial.

CAPÍTULO 1

GOVERNANÇA DO EXÉRCITO

1. GOVERNANÇA DO EXÉRCITO

1.1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

1.1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS (UPC)

O Exército Brasileiro, como Unidade Prestadora de Contas (UPC), é composto pelo Comando do Exército e pelo Fundo do Exército (FEx). A Instituição também integra a UPC do Ministério da Defesa (MD). Alicerçado na hierarquia e na disciplina, o Exército, sob a autoridade suprema do Presidente da República, é uma Instituição nacional permanente e regular, que se destina à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (art. 142 da Constituição Federal).

Com grande capilaridade, o Exército Brasileiro está presente em todo o território nacional, por meio de suas organizações militares (OM), tendo sua administração central sediada no Quartel-General do Exército (QGEx), situado na Avenida do Exército, no Setor Militar Urbano, CEP: 70.630-901, Brasília (DF).

MISSÃO E VISÃO

Missão: contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Para isso, deve-se preparar a Força Terrestre (F Ter), mantendo-a em permanente estado de prontidão.

Visão de Futuro: ser um Exército capaz de se fazer presente, moderno, dotado de meios adequados e profissionais altamente preparados, composto por capacidades militares que superem os desafios do século XXI e possam respaldar as decisões soberanas do Brasil.

Fonte: Política Militar Terrestre (Portaria C Ex nº 1.986, de 10 de dezembro de 2019).

PRINCIPAIS NORMAS DIRECIONADORAS DA ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O Marco Legal, no qual se fundamenta o emprego do Exército, é instituído pela Constituição Federal; pelas Leis Complementares nº 97, de 09 de junho de 1999, nº 117, de 2 de setembro de 2004, e nº 136, de 25 de agosto de 2010; e ainda, pelas seguintes normas: Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, que aprova a Estrutura Regimental do EB; Política Nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END), Política Militar de Defesa (PMiD), Estratégia Militar de Defesa (EMiD), Planejamento Estratégico Setorial de Defesa (PESD), Concepção de Transformação do EB e Diretrizes do Comandante do Exército.

A atuação do Exército, em sua missão institucional estabelecida na Constituição Federal e nas leis supracitadas, pode ser sintetizada conforme a figura ao lado:

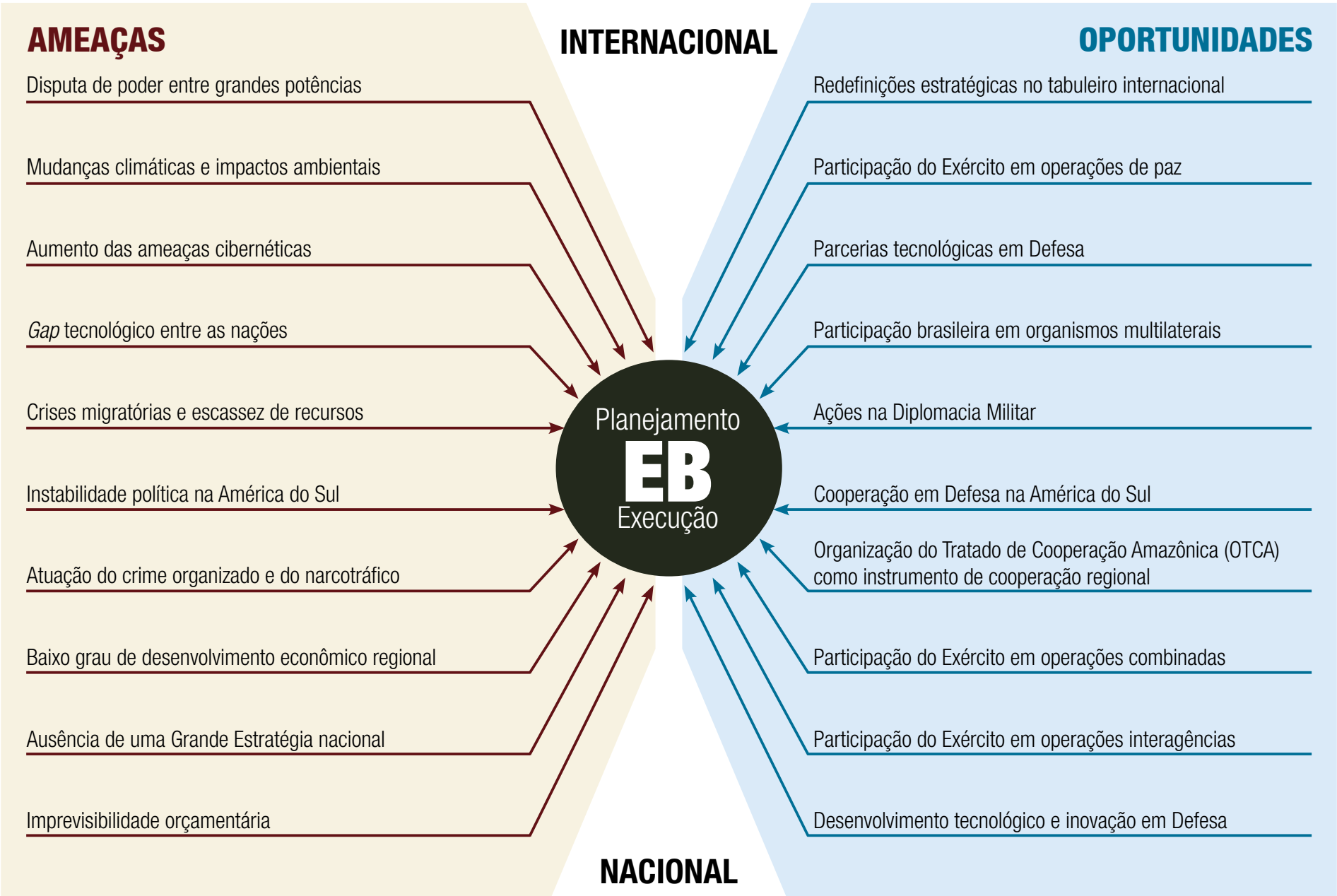
Dia da Bandeira
Foto: 1º Sgt Sionir/CCOMSEx

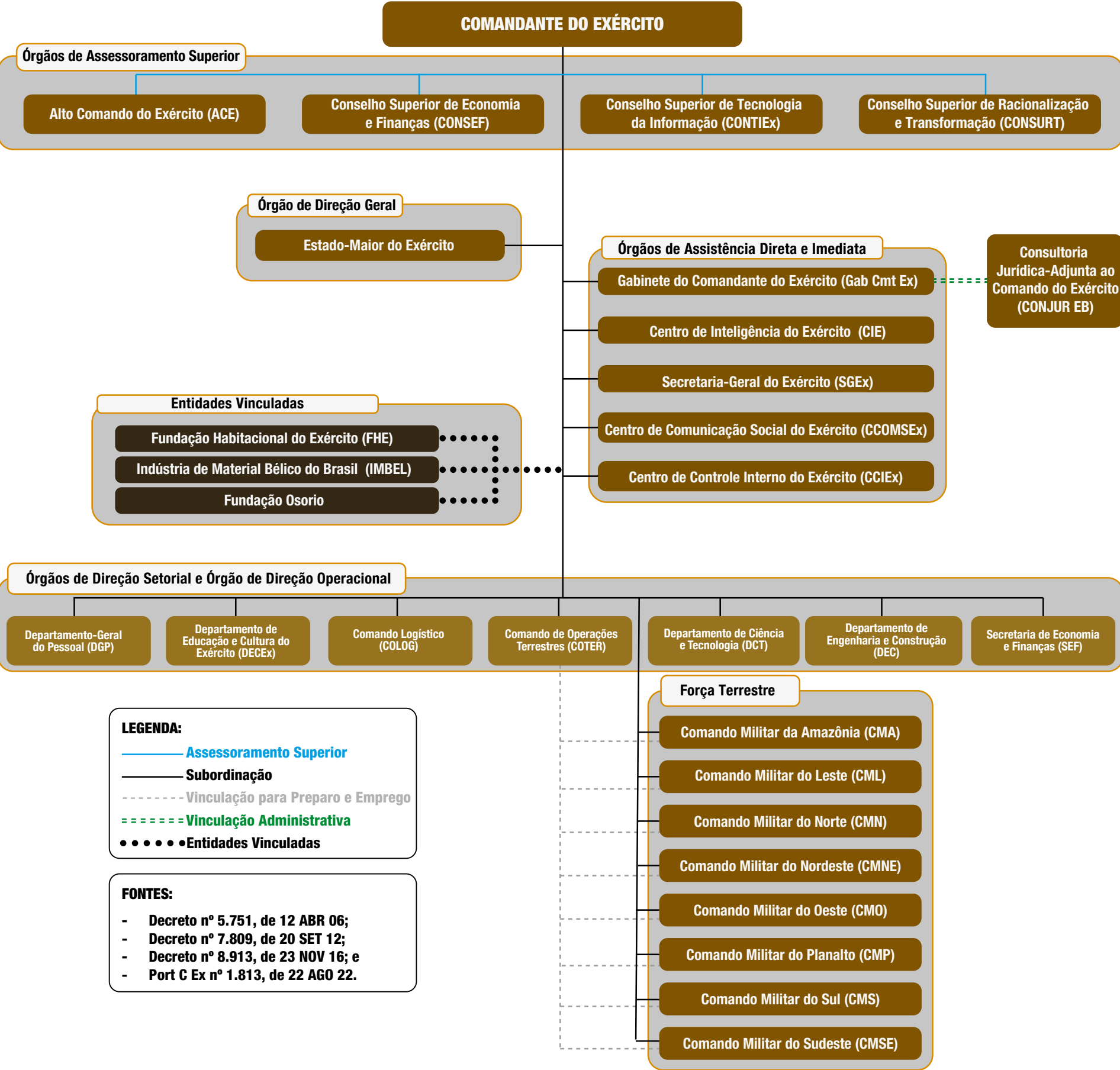
1.2 AMBIENTE EXTERNO

O ambiente externo tem enorme influência sobre a gestão do Exército Brasileiro (EB) na medida em que impacta o emprego da Força Terrestre no cumprimento de suas missões precípuas, no atendimento às demandas subsidiárias e de desenvolvimento nacional.

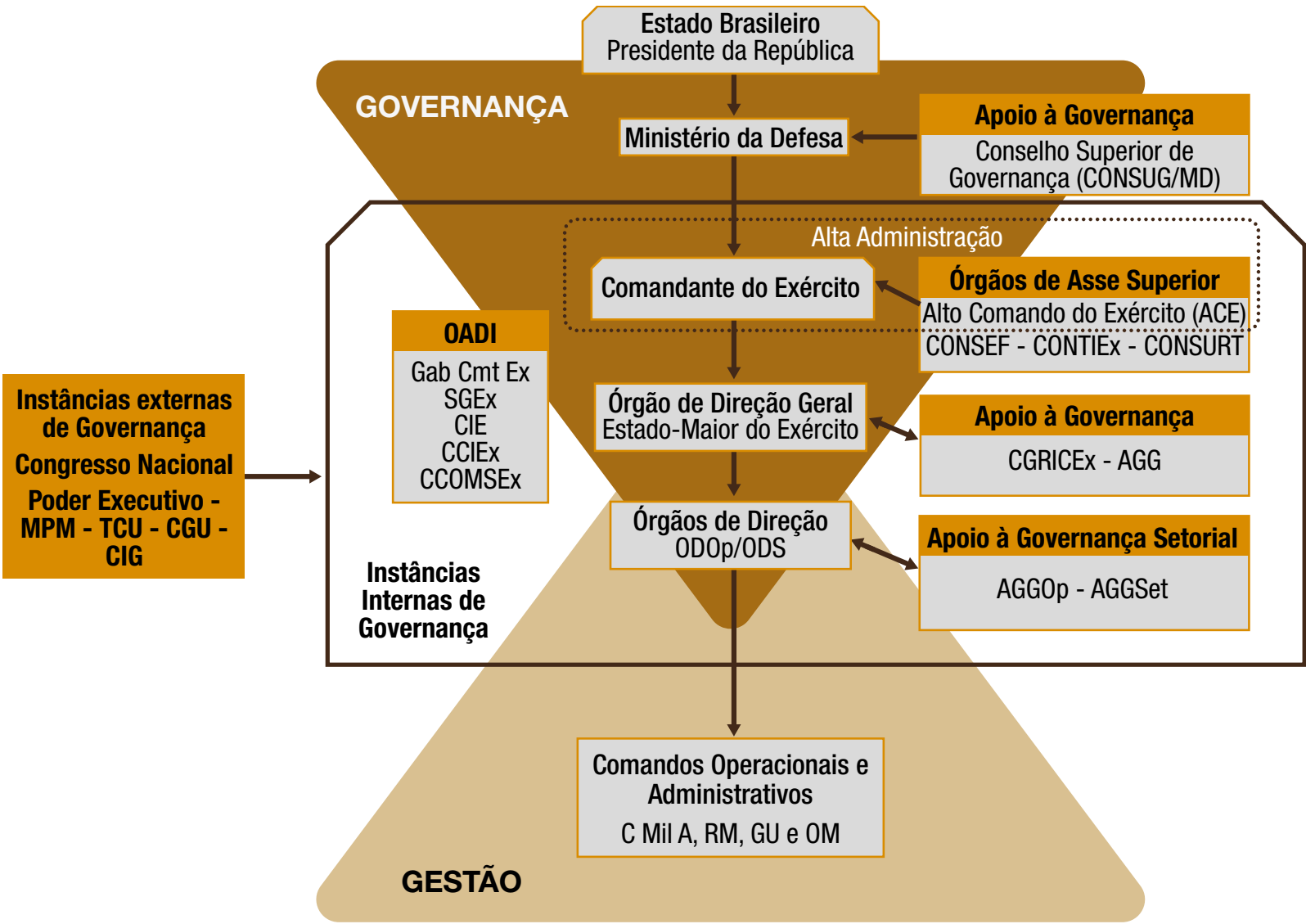
Os eventos oriundos do ambiente externo podem ser divididos em ameaças e oportunidades. Mais especificamente, o ambiente externo envolve toda e qualquer influência oriunda do contexto nacional e internacional (tendências/fenômenos não controláveis pela Instituição) que constitua ou venha a constituir-se elemento favorável (oportunidade) ou desfavorável (ameaça) ao desempenho do EB no cumprimento de sua missão.

As ameaças correspondem ao conjunto de situações que constituem "riscos" ao desempenho do EB. Elas devem ser constantemente monitoradas, a fim de mitigar esses riscos. Por sua vez, as oportunidades correspondem ao conjunto de situações que contribuem para o bom desempenho do EB, podendo ou não ser aproveitadas, dependendo das condições internas da Instituição. Trata-se, por conseguinte, de perceber as oportunidades como "chances".

O quadro a seguir apresenta uma síntese das principais ameaças e oportunidades que impactaram o planejamento do EB em 2023. Nele, as ameaças (coluna da esquerda) e as oportunidades (coluna da direita) estão distribuídas em um contínuo, do internacional (acima) ao nacional (abaixo). Ele foi elaborado a partir da prospecção de cenário, que serviu de subsídio para o Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEx) 2024-2027 e à elaboração do Conceito Operacional do Exército Brasileiro - Operações de Convergência 2040.

Fonte: Elaborado pelo Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx), em 31 de julho de 2023.

1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

1.4 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO EXÉRCITO

1.4.1 ESTRUTURA DO SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO EXÉRCITO (SG²EX)

Como instituição de Estado, fundamentada na Constituição Federal, o Exército atende as necessidades da sociedade por meio das demandas do Estado Brasileiro e dos poderes constituídos – Executivo, Legislativo e Judiciário –, os quais se configuram como as principais partes interessadas perante o Ministério da Defesa e com as instâncias externas de governança, conforme figura a seguir:

Legenda:

AGG - Assessoria de Governança e Gestão
AGGOp - Assessoria de Governança e Gestão Operacional (COTER)
AGGSet - Assessoria de Governança e Gestão Setorial (ODS)
CIG - Comitê Interministerial de Governança
CGRICEx - Comitê de Governança, Riscos e Controles do Exército
C Mil A - Comando Militar de Área
CONSEF - Conselho Superior de Economia e Finanças
CONSURT - Conselho Superior de Racionalização e Transformação do Exército
CONTIEx - Conselho Superior de Tecnologia de Informação do Exército
GU - Grande Unidade
OADI - Órgão de Assistência Direta e Imediata
ODOp - Órgão de Direção Operacional
ODS - Órgão de Direção Setorial
OM - Organização Militar
RM - Região Militar

Fonte: Diretriz de Governança e Gestão do EB (2021).

Em sua concepção, o Sistema de Governança e Gestão está alinhado ao Plano Estratégico do Exército (PEEx) e ao Objetivo Estratégico 10 (OEE-10), que visa aumentar a efetividade na gestão do bem público.

354ª Reunião do Alto Comando do Exército, Espaço Duque de Caxias - Brasília-DF, Nov 23.
Foto: Cap R/1 Edvaldo/CCOMSEx

1.4.1.1 INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA

ALTA ADMINISTRAÇÃO DO EXÉRCITO: colegiado composto pelo Comandante do Exército e pelos oficiais-generais integrantes do Alto Comando do Exército.

ÓRGÃO DE DIREÇÃO GERAL: o Estado-Maior do Exército (EME) é o Órgão de Direção Geral (ODG) responsável pela elaboração da Política Militar Terrestre (PMT), pelo planejamento estratégico e pela emissão de diretrizes estratégicas, que orientem o preparo e o emprego da Força Terrestre (F Ter), visando ao cumprimento de sua destinação constitucional.

ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR

Alto Comando do Exército (ACE): conselho permanente de assessoramento ao Comandante do Exército, principalmente nos assuntos relativos à PMT e às estratégias para a sua consecução e nas matérias de relevância dependentes de decisão do Comandante do Exército.

Conselho Superior de Racionalização e Transformação do Exército (CONSURT): assessora o Comandante do Exército na condução do processo de transformação; no planejamento, na direção e no controle das grandes aquisições de Produtos de Defesa (PRODE) e dos Materiais de Emprego Militar (MEM) complexos; na condução dos projetos estratégicos do Exército; e na condução dos processos de racionalização, no âmbito da Força Terrestre (F Ter).

Conselho Superior de Economia e Finanças (CONSEF): assessora o Comandante do Exército na formulação da política econômico-financeira do Comando do Exército, em conformidade com as diretrizes governamentais, nos assuntos administrativo-financeiros da Força e na administração do Fundo do Exército.

Conselho Superior de Tecnologia da Informação do Exército (CONTIEx): assessora o Comandante do Exército na formulação da Política de Tecnologia da Informação do Comando do Exército, em conformidade com as diretrizes governamentais, bem como no planejamento, na direção e no controle das ações de tecnologia da informação do Comando do Exército.

1.4.1.2 INSTÂNCIAS INTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA

Comitê de Governança, Riscos e Controles do Exército (CGRiCEx): responsável por emitir recomendações para o aprimoramento e a atualização da governança, da gestão de riscos e dos controles internos da gestão.

Assessoria de Governança e Gestão (AGG): criada em 2020, tendo como missão assessorar o ODG na implementação, manutenção, coordenação, monitoramento e avaliação de práticas, ferramentas e atividades de governança e gestão em nível estratégico.

Órgão de Direção Operacional (ODOp) e Órgãos de Direção Setorial (ODS): sob orientação e coordenação do Órgão de Direção Geral (ODG), são responsáveis por promover a governança e a gestão em áreas setoriais específicas, otimizando a transformação e a racionalização administrativa do EB.

Assessorias de Governança e Gestão Operacional e Setorial: assessoram o ODOp e o ODS na implementação, manutenção, coordenação, monitoramento e na avaliação de práticas, ferramentas e atividades de governança e gestão em nível setorial.

Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx): responsável por planejar, dirigir, coordenar e executar as atividades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, no âmbito do Comando do Exército.

Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx): órgão responsável por planejar, supervisionar, orientar, coordenar, controlar e promover as atividades de comunicação social no âmbito do Exército.

1.4.1.3 INSTÂNCIAS EXTERNAS DE GOVERNANÇA

As principais instâncias externas de governança, responsáveis pela regulação, fiscalização e controle, que atuam e apoiam o sistema de governança da Força, são:

- Congresso Nacional;
- Poder Executivo;
- Ministério Público Militar (MPM);
- Tribunal de Contas da União (TCU);
- Controladoria-Geral da União (CGU);
- Comitê Interministerial de Governança (CIG); e
- Conselho Superior de Governança do MD (CONSUG-MD).

1.4.2 A GOVERNANÇA DO PORTFÓLIO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO

Para a efetiva gerência e tomada de decisões, a estrutura denominada Governança do Portfólio Estratégico do Exército é responsável por definir processos, normas, atribuições, responsabilidades e obrigações das principais partes interessadas.

O Escritório de Projetos do Exército (EPEx) é o órgão de coordenação executiva do EME, para fins de gerenciamento do Portfólio Estratégico do Exército, o qual abrange as iniciativas estratégicas prioritárias para o desenvolvimento de capacidades operativas e aperfeiçoamento dos macrossistemas do EB.

GOVERNANÇA DO PORTFÓLIO

1) AUTORIDADE PATROCINADORA (AP) DO PORTFÓLIO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO

A AP do Portfólio Estratégico do Exército é o Comandante do Exército, que coordena a alocação dos principais recursos para o portfólio, programa ou projeto: humanos; materiais; orçamentários e financeiros, incluindo os recursos oriundos de outras organizações ou escalões.

2) CONSELHO SUPERIOR DE RACIONALIZAÇÃO E DE TRANSFORMAÇÃO (CONSURT)

O CONSURT é o órgão integrante da estrutura organizacional do Exército de mais alta instância no assessoramento ao Comandante do Exército, entre outros temas, para os assuntos da gerência do Planejamento Estratégico do EB, especialmente do Portfólio Estratégico do Exército e para a gestão dos componentes do portfólio, dos programas e projetos estratégicos da Força.

3) GERENTE DO PORTFÓLIO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO

O Chefe do EME exerce a função de gerente do Portfólio Estratégico do Exército, cabendo-lhe coordenar os trabalhos decorrentes das ações previstas no PEEx, a fim de que sejam atingidos os objetivos estratégicos da Força.

4) COMITÊ GESTOR DO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO (CGPT)

O CGPT presta assessoramento ao CONSURT a respeito de decisões sobre a gestão do portfólio, dos programas e dos projetos estratégicos da Força.

5) COORDENADOR-EXECUTIVO DO PORTFÓLIO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO

O coordenador-executivo do Portfólio Estratégico do Exército (Ptf EE) é o Chefe do EPEx, constituindo-se assessor imediato do Chefe do EME, para fins da coordenação do portfólio, sendo responsável por prestar, com oportunidade, as informações necessárias a respeito do portfólio e de seus componentes.

6) ODOP, ODS, OADI E C MIL A

Cabe aos ODOp, ODS, OADI e C Mil A estabelecer e manter uma estrutura de escritório de projetos ou outra equivalente, para a governança e o gerenciamento das ações relacionadas ao Ptf EE em sua área e/ou campo de atuação.

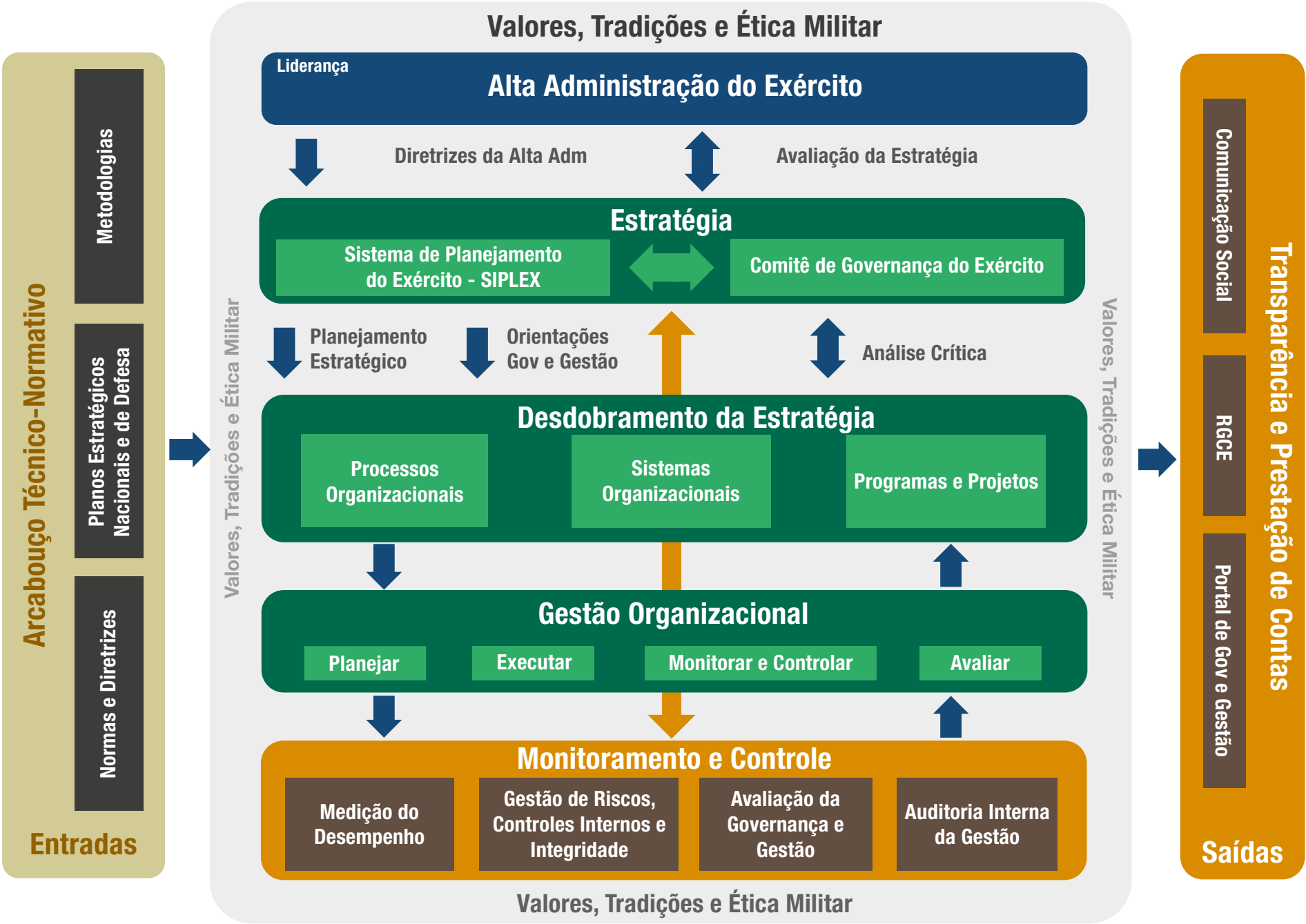
GOVERNANÇA DO PORTFÓLIO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO

Fonte: EME

Fonte: EPEx 2022

1.4.3 MODELO DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO EXÉRCITO (MG²EX)

O modelo de governança e gestão do Exército (MG²EX) tem como base o arcabouço técnico-normativo, externo e interno à Instituição, e as diretrizes da Alta Administração do Exército. Assim, o Sistema de Planejamento do Exército Brasileiro (SIPLEx) traduz a Cadeia de Valor Agregado (CVA), a PMT, a Estratégia Militar Terrestre (EMT) e o Plano Estratégico do Exército (PEEx), os quais direcionam os Planos de Governança e Gestão em todos os níveis.

A CVA, a PMT, a EMT e o PEEx são acompanhados por meio dos mecanismos de monitoramento e controle, que avaliam os resultados obtidos, retroalimentando o SIPLEx e subsidiando a avaliação da estratégia pela Alta Administração do EB. A figura abaixo apresenta o Sistema de Governança e Gestão do Exército, com seus mecanismos de liderança, estratégia e controle, que atuam para avaliar, monitorar e direcionar a gestão.

Fonte: Diretriz de Governança e Gestão do EB (2021).

Legenda: Mecanismos de Governança

- Liderança
- Estratégia
- Controle

Em 2023, dentre as ações associadas aos mecanismos e às práticas de Governança e Gestão do EB, destacam-se a reestruturação do Planejamento Estratégico, para o ciclo 2024-2027, e a atualização da Cadeia de Valor Agregado, dos Objetivos Estratégicos e dos Indicadores, nessa ordem, na nova metodologia.

1.4.4 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO EXÉRCITO

Existe um grande esforço institucional de alinhamento e de adoção das melhores práticas de governança e gestão da Administração Pública para aperfeiçoar a prestação de serviços de interesse da sociedade brasileira, proporcionando entrega de valor e benefícios com os recursos financeiros destinados à F Ter.

Nesse contexto, o Exército Brasileiro instituiu o OEE 10: "Aumentar a efetividade na gestão do bem público", cuja estratégia e ações visam ao aperfeiçoamento da governança corporativa, ao aprimoramento do sistema de gestão, à adoção de procedimentos para melhorar a qualidade da execução orçamentária e à otimização da atuação do Controle Interno do Exército.

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 10: AUMENTAR A EFETIVIDADE NA GESTÃO DO BEM PÚBLICO

INDICADOR	META	RESULTADO
IR 10 - ÍNDICE GERAL DE GOVERNANÇA E GESTÃO	Maior do que 70%	79,10%

Fonte: EME.

Fotomontagem: STen Bastos/CCOMSEx

A avaliação desse Objetivo Estratégico é realizada por meio do Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Públicas (iGG), estabelecido pelo TCU, que utiliza um instrumento de levantamento e autoavaliação aplicado aos órgãos da Administração Pública Federal, dentre os quais, o EB encontra-se inserido. Os índices podem variar de 0,00 a 1,00, conforme a seguinte escala de maturidade institucional: "Inicial" (até 0,4); "Intermediário" (entre 0,4 e 0,7); e "Aprimorado" (acima de 0,7).

Na tabela abaixo, são apresentados os indicadores que compõem o atual iGG do Exército, obtidos em 2021, último ano de levantamento conduzido por aquele Tribunal de Contas, representando o Indicador de Resultado do OEE 10:

Índice	Resultado
iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	79,1%
iGovPub (índice de governança pública)	79,4%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	83,5%
iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	89,2%
iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	78,9%
iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI)	81,2%
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	76,3%
iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	75,6%
iGovOrcament (índice de governança e gestão orçamentária)	76,2%
iGestOrcament (índice de capacidade em gestão orçamentária)	66,9%

Fonte: TCU. Relatório Individual do Comando do Exército do Levantamento de Governança e Gestão de 2021. https://www.tcu.gov.br/igg2021/iGG2021%20-%20511%20-%20CEX.pdf

1.5 POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento governamental com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas. O atual plano, do período 2020-2023, denominado “Planejar, Priorizar e Alcançar”, sofreu profundas alterações em relação ao PPA do período anterior, 2016-2019, buscando torná-lo uma peça de gestão passível de cumprimento e acompanhamento. Nesse sentido, a simplificação metodológica resultou em um documento muito mais enxuto, com significativa redução de atributos sob responsabilidade direta do EB.

Nessa perspectiva, no PPA anterior, o EB possuía sob sua responsabilidade direta 12 metas e, no plano atual, apenas 1 meta.

A redução das metas não significou a diminuição da participação da Força Terrestre no atual PPA. Ao contrário, está previsto o emprego expressivo e efetivo de esforços e ações para o alcance dos objetivos dos Programas 6011 – Cooperação com o Desenvolvimento Nacional e 6012 - Defesa Nacional, ambos do Ministério da Defesa (MD), nos quais o EB atua preponderantemente.

O Programa 6012 – Defesa Nacional foi criado para enfrentar a possibilidade de ameaças externas e internas, potenciais ou manifestas, que atentem contra a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constituídos e da lei e da ordem, sendo ambos de responsabilidade do MD. Nesse programa, inserem-se as ações precípuas da Força Terrestre, essencialmente por meio da execução dos Programas que compõem o Portfólio Estratégico do Exército.

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO PROGRAMA 6012 - DEFESA NACIONAL

ANO	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	%
2022	3.620.483.595,00	3.611.206.826,72	99,74%
2023	3.480.412.336,00	3.671.315.305,44*	105,49%

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial.
Orgãos: 52121 – CMDO EX; 52904 – Fundo do Exército; 52222 – Fundação Osorio; e 52221 – IMBEL.
Obs.: * O campo que apresenta o valor utilizado maior do que o valor recebido indica que, durante a execução, foram recebidos créditos adicionais.

No ano de 2023, o orçamento foi executado integralmente. O valor utilizado maior do que o recebido é fruto da variação cambial e dos créditos adicionais, que refletiu no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) em virtude de aquisições realizadas no exterior em moeda estrangeira.

O PPA 2020-2023 concedeu especial importância aos Programas ASTROS e FORÇAS BLINDADAS (antigo Programa GUARANI), que foram os únicos do EB a receber a designação dos novos atributos do PPA vigente (PPA 2020-2023), denominada Investimento Plurianual Prioritário (IPP).

Quanto ao Programa ASTROS, ficou estabelecida a meta de entrega ao Exército Brasileiro de 3 viaturas nas versões MK3M e MK6, ao final de 2023. Em virtude de a AVIBRÁS Indústria Aeroespacial S.A, única Empresa Estratégica de Defesa que produz e realiza as modernizações das viaturas do Sistema, encontrar-se em recuperação judicial, a entrega das viaturas foi impactada.

Assim, o Programa ASTROS, no exercício de 2023, deu continuidade ao aperfeiçoamento dos demais sistemas em execução, bem como às obras de infraestrutura nas organizações militares do complexo do Forte Santa Bárbara (FSB), em Formosa-GO, e às ações complementares no âmbito do Programa.

Para o Programa Forças Blindadas, ficou estipulado como Resultado Intermediário (RI) a entrega ao Exército Brasileiro de 55 viaturas blindadas sobre rodas em 2023. Entretanto, em função do recebimento de créditos adicionais a meta estipulada foi ultrapassada, atingindo 84 viaturas.

O Índice de Operacionalidade da Força Terrestre (IOpFT) é um indicador a cargo do EB que compõe o “Índice de Operacionalidade das Forças Armadas” (IOPFA), criado para mensurar o desempenho do Programa 6012 - Defesa Nacional.

O conceito de “nível de operacionalidade” envolve a avaliação nas seguintes vertentes: efetivo, adestramento e preparo logístico.

Para 2023, o EB se comprometeu a atingir a meta de 80% do IOpFT. Ao final do exercício, o resultado alcançado foi de 81,03%, demonstrando um índice acima das expectativas.

Foto: Acervo do CCOMSEx

Foto: Acervo do CCOMSEx

1.6 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO

1.6.1 INTRODUÇÃO

O Plano Estratégico do Exército (PEEx) se alinha ao Plano Plurianual (PPA) e se orienta pelo Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa, que tem como ponto de partida a Política Nacional de Defesa (PND).

Com base na PND, a Estratégia Nacional de Defesa (END) traça estratégias e ações estratégicas para assegurar que os Objetivos Nacionais de Defesa (OND) possam ser atingidos. As orientações estabelecidas na END estão voltadas para a preparação das Forças Armadas e do Brasil como um todo, com a indicação de capacidades adequadas para garantir a defesa e contribuir para a segurança do País, tanto em tempo de paz quanto em situações de crise ou mesmo de conflito armado.

O MD, a fim de orientar o preparo e o emprego da capacidade militar brasileira requerida para a Defesa Nacional, publicou a Política Militar de Defesa (PMiD), a Estratégia Militar de Defesa (EMiD) e a Doutrina Militar de Defesa (DMD). A EMiD é o documento que define as Hipóteses de Emprego (HE) das Forças Armadas (FA) e as estratégias militares a serem empregadas em cada uma delas.

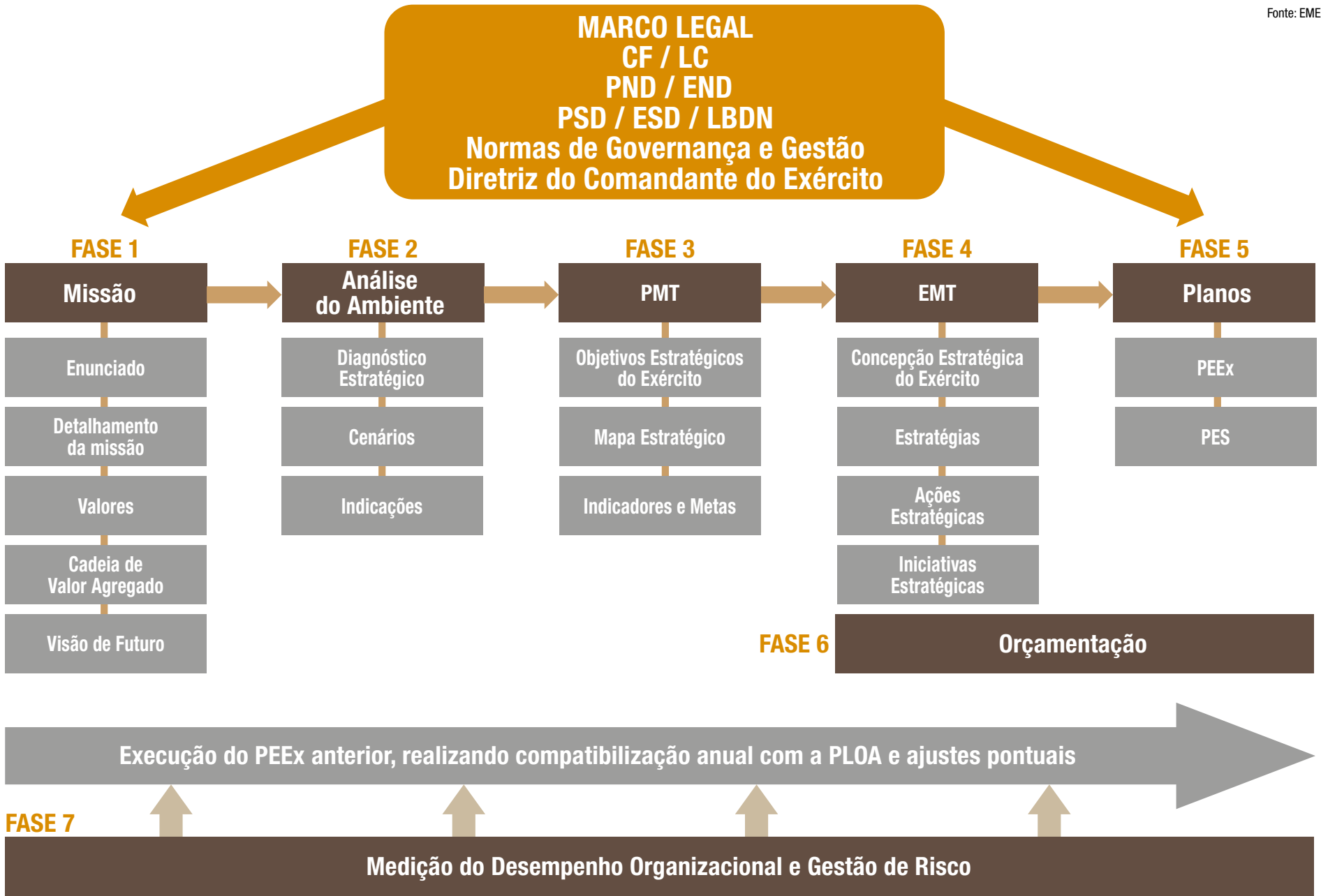
O Planejamento Estratégico Setorial de Defesa (PESD), elaborado pelo MD, traduzido pela Política Setorial de Defesa (PSD) e pela Estratégia Setorial de Defesa (ESD), alinha-se ao PPA do governo federal.

O PEEx, em suma, deve estar alinhado ao PESD e orientará a organização e o preparo da Força Terrestre, visando ao seu emprego nas situações previstas na EMiD.

1.6.2 SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO

No âmbito do Exército, o planejamento possui uma metodologia própria, consubstanciada no Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx), que busca o alinhamento com os planos nacionais e setorial de Defesa e com o PPA.

A metodologia do SIPLEx percorre sete fases, assim nominadas e esquematizadas na figura abaixo:

Fonte: EME

O planejamento parte da análise da missão institucional, com a elaboração do enunciado, o detalhamento da missão, a definição dos valores, a estruturação da Cadeia de Valor Agregado e a concepção da visão de futuro pretendida. Inicialmente, considera-se uma análise e, em seguida, determinam-se quais são os objetivos estratégicos e quais os caminhos para atingi-los, por meio das estratégias, visando à melhoria do patamar de cumprimento da missão. Deste processo, origina-se a Política Militar Terrestre (PMT), assim como são estabelecidas as condições para a elaboração da Concepção Estratégica do Exército e do Plano Estratégico do Exército (PEEx).

O PEEx é o documento que materializa o planejamento da Instituição. Os OEE são desdobrados em Estratégias, Ações Estratégicas e Iniciativas Estratégicas. São estabelecidas metas e responsáveis pelas Iniciativas Estratégicas, cujo encadeamento visa ao aperfeiçoamento institucional e ao desenvolvimento de capacidades militares.

Com a confecção do PEEx, é elaborada a proposta orçamentária, para que sejam cumpridos os objetivos, as metas e as iniciativas previstas no PPA.

O planejamento de recursos necessários para o alcance dos OEE é realizado no ano A-1 (2022), com base nas Necessidades Gerais do Exército (NGE).

De posse das NGE, o EME elabora o Planejamento Orçamentário do Exército e, após a remessa do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) ao Congresso Nacional pelo Executivo, celebra com o Órgão de Direção Operacional e Setoriais os Planos de Descentralização de Recursos, cuja finalidade é a pactuação de metas físico-financeiras a serem alcançadas no ano orçamentário (2023).

Para o ciclo 2020-2023, a PMT elencou 15 (quinze) objetivos estratégicos, conforme Mapa Estratégico abaixo:

MAPA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

MISSÃO

Contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Para isso, é necessário preparar a Força Terrestre, mantendo-a em permanente estado de prontidão.

VISÃO DE FUTURO

Ser um Exército capaz de se fazer presente, moderno, dotado de meios adequados e profissionais altamente preparados, composto por capacidades militares que superem os desafios do século XXI e possam respaldar as decisões soberanas do Brasil.

BRAÇO FORTE — MÃO AMIGA

SOCIEDADE (Resultados)

1. Contribuir com a dissuasão extrarregional
2. Ampliar a projeção do Exército no cenário internacional
3. Contribuir com o desenvolvimento sustentável e a paz social
4. Atuar no espaço cibernético com liberdade de ação

PROCESSOS CRÍTICOS

5. Modernizar o Sistema Operacional Militar Terrestre-Preparo e emprego da Força Terrestre
6. Manter atualizado o Sistema de Doutrina Militar Terrestre
7. Aprimorar a gestão estratégica da informação
8. Aperfeiçoar o Sistema Logístico Militar Terrestre
9. Aperfeiçoar o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação
10. Aumentar a efetividade na gestão do bem público

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

11. Fortalecer os valores, os deveres e a ética militar
12. Aperfeiçoar o Sistema de Educação e Cultura

INSTITUCIONAL

13. Fortalecer a dimensão humana
14. Ampliar a integração do Exército com a sociedade
15. Maximizar a obtenção de recursos do orçamento e de outras fontes

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2021.

Mais informações no link: http://www.eb.mil.br/documents/10138/12613714/Politica_Militar_Terrestre_v_20_12_19.pdf/18615dc0-753f-a1e2-2275-e8c2fa060edd

Foto: 1º Sgt Sionir/CCOMSEx

1.6.3 DEMONSTRAÇÃO DA VINCULAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO COM O PPA E COM A MISSÃO INSTITUCIONAL

Quanto à vinculação do Plano Estratégico com o PPA, o PEEx está alinhado aos conteúdos dos Programas 6011 – Cooperação com o Desenvolvimento Nacional, 6012 – Defesa Nacional, 2218 – Gestão de Riscos e Desastres e 0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo.

Em relação à vinculação do PEEx com o PESD, o relacionamento entre os Objetivos Estratégicos do Exército (OEE) e os Objetivos Setoriais de Defesa (OSD) é apresentado na tabela abaixo, evidenciando um alinhamento de esforços para o cumprimento da missão institucional e o alcance da visão de futuro:

VINCULAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO COM O PPA E PESD

OEE (PEEX)	RESPONSÁVEL	OSD (PESD)	PPA
OEE 01: Contribuir com a Dissuasão Extrarregional.	COTER	OSD 01: Contribuir com a dissuasão.	6012 e 0032
OEE 02: Ampliar a Projeção do Exército no cenário internacional.	5ª SCh EME	OSD 04: Incrementar o apoio à Política Externa.	6012
OEE 03: Contribuir com o desenvolvimento sustentável e a paz social.	COTER	OSD 03: Contribuir para o desenvolvimento nacional, o bem-estar e as responsabilidades sociais.	6011, 6012, 2218 e 0032
OEE 04: Atuar no espaço cibernético com liberdade de ação.	DCT	OSD 07: Desenvolver os setores estratégicos de Defesa.	6012
OEE 05: Modernizar o Sistema Operacional Militar Terrestre — preparo e emprego da Força Terrestre.	COTER	OSD 02: Aprimorar o preparo das Forças Armadas para o cumprimento de sua destinação constitucional.	6012
OEE 06: Manter atualizado o Sistema de Doutrina Militar Terrestre.	COTER	OSD 02: Aprimorar o Preparo das Forças Amadas para o cumprimento de sua destinação constitucional.	6012
OEE 07: Aprimorar a gestão estratégica da informação.	DCT	OSD 02: Aprimorar o Preparo das Forças Armadas para o cumprimento da sua destinação constitucional.	6012
OEE 08: Aperfeiçoar o Sistema Logístico Militar Terrestre.	COLOG	OSD 02: Aprimorar o Preparo das Forças Amadas para o cumprimento de sua destinação constitucional.	6012
OEE 09: Aperfeiçoar o Sistema de Ciência,Tecnologia e Inovação.	DCT	OSD 06: Estimular o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação de interesse da Defesa.	6012
OEE 10: Aumentar a efetividade na gestão do bem público.	AGG/EME	OSD 05: Aperfeiçoar a Governança e a Gestâo Estratégica.	6012 e 0032
OEE 11: Fortalecer os valores, os deveres e a ética militar.	DECEx	OSD 10: Incrementar a preservação do Patrimônio Histórico-Cultural, o culto aos valores, às tradições e à ética.	0032
OEE 12: Aperfeiçoar o Sistema de Educação e Cultura.	DECEx	OSD 08: Preservar a efetividade dos sistemas de ensino das Forças Armadas.	6012 e 0032
OEE 13: Fortalecer a dimensão humana.	DGP	OSD 11: Fortalecer a dimensão humana.	6012 e 0032
OEE 14: Ampliar a integração do Exército à sociedade.	CCOMSEx	OSD 13: Ampliar a interação com a sociedade brasileira.	0032
OEE 15: Maximizar a obtenção de recursos do orçamento e de outras fontes.	SEF	OSD 12: Compatibilizar o orçamento com as demandas do Setor de Defesa.	-

Fonte: Estado-Maior do Exército.

O quadro a seguir apresenta a contribuição dos OEE para a missão institucional do EB:

COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO
Defender a Pátria	OEE 01, 03, 05, 06 e 11
Garantir os Poderes Constitucionais	OEE 03 e 11
Garantir a Lei e a Ordem	OEE 03 e 11
Apoiar o Desenvolvimento Nacional	OEE 09, 10, 12 e 14
Dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres	OEE 01
Desenvolver as capacidades de monitorar e controlar o território nacional	OEE 07
Fortalecer o setor cibernético	OEE 04
Desenvolver, para fortalecer a mobilidade, a capacidade logística, sobretudo na região amazônica	OEE 01, 08 e 13
Desempenhar responsabilidades crescentes em operações de manutenção da paz	OEE 02
Ampliar a capacidade de atender aos compromissos internacionais de busca e salvamento	OEE 02

Fonte: Estado-Maior do Exército.

1.6.4 SISTEMA DE MEDIÇÃO ESTRATÉGICA DO EXÉRCITO

A metodologia adotada para a construção dos Indicadores Estratégicos do Exército é a do Balanced Scorecard (BSC) ou Indicadores Balanceados de Desempenho.

A PMT, de 2019, estabeleceu um Indicador de Resultado (IR) para cada OEE, que visou medir a eficácia dos objetivos estabelecidos. Essas mensurações expressaram se os resultados esperados foram alcançados e se estão contribuindo para a melhoria dos resultados dos macroprocessos da Cadeia de Valor Agregado do EB (CVA-EB), que estão relacionados aos processos finalísticos (Operações Terrestres: Preparo e Emprego), gerenciais (Política e Estratégia) e de gestão interna.

A medição estratégica do Exército priorizou as perspectivas constantes no mapa estratégico do EB, a fim de garantir a eficiência, a eficácia, a economicidade, a transparência e a efetividade da atuação do EB. O uso de indicadores retratou como o Exército planejou verificar se sua estratégia de atuação está sendo bem sucedida e se está fornecendo às partes interessadas os principais resultados esperados.

Os Indicadores de Resultado (IR) estão relacionados diretamente ao alcance do objetivo estratégico. Os IR poderão advir dos macroprocessos da cadeia de valor agregado (CVA), demonstrando os resultados das atividades finalísticas, gerenciais e de suporte do Exército. Os índices dos IR relacionados aos macroprocessos da CVA é uma das referências para o estabelecimento dos OEE. Os IR são revisados e avaliados por meio de reuniões de monitoramento e controle.

Algumas metas previstas nos IR não foram atingidas em virtude de restrições orçamentárias que impactaram negativamente o resultado desejado.

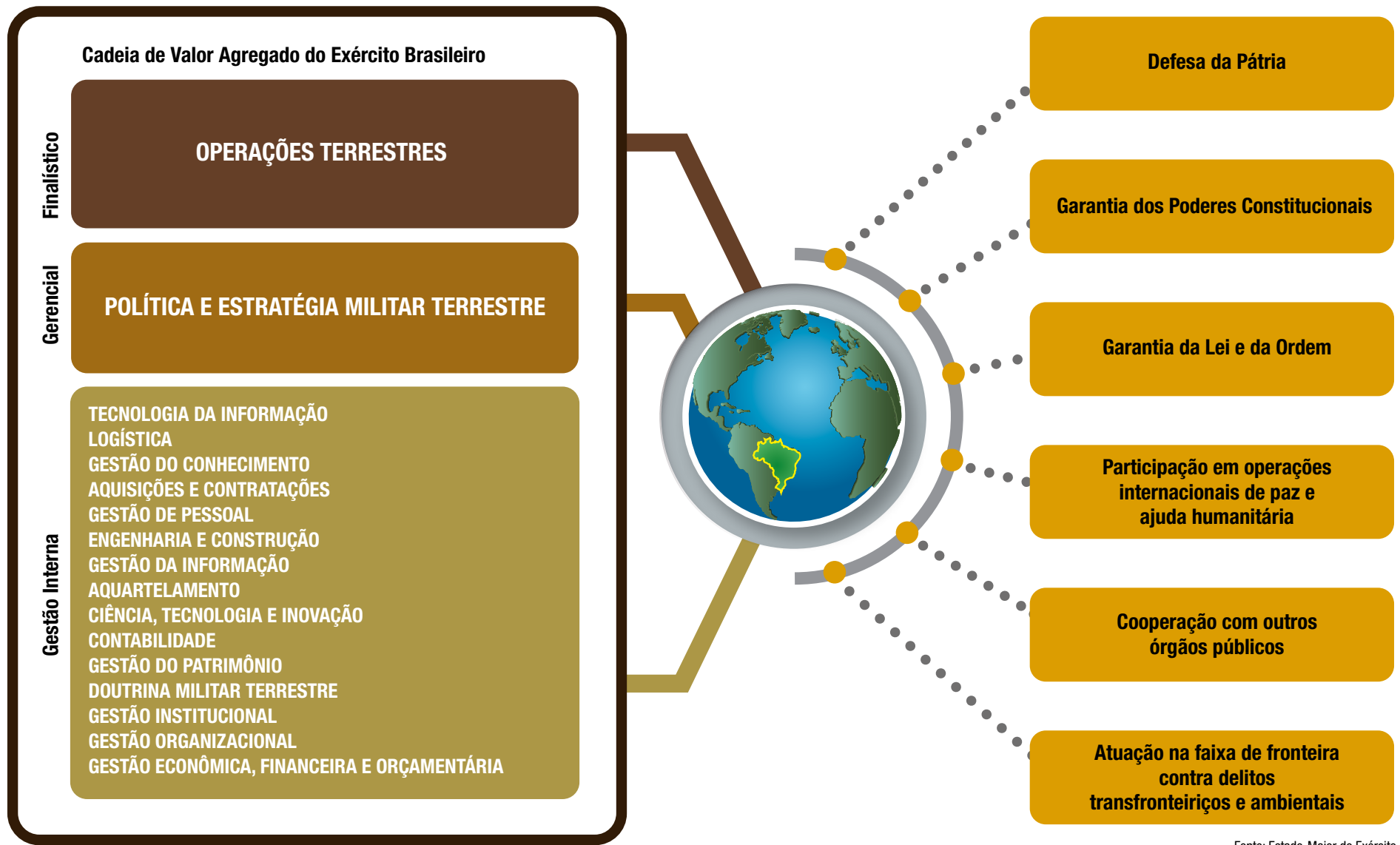
Nesse contexto, os IR dos OEE são apresentados ao longo dos capítulos 2 e 3 deste Relatório e a relação completa pode ser encontrada no Anexo A da Portaria-EME/CEx nº 979, de 06 de março de 2023, e estão disponíveis no Portal da Transparência do site do EB por meio do endereço eletrônico https://www.eb.mil.br/documents/d/ouvidoria/politica_militar_terrestre_v_20_12_19.

Fotomontagem: 1º Ten Martins

1.7 CADEIA DE VALOR AGREGADO DO EXÉRCITO (CVA-EB)

A cadeia de valor do Exército (CVA-EB) é uma representação gráfica dos macroprocessos organizacionais, que proporciona uma visão sistêmica de como o EB atua para cumprir sua missão institucional. O valor final gerado se estende além dos limites da organização, traduzindo o desempenho do EB em prol do Estado e da sociedade brasileira.

A CVA-EB está estruturada em macroprocessos finalísticos, gerenciais e de gestão interna. Nessa metodologia, o macroprocesso "Operações Terrestres" revela as grandes entregas institucionais.

Como parte dos mecanismos de governança, a CVA é um importante elemento na elaboração do Plano Estratégico do Exército (PEEx), constando da primeira fase do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx). Nessa fase, a CVA fornece a base para a elaboração dos direcionadores estratégicos da Força Terrestre, guiando os resultados a serem alcançados pelos Objetivos Estratégicos.

Fonte: Estado-Maior do Exército.

1.8 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A preocupação com o gerenciamento de riscos no âmbito do Exército Brasileiro, particularmente a relacionada às atividades de preparo e emprego operacional, permeia a própria história da Instituição e antecede, em muito, a base normativa recentemente estabelecida.

Essa preocupação é percebida e já existia em relação às atividades administrativas e aos principais processos críticos.

Atualmente, a gestão de riscos e controles internos possui como pilar a Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro (PGR-EB) (EB10-P-01.004), 2ª Edição, 2018.

A Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro tem por objetivos melhorar a governança, aumentando a probabilidade de alcance dos objetivos estratégicos e organizacionais, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis; aperfeiçoar a eficiência, eficácia e efetividade dos programas, projetos e processos organizacionais; salvaguardar recursos públicos para prevenir perdas de toda ordem, mau uso de bens públicos e danos ao erário; aperfeiçoar os controles internos da gestão; estabelecer uma base confiável de conhecimentos para tomada de decisão e planejamento em todos os níveis; melhorar a identificação de oportunidades e riscos; e contribuir para o Programa de Integridade.

Para mais informações, acesse a Política de Gestão de Riscos: https://www.eb.mil.br/documents/d/ouvidoria/politica-de-gestao-de-riscos-do-eb.

Em 2019, dando continuidade ao processo de implantação da gestão de riscos no EB, foi publicada a Diretriz Reguladora da Política de Gestão de Riscos do EB (EB20-D-02.010), 1ª Edição, cuja finalidade é possibilitar o detalhamento das ações previstas na Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro; definir princípios, objetivos, competências, responsabilidades e diretrizes gerais preconizadas na Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro; buscar o alinhamento entre a gestão de riscos e o planejamento estratégico do Exército; regular as competências e as medidas gerais necessárias à implantação do Comitê de Governança, Riscos e Controles do Exército (CGRiCEx), do Escritório de Gestão de Riscos e Controles do Exército (EGRiCEx), das assessorias de gestão de riscos e controles (AGRiC), das equipes de gestão de riscos e controles (EGRiC) e dos proprietários de riscos e controles (PRisC); orientar os diversos escalões do EB, incluídas as entidades vinculadas, quanto às ações necessárias à implantação da gestão de riscos no âmbito da Força e detalhar as competências e atividades necessárias para a coerente integração da gestão de riscos ao Programa de Integridade vigente no Exército. Para mais informações acesse a Diretriz Reguladora da Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro: https://www.eb.mil.br/documents/d/ouvidoria/diretriz-da-politica-de-gestao-de-riscos-do-eb.

A fim de coordenar esforços e aproveitar a estrutura de comando, característica marcante da Instituição, adotou-se o modelo de linhas de defesa constante da figura abaixo. A forma apresentada possibilita que o escalão superior verifique se o escalão diretamente subordinado está cumprindo as determinações de acordo com as orientações emanadas pelos órgãos competentes.

ACE — Assuntos de Gestão de Riscos e Integridade para decisão do Cmt Ex

CGRiCEx — Vice-Chefe do EME, Vice-Chefe/SCmt/SSect, ODS/ODOp/Ch, OADI, SCh EME

EGRiCEx — Órgão Técnico-Normativo

CCIEX e CGCFEX — 3ª Linha de Defesa

Governança

Gestão

1ª Linha de Defesa de seus próprios processos

AGRiC — EME (OM), ODOp, ODS, OADI, O Ap, C Mil A, RM, DE, Gpt Log, Gpt E, Bda e demais OM

2ª Linha de Defesa

1ª Linha de Defesa

EGRiC e PRisC — Equipes temáticas organizadas pelas OM, militares e servidores civis responsáveis pelos processos

ESTRUTURA DAS 3 LINHAS DE DEFESA.
Fonte: Diretriz Reguladora da Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro.

A gestão de riscos estratégicos do EB está incorporada ao Sistema de Governança e Gestão do Exército, assim como é integrante do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército, presente nas etapas de identificação, análise, tratamento e monitoramento dos riscos.

Em relação ao apetite aos riscos da Instituição, em situação de normalidade, salvo exceções justificadas e devidamente autorizadas por autoridade competente, a Força Terrestre não se exporá a riscos classificados como "EXTREMOS". A identificação de riscos classificados nessa categoria implicará na obrigatoriedade do imediato estabelecimento de controles internos preventivos e para a mitigação dos danos visualizados.

Em 2 de outubro de 2019, por meio da Portaria – EME nº 292, com o objetivo de normatizar procedimentos, foi aprovado o Manual Técnico da Metodologia de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro, MTMGR-EB, (EB20-MT02.001), 1ª Edição.

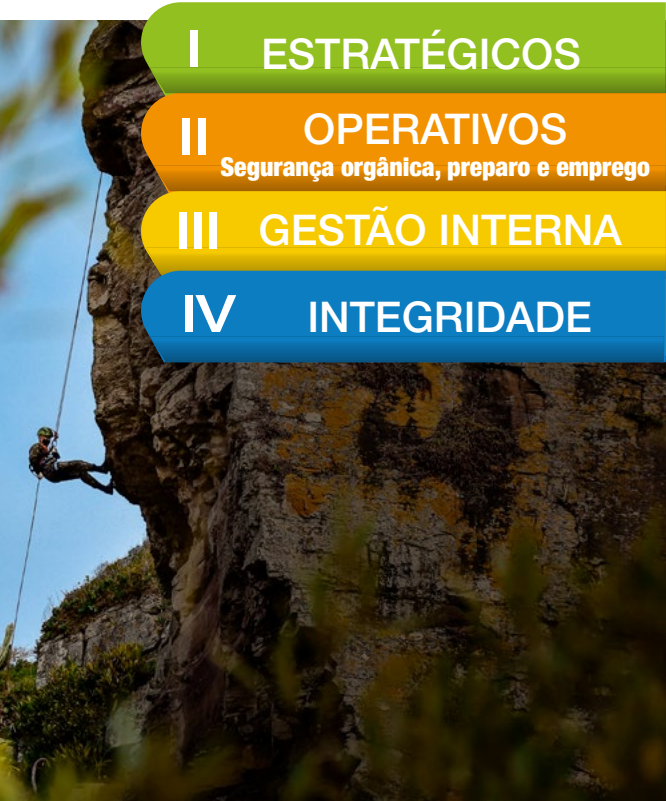
Para mais informações, acesse o Manual Técnico da Metodologia de Gestão de Riscos: https://www.eb.mil.br/documents/d/ouvidoria/manual-tecnico-da-metodologia-de-gestao-de-riscos-do-eb.

As fontes de risco identificadas pelo EB são as seguintes:

I – Fontes internas: pessoal, material e administrativa; e

II – Fontes externas: econômicas, ambientais, políticas, sociais e tecnológicas.

Ao levantar os riscos da Instituição, buscou-se elencar os de níveis mais elevados, de forma a estabelecer prioridades para tratá-los.

Assim, os riscos do EB são classificados em:

De maneira geral, os principais riscos estratégicos, aos quais o EB está exposto estão relacionados à insuficiência ou ao contingenciamento de recursos, ao não cumprimento dos prazos para execução de programas, projetos e atividades, principalmente as que envolvem parcerias com empresas privadas, assim como à falta de capacitação de pessoal. Em resposta aos riscos identificados, foram elaborados planos de ação e contingência com base na metodologia adotada.

Uma das principais fontes de riscos encontrada no atual exercício financeiro está relacionada à possibilidade de redução dos recursos orçamentários previstos na PLOA, em relação aos autorizados na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2023, aspecto decorrente da utilização. Atividades previstas, com destaque para as atinentes ao preparo e emprego da Força, poderão ser afetadas, haja vista que o montante disponibilizado na LOA 2023 poderá obrigar a ajustes no planejamento inicial.

OS PRINCIPAIS RISCOS ESTRATÉGICOS SÃO:

PRINCIPAIS FATORES DE RISCOS	MITIGAÇÃO
Variação cambial, desequilíbrio orçamentário, corte ou descontinuidade do fluxo regular de recursos orçamentários poderá implicar em atrasos na obtenção dos benefícios, bem como a necessidade de ajustes de escopo dos programas estratégicos. Os benefícios dos programas, uma vez atrasados em suas obtenções, podem impactar negativamente com perda da janela de oportunidade para o atingimento do objetivo estratégico previsto, impondo restrições ao processo de transformação do Exército.	Sensibilizar o Governo Federal para a crescente priorização de recursos orçamentários destinados aos investimentos em Defesa, reavaliar os estudos de viabilidade econômica, adequar os escopos e/ou cronogramas dos programas e renegociar contratos com a Base Industrial de Defesa.
A não obtenção de valores orçamentários adequados para atender à implantação da estrutura de defesa e guerra cibernética poderá causar descontinuidade nas entregas previstas pelos projetos integrantes dos Programas de Defesa Cibernética ou o retardamento da obtenção das capacidades a serem geradas.	Agir, junto às autoridades competentes, para obter recursos orçamentários adequados para a implantação da estrutura de defesa e guerra cibernética, com oportunidade e efetividade.
Hiato tecnológico existente na indústria de defesa nacional ou falta de acesso às tecnologias de defesa de países fornecedores poderá implicar na indisponibilidade de materiais de defesa tecnologicamente compatíveis com as necessidades de transformação.	Sensibilizar as esferas de Governo Federal para a implementação de incentivos fiscais à indústria nacional para as atividades de pesquisa e desenvolvimento de material de emprego em defesa. Articular o desenvolvimento de materiais de aplicação em defesa com universidades e centros de pesquisa do País. Pactuar com países fornecedores para internalização de tecnologias disponíveis.
Surgimento de novos materiais de defesa poderá acarretar a obsolescência tecnológica antecipada de materiais de defesa em produção ou em desenvolvimento, o que poderá levar à descontinuidade da viabilidade técnica dos processos de aquisição ou desenvolvimento para entregas de projetos de defesa específicos.	Atualizar os requisitos de novas entregas, conforme as informações disponíveis de novos materiais ou tecnologias. Ajustar o escopo de projetos e/ou programas. Reavaliar os estudos de viabilidade econômica dos benefícios dos programas.
O desalinhamento entre as capacidades militares de defesa do MD e as capacidades operativas da Força Terrestre poderá comprometer o preparo da Força Terrestre para o emprego nas operações de guerra.	Buscar o equilíbrio entre o cumprimento das missões de defesa da Pátria, razão primeira da existência de uma Força Armada, e as crescentes demandas em termos de missões subsidiárias. Ajustar as capacidades militares de defesa por meio do alinhamento do SIPLEx com o Planejamento Baseado em Capacidades (PBC) do MD.
O contingenciamento de recursos orçamentários poderá prejudicar a operacionalidade da Força, bem como o apoio para a execução de projetos de assistência às populações em risco social.	Sensibilizar o Governo Federal para a crescente priorização de recursos orçamentários destinados aos investimentos em defesa.

Fonte: Estado-Maior do Exército.

O EB está atuando para capacitar um número maior de militares, aprovar novos documentos relativos ao tema e aperfeiçoar o processo de gestão de riscos no âmbito da Instituição. Dentre as principais oportunidades surgidas, destacam-se:

- a captação de recursos em órgãos de fomento, tais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e fundações de apoio à pesquisa, ao desenvolvimento e à produção dos Produtos de Defesa, ratificada pela existência de projetos de sucesso desenvolvidos pelo EB;
- a atuação na coordenação da implantação e do desenvolvimento do Sistema Defesa, Indústria e Academia de Inovação;
- o aproveitamento de novas tecnologias de Defesa, o que poderá levar à ampliação do volume de uso dual de Produtos de Defesa produzidos pela indústria nacional em outras áreas das cadeias produtivas, como redes de comunicações, segurança e equipamentos agrícolas pesados; com reflexos em aumento da escala de produção da indústria nacional interna. Isso poderá levar à redução de custos de obtenção de materiais de defesa da indústria nacional;
- a capacitação científico-tecnológica dos recursos humanos do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Exército (SCTIEx), por intermédio de cursos de extensão e pós-graduação, particularmente, mestrado e doutorado, no Brasil e no exterior;
- a entrada em operação do Sistema Integrado de Gestão Logística (SIGELOG). Esse sistema, quando finalizado, proporcionará informações mais confiáveis e, por possuir um relatório de crítica, servirá de base para os planejamentos de aquisições, resultando em economia, melhor controle dos estoques, de distribuição e na qualidade dos bens adquiridos; e
- as ampliações do volume de exportação de Produtos de Defesa pela indústria nacional com reflexos em aumento da escala de produção interna e do volume de uso dual de Produtos de Defesa produzidos pela indústria nacional em outras áreas das cadeias produtivas, como redes de comunicações, segurança e equipamentos agrícolas pesados, com reflexos em aumento da escala de produção da indústria nacional interna.

Torna-se premente que o EB prossiga nos esforços da racionalização administrativa e no controle e aprimoramento de seus gastos, a fim de aumentar, em todos os níveis, a efetividade do gasto público.

É fundamental para a transformação do Exército, e consequente desenvolvimento nacional que os planejamentos dos diversos níveis indiquem máxima prioridade na gestão de recursos disponíveis.

1.9 PRINCIPAIS AÇÕES DE SUPERVISÃO, CONTROLE E CORREIÇÃO ADOTADAS PARA GARANTIR A LEGALIDADE, A LEGITIMIDADE, A ECONOMICIDADE E A TRANSPARÊNCIA NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

1.9.1 PRINCIPAIS AÇÕES DE SUPERVISÃO E DE CONTROLE

A legalidade, a legitimidade, a economicidade e a transparência na aplicação dos recursos destinados ao Exército são garantidas por meio da qualidade de gastos alinhados aos objetivos estratégicos do Exército e das ações de supervisão e controle, estabelecidas na Diretriz Especial de Economia e Finanças do Comandante do Exército-2023/2024, que estipula um ciclo virtuoso de planejamento e execução orçamentária e financeira (disponível em: http://www.sef.eb.mil.br/galeria-de-imagens/551-diretriz-especial-2.html).

Outras ações estão definidas na Diretriz de Governança e Gestão do Exército, de responsabilidade do ODG, dos ODS, do ODOp e dos C Mil A, abrangendo as atividades de governança e gestão, gerenciamento de riscos, bem como de implementação e monitoramento dos controles internos da gestão, visando ao acompanhamento da aplicação dos recursos públicos relativos aos processos finalísticos e de apoio, sob sua responsabilidade.

Assim, as duas Diretrizes supracitadas propõem algumas das seguintes ações de supervisão e controle:

AÇÕES DE SUPERVISÃO E CONTROLE

1.9.2 ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O Sistema de Controle Interno do Comando do Exército (SisCIEx), considerando a dimensão do controle, atua como 3ª linha de defesa, responsável pela avaliação das ações de 1ª e 2ª linhas. A atuação do SisCIEx ocorre mediante a realização das atividades de Auditoria Interna Governamental, referentes aos serviços de avaliação, de consultoria e de acompanhamento e monitoramento das ações apuratórias de irregularidades administrativas.

O SisCIEx tem, como órgão central, o Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx), Órgão de Assistência Direta e Imediata ao Comandante do Exército (OADI) e Unidade Setorial da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, integrando o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. O CCIEx orienta, coordena e supervisiona todo o SisCIEx para que as atividades desse Sistema ocorram em conformidade com a legislação em vigor e o planejamento de auditoria.

Os Centros de Gestão, Contabilidade e Finanças do Exército (CGCFEx) atuam como unidades regionais do SisCIEx, executando as atividades de Auditoria Interna Governamental sob a direção, a coordenação, a orientação normativa e a supervisão técnica do CCIEx.

A atividade de Auditoria Interna Governamental, no âmbito do Comando do Exército, é realizada em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), aprovado pelo Comandante do Exército. O PAINT contempla a relação dos trabalhos de auditoria para o exercício, selecionados com base em uma avaliação de riscos e em função de obrigação normativa. O PAINT está disponível no link http://www.cciex.eb.mil.br/index.php/en/auditorias.

As informações sobre a execução do PAINT e a análise dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria realizados pelo CCIEx e CGCFEx são divulgadas no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), disponibilizado no link http://www.cciex.eb.mil.br/index.php/en/auditorias.

1.9.3 PRINCIPAIS AÇÕES DE CORREIÇÃO

1.9.3.1 ATIVIDADES DE RESPONSABILIZAÇÃO DE MILITARES

Os militares do Exército na ativa, na reserva remunerada e os reformados estão sujeitos ao Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), que tem por finalidade definir as transgressões disciplinares e estabelecer normas relativas às punições disciplinares, ao comportamento dos militares, dos recursos e das recompensas, estando disponível no link (https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/1/702).

Transgressão disciplinar é toda ação praticada pelo militar contrária aos preceitos estatuídos no ordenamento jurídico pátrio, que seja ofensiva à ética, aos deveres e às obrigações militares, mesmo na sua manifestação elementar e simples, ou, ainda, que afete a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe (conforme o RDE).

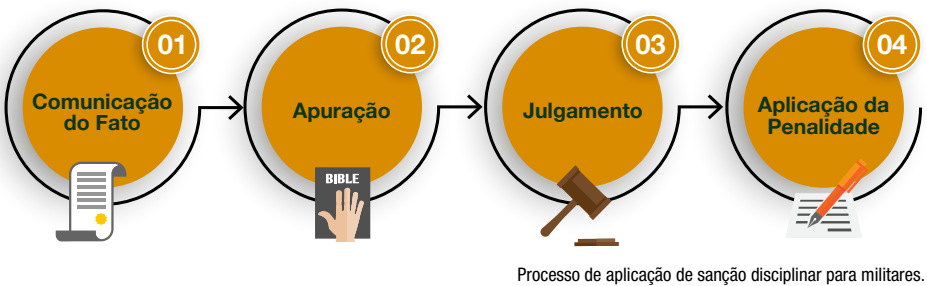
No Exército, a apuração e a responsabilização de transgressões disciplinares são realizadas em todos os níveis da estrutura de comando, chefia e direção das organizações militares (OM), conforme prevê a base normativa.

Nesse contexto, cabe ao Departamento-Geral do Pessoal (DGP), também, o registro das informações para fins de compor o processo de avaliação, de seleção e de promoção dos militares.

As atividades de responsabilização de militares subdividem-se em duas vertentes: casos relacionados à disciplina militar; e os de violações de caráter ético-moral.

No que diz respeito aos casos disciplinares, o Comando do Exército, em razão de suas especificidades, apresenta processos de responsabilização próprios, cujas atividades estão intrinsecamente relacionadas aos princípios da hierarquia e da disciplina, e têm como objetivo a apuração de transgressão disciplinar.

A aplicação da punição disciplinar visa à preservação da disciplina e tem caráter educativo.

Processo de aplicação de sanção disciplinar para militares.

Quanto às violações de caráter ético-moral, as condutas consideradas antiéticas praticadas por militares têm seus julgamentos realizados por intermédio de Tribunais de Honra: Conselhos de Justificação (julgamento de oficiais - Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972); e Conselhos de Disciplina (julgamento de praças - Decreto nº 71.500/72).

TRIBUNAIS DE HONRA INSTAURADOS EM 2023

TIPO	POSTO/GRADUAÇÃO	QUANTIDADE
Conselho de Disciplina	Aspirante a Oficial e Praças	23
Conselho de Justificação	Oficiais	5

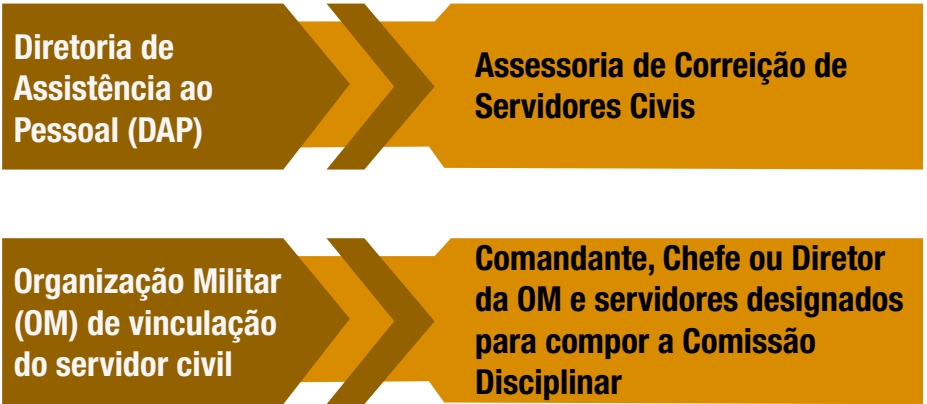
Fonte: Banco de dados / ATH.

1.9.3.2 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO RELATIVAS AOS SERVIDORES CIVIS

As atividades de correição relacionadas aos servidores civis, pertencentes aos Quadros e Tabelas do Comando do Exército, são coordenadas pelo Departamento-Geral do Pessoal (DGP).

O gerenciamento e a implantação dos dados referentes a todos os procedimentos apuratórios no âmbito do Comando do Exército (sindicância e processo administrativo disciplinar – PAD), no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), são realizados de forma centralizada, pelo DGP, à exceção das demissões e da penalidade de suspensão superiores a 30 (trinta) dias, cujos registros de julgamento são efetuados no Gabinete do Comandante do Exército.

Diretoria de Assistência ao Pessoal (DAP) → **Assessoria de Correição de Servidores Civis**

Organização Militar (OM) de vinculação do servidor civil → **Comandante, Chefe ou Diretor da OM e servidores designados para compor a Comissão Disciplinar**

Fonte: Sistema de Gestão de Processos Administrativos Disciplinares (CGU-PAD).

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS APLICADAS AOS SERVIDORES CIVIS EM 2023 (ÂMBITO EB)

PUNIÇÕES	QUANTIDADE
Demissão	3
TOTAL EXPULSIVA (A)	3
Suspensão	4
Advertência	5
TOTAL NÃO EXPULSIVA (B)	9
TOTAL GERAL (A + B)	**12**

Fonte: Sistema CGU-PAD.

Os procedimentos correcionais de menor gravidade e suas respectivas sanções (sindicâncias que resultam em advertência e suspensão de até 30 dias) por serem instaurados e julgados nas OM de lotação dos servidores, são cadastrados pela Diretoria de Assistência ao Pessoal, a DAP, perante a CGU-PAD, após o recebimento dos respectivos autos.

PRINCIPAIS CAUSAS DAS SANÇÕES APLICADAS (ART. 117 DA LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990)

PUNIÇÕES	QUANTIDADE
Abandono de Cargo	3
Descumprimento de normas legais e regulamentares	9
TOTAL GERAL	**12**

Fonte: Sistema CGU-PAD.

1.9.4 APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS E ILÍCITOS

A atividade de responsabilização de militares e de servidores civis também corresponde às ações apuratórias de irregularidades administrativas, com vistas ao ressarcimento de danos causados ao erário, mediante a realização de processos administrativos instaurados pelas OM do Exército, em conformidade com as Normas para a Apuração de Irregularidades Administrativas no Âmbito do Comando do Exército (EB10-N-13.007), aprovadas pela Portaria - C Ex nº 1.845, de 29 de setembro de 2022.

No que concerne aos processos de apuração de eventuais ilícitos, esses são conduzidos de forma descentralizada, pelos órgãos responsáveis por sua apuração, análise e decisão, cuja publicidade de suas conclusões são tornadas públicas, conforme os preceitos legais e, ainda, preservando-se o que dispõe a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

CAPÍTULO 2

RESULTADOS ESTRATÉGICOS ALCANÇADOS

2. RESULTADOS ESTRATÉGICOS ALCANÇADOS

2.1 DISSUASÃO EXTRARREGIONAL

2.1.1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Política Militar Terrestre, contribuir com a dissuasão extrarregional é ter forças militares com eficiência operacional e poder de combate, expressos pelo grau de ordenação, qualificação e preparação dos recursos materiais e humanos, suficientes e capazes de desencorajar qualquer agressão militar e, também, dispor de tropas com maior capacidade de mobilidade (estratégica e tática) e elasticidade.

O Objetivo Estratégico do Exército 01 (OEE 01) – contribuir com a dissuasão extrarregional – tem a intenção de dispor de OM com elevada prontidão, mobilidade (estratégica e tática), letalidade e proteção (individual e coletiva), suficientes para desaconselhar ou desviar ameaças, reais ou potenciais, em qualquer expressão do poder, inibir a concentração de forças hostis na fronteira terrestre, contribuir para a dissuasão nas águas jurisdicionais e no espaço aéreo do País.

Assim, as atividades estabelecidas no Plano Estratégico do Exército para o OEE 01 afetam sensivelmente o preparo da Força Terrestre para emprego em Operações Terrestres, processo finalístico do Exército Brasileiro.

2.1.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

O Índice de Operacionalidade da Força Terrestre (IOpFT) é um indicador a cargo do EB que compõe o Índice de Operacionalidade das Forças Armadas, criado para mensurar o OEE 1 - Contribuir com a dissuasão extrarregional, sendo a responsabilidade pela mensuração do Comando de Operações Terrestres (COTER).

O conceito de nível de operacionalidade envolve a avaliação interna à Força, conforme indicador abaixo:

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 01 - CONTRIBUIR COM A DISSUASÃO EXTRARREGIONAL

INDICADOR	META	RESULTADO
IR 01 - ÍNDICE DE OPERACIONALIDADE DA FORÇA TERRESTRE	80%	81,03%

Fonte: Estado-Maior do Exército.

Para 2023, o EB comprometeu-se a buscar o atingimento da meta de 80% do IOpFT. Ao final do exercício, o resultado alcançado foi de 81,03%, ficando acima do esperado.

Fotomontagem: STen Bastos/CCOMSEx

2.1.3 PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES

As prioridades e os objetivos do Programa 6012 – Defesa Nacional – abrangem, entre outras vertentes, projetos destinados ao aparelhamento das Forças Armadas com meios e equipamentos militares mais modernos, eficientes e adequados ao trinômio controle, mobilidade e presença, previstos na Estratégia Nacional de Defesa.

Nesse sentido, citam-se entre outras prioridades estabelecidas para os objetivos estratégicos no ano de 2023, aquelas associadas às entregas físicas dos seguintes Programas Estratégicos do Exército:

PRG EE	AO	RECEBIDO (R$)*	UTILIZADO (R$)*	TAXA DE EXECUÇÃO
F Bld	14T4	776.982.795,00	774.027.026,14	99,62%
ASTROS	14LW	46.610.416,00	46.610.416,00	100%
AVIAÇÃO	3138	24.562.397,00	24.409.914,24	99,38%
	21D3	18.700.000,00	18.699.976,70	99,99%
DAAE	13DB	61.993.414,00	60.066.920,72	96,89%
	21D1	604.107,00	603.045,67	99,82%
OCOP	21D2	238.849.371,00	237.748.560,94	99,54%

Fonte: Tesouro Gerencial.

(*) – As Ações de Governo, cujos valores empenhados estão acima e/ou abaixo das dotações atualizadas recebidas, devem-se às variações cambiais positivas e/ou negativas dos materiais/serviços contratados no exterior por intermédio da Comissão do Exército Brasileiro em Washington/DC, conforme contratação de câmbio junto ao Banco Central (BC).

Fonte: Acervo do CCOMSEx

FORÇAS BLINDADAS

Fotomontagem: STen Bastos/CCOMSEx

2.1.3.1 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO FORÇAS BLINDADAS - PRG EE F BLD

O Programa Estratégico do Exército Forças Blindadas tem a finalidade de contribuir para a transformação das Brigadas Blindadas e Mecanizadas do Exército Brasileiro, com a obtenção coordenada de meios blindados de combate sobre rodas e sobre lagartas, impulsionando a Base Industrial de Defesa Brasileira pela aquisição de Sistemas e Materiais de Emprego Militar.

No escopo desse Programa, encontra-se a Nova Família de Blindados sobre Rodas (NFBR) composta por viaturas blindadas leves 4X4, viaturas blindadas médias 6X6 e 8X8, viatura obuseiro autopropulsada sobre rodas 155 mm e a modernização do CASCAVEL. Além disso, a modernização do Blindado sobre Lagartas LEOPARD 1A5 BR e a aquisição de novas viaturas blindadas de combate sobre lagartas, integradas aos Sistemas de Armas, os Sistemas de Proteção e os Sistemas de Comando e Controle.

O Programa é composto, ainda, pelos projetos de pesquisa e desenvolvimento de material de emprego militar, bem como por ações complementares, infraestrutura e preparo, adequando as organizações militares para o recebimento dos novos materiais de emprego militar e contribuindo para a formação de operadores e mecânicos.

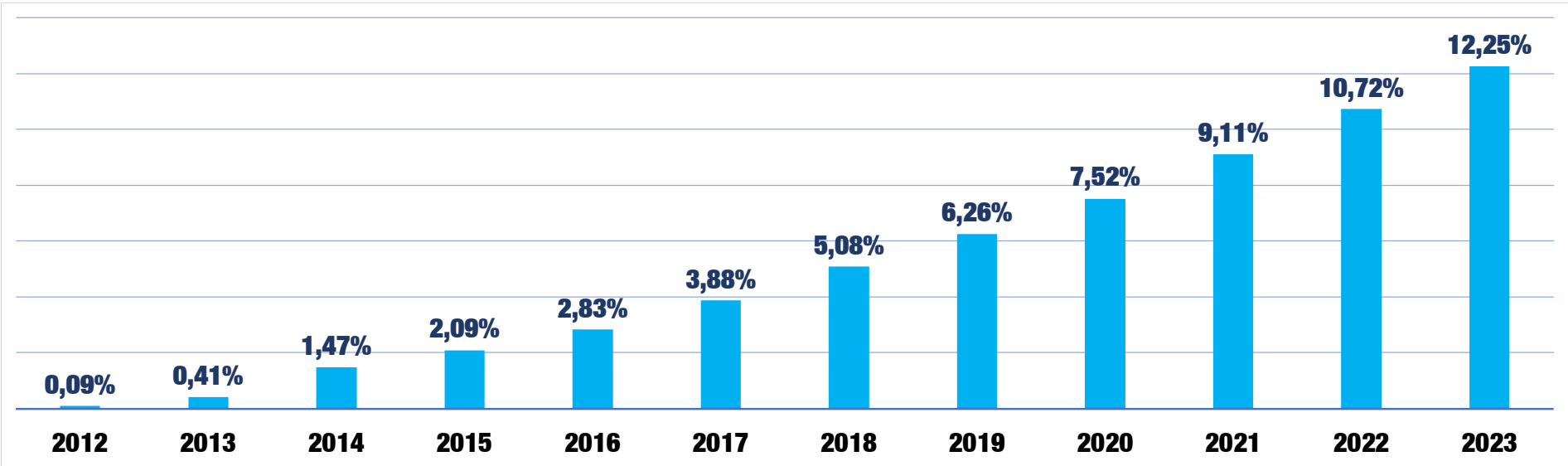
PRINCIPAIS ENTREGAS – 2023 - PRG EE FORÇAS BLINDADAS

- Aquisição de 63 Viaturas VBTP-MSR 6x6 GUARANI;
- Aquisição de 20 Viaturas SOCORRO 6x6;
- Aquisição de 58 Sistemas de Armas Manuais;
- Aquisição de metralhadoras .50 (12,7mm);
- Aquisição de 77 Sistemas de Comando e Controle;
- Aquisição de 70 Computadores Tático Militar;
- Modernização de 1 viatura CASCAVEL;
- Contratação de Suporte Logístico Inicial, sob demanda, para as plataformas das VBTP-MSR Guarani 6x6, para as VBMT-LSR 4X4 e para os Sistemas de Armas Torre Automatizada (REMAX);
- Adequação da Infraestrutura das Unidades que receberam Viaturas Blindadas (estruturas de Manutenção e Garagem);
- Capacitação de 13 militares em sistemas de armas;
- Capacitação de 20 militares no curso de manutenção de Chassi; e
- Capacitação de 45 militares no curso de Manutenção da VBMT-LSR 4X4.

Fonte: Estado-Maior do Exército.

Em 2023, a execução orçamentária do programa foi de 1,53%, perfazendo um total acumulado de 12,25% do previsto, verificados a partir do total liquidado no ano (LOA+RP), em relação ao valor planejado.

VALOR TOTAL PLANEJADO DO PROGRAMA: R$ 30.585.200.000,00.

% EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ACUMULADA POR ANO

Fonte: Tesouro Gerencial.

ASTROS

Fotomontagem: Luiz Fernando Vieira/CCOMSEx

2.1.3.2 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO ASTROS (PRG EE ASTROS)

O Programa Estratégico do Exército Astros tem por objetivo dotar a Força Terrestre com um sistema de apoio de fogo estratégico de longo alcance e elevada precisão, capaz de empregar toda a família de foguetes Astros e mísseis táticos de cruzeiro, além de implantar a estrutura física do Forte Santa Bárbara para a Artilharia de Mísseis e Foguetes, em Formosa (GO). É integrado por projetos de pesquisa e desenvolvimento, de aquisição e modernização de viaturas e de construções de instalações, que contribuem para equipar a Força Terrestre e visem gerar novas capacidades dissuasórias.

Os trabalhos de pesquisa e desenvolvimento envolvem a concepção, o desenvolvimento e o fornecimento de um míssil tático de cruzeiro e de foguetes guiados, em parceria com a Empresa Estratégica de Defesa AVIBRAS; um Sistema Integrado de Simulação, desenvolvido com a Universidade Federal de Santa Maria; e o Sistema Transportável de Rastreio de Engenhos em Voo, contratado perante a empresa OMNISYS.

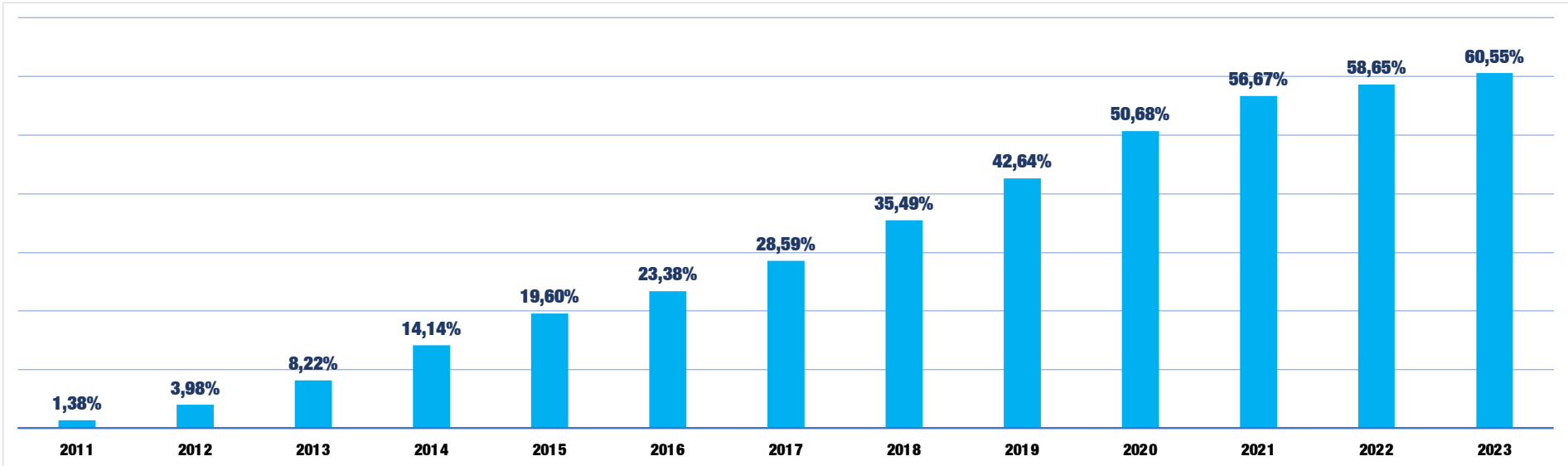
PRINCIPAIS ENTREGAS – 2023 - PRG EE ASTROS

- **Entrega de 55%, acumulado no ano, da Base Administrativa e Campo de Instrução de Formosa, em Formosa/GO;**
- **Entrega de 71%, acumulado no ano, do Pavilhão do Sistema Transportável de Rastreio de Engenhos em Voo (STREV) no Centro de Avaliações do Exército (CAEx), no Rio de Janeiro/RJ;**
- **Entrega de 58%, acumulado no ano, das atividades do plano de trabalho do Sistema Integrado de Simulação ASTROS (SIS-ASTROS), referente à continuação do TED 20-EME-03-00, firmado com a UFSM, no Rio Grande do Sul/RS;**
- **Entrega de 27%, acumulado no ano, da etapa da infraestrutura da Vila Militar Sustentável do Forte Santa Bárbara (FSB), em Formosa/GO; e**
- **Conclusão das obras das instalações da garagem da Bateria de Comando do 6º Grupo de Mísseis e Foguetes, que possui estrutura ampla e moderna e oferece melhores condições de trabalho e segurança aos militares do 6º GMF.**

Fonte: Estado-Maior do Exército.

Em 2023, a execução orçamentária do programa foi de 1,90%, perfazendo um total acumulado de 60,55 % do previsto, verificados a partir do total liquidado no ano (LOA+RP) em relação ao valor planejado.

VALOR PLANEJADO TOTAL DO PROGRAMA: R$ 2.435.000.000,00.

% EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ACUMULADA POR ANO

Fonte: Tesouro Gerencial.

AVIAÇÃO

Fotomontagem: STen Bastos/CCOMSEx

2.1.3.3 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO AVIAÇÃO DO EXÉRCITO (PRG EE AV EX)

O Programa Estratégico do Exército Aviação do Exército tem como objetivo geral manter a Aviação do Exército como um vetor de modernidade e eficiência operacional.

Para alcançar o objetivo planejado, o escopo do programa contempla o aperfeiçoamento do Sistema de Aviação do Exército, por meio da modernização da frota existente e da aquisição de aeronaves de ataque, a fim de contribuir para o cumprimento de missões de combate ofensivas, de reconhecimento e de segurança.

O Programa é composto por projetos que visam ampliar as capacidades do Sistema de Aviação do Exército e por ações complementares de infraestrutura e modernização, adequando-se às organizações militares e buscando estender a vida útil da frota de helicópteros.

PRINCIPAL ENTREGA – 2023 – PRG EE AVIAÇÃO DO EXÉRCITO
• Modernização de 4 aeronaves HM-1A Pantera K2

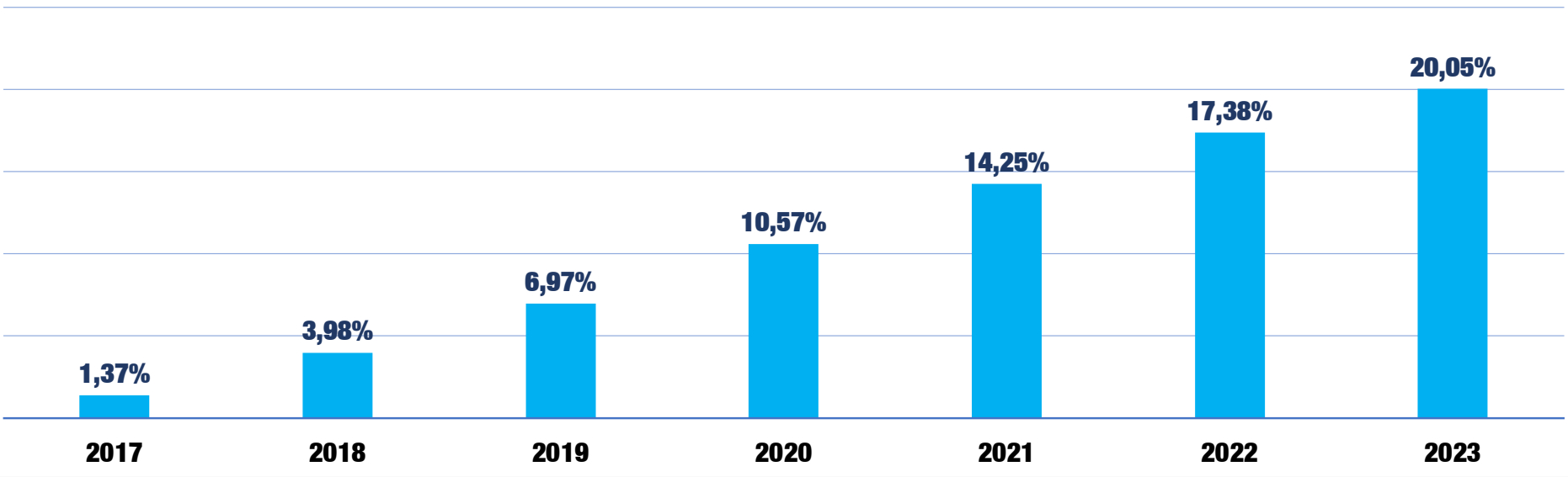
Fonte: Estado-Maior do Exército.

Em 2023, a execução orçamentária do Programa foi de 2,67%, perfazendo um total acumulado de 20,05% do previsto, verificados a partir do total liquidado no ano (LOA+RP) em relação ao valor planejado.

VALOR PLANEJADO TOTAL DO PROGRAMA: R$ 4.905.862.000,00.

% EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ACUMULADA POR ANO

Fonte: Tesouro Gerencial.

Foto: Acervo do CCOMSEx

DEFESA ANTIAÉREA

Fomontagem: STen Bastos/CCOMSEx

2.1.3.4 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO DEFESA ANTIAÉREA (PRG EE DAAE)

O Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea está organizado com o objetivo de recuperar capacidades já existentes, bem como obter novas capacidades de defesa antiaérea de baixa e média alturas, modernizando as organizações militares de Artilharia Antiaérea da Força Terrestre.

O Programa foi estruturado para viabilizar a participação da indústria nacional de defesa, atribuindo grande importância para a transferência de tecnologia de produtos de defesa ainda não acessíveis no País, com a assimilação de novas capacidades e contribuindo para o incremento dos postos de trabalho de alta qualificação no Brasil.

PRINCIPAIS ENTREGAS - 2023 - PRG EE DEFESA ANTIAÉREA

- Aquisição de 4 Radares SABER M60 versão 2.0 (fabricação nacional);
- Aquisição de 3 Mockup do Posto de Tiro do Sistema Antiaéreo RBS 70NG;
- Aquisição de Conjunto de equipamentos de comunicações para as Seções de Artilharia Antiaérea;
- Conclusão de Cursos:
  - III e IV Estágios de Capacitação em Manutenção de Simuladores do Sistema Antiaéreo RBS 70/RBS 70NG; e
  - Capacitação de 18 militares em Armazenagem, Manuseio, Manutenção e Transporte do Sistema RBS70/RBS70NG.

Fonte: Estado-Maior do Exército.

Em 2023, a execução orçamentária do Programa foi de 0,53%, perfazendo um total acumulado de 11,26% do previsto, verificados a partir do total liquidado no ano (LOA+RP) em relação ao valor planejado.

VALOR PLANEJADO TOTAL DO PROGRAMA: R$ 4.130.148.934,00.

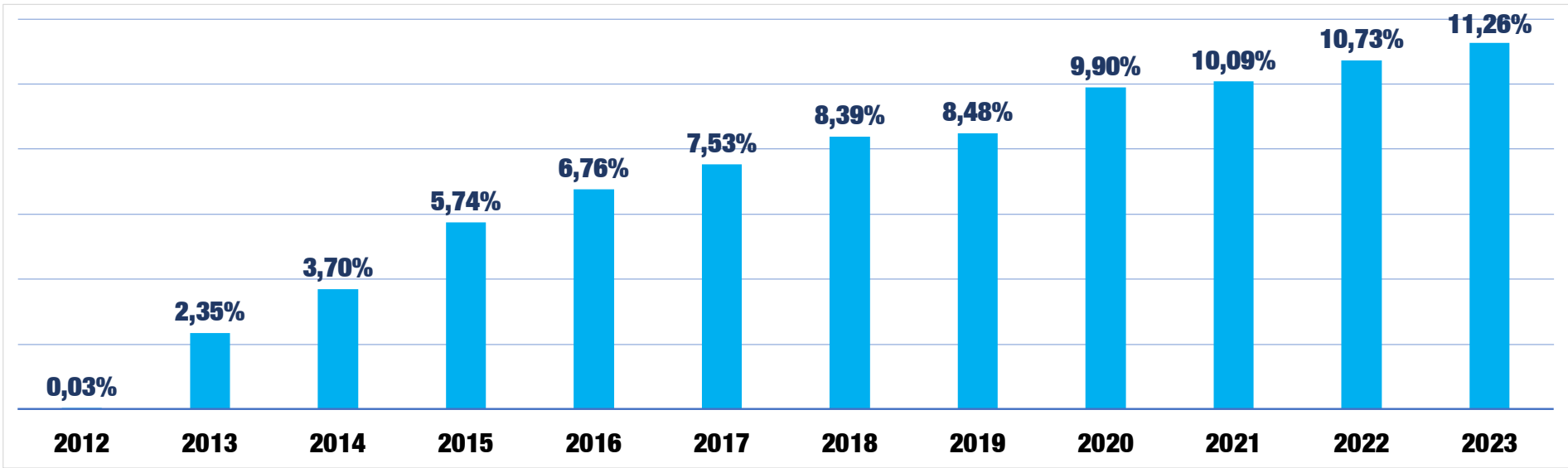
% EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ACUMULADA POR ANO

Fonte: Tesouro Gerencial.

Foto: Acervo do CCOMSEx

OCOP

Fomontagem: STen Bastos/CCOMSEx

2.1.3.5 PROGRAMA DE OBTENÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL PLENA (PRG EE OCOP)

O Programa de Obtenção da Capacidade Operacional Plena tem por objetivo dotar as organizações militares do Exército Brasileiro de sistemas e materiais de emprego militar para manter a permanente capacidade operacional, por meio da substituição de materiais e sistemas defasados tecnologicamente ou no final de seu ciclo de vida, da melhoria dos equipamentos individuais e coletivos do combatente e da efetividade da sustentação logística dos meios militares terrestres.

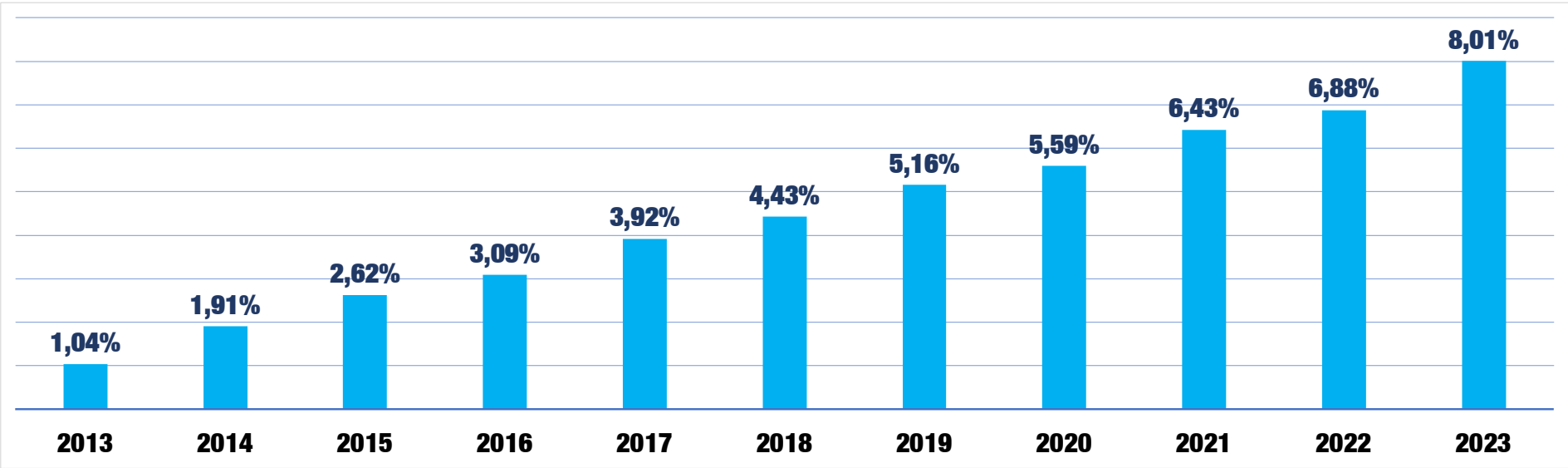
Para alcançar o objetivo planejado, o escopo do programa contempla a obtenção, a pesquisa, o desenvolvimento e a modernização dos sistemas e materiais de emprego militar buscando, no que couber, a interoperabilidade logística com as demais Forças.

PRINCIPAIS ENTREGAS – 2023 - PRG EE OCOP
• Aquisição de fuzis de assalto; • Aquisição de componentes para o sistema de ponte tipo fita Improved Ribbon Bridge (IRB); • Aquisição de Sistema Digitalizado de Artilharia de Campanha (SISDAC); • Aquisição de 3 viaturas de transporte especializado de cães; • Aquisição de 2 viaturas policial escolta; • Aquisição de 2 viaturas motocicleta policial; • Aquisição de rádios e sistemas conexos para as brigadas de emprego estratégico; • Aquisição de 597 paraquedas; • Fabricação de 4 embarcações de combate; • Fabricação de 1000 placas reforçadoras de solo; • Fabricação de 15 morteiros médios; e • Revitalização de 15 morteiros pesados.

Fonte: Estado-Maior do Exército.

Em 2023, a execução orçamentária do programa foi de 1,13%, perfazendo um total acumulado de 8,01% do previsto, verificados a partir do total liquidado no ano (LOA+RP), em relação ao valor planejado.

VALOR PLANEJADO TOTAL DO PROGRAMA: R$ 20.900.000.000,00.

% EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ACUMULADA POR ANO

Fonte: Tesouro Gerencial.

2.1.3.6 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DOS PRG EE

Todos os Prg EE produzem importantes impactos para a Força Terrestre, entre os quais se destacam:

- modernizar a defesa terrestre para a promoção da paz social, favorecendo a manutenção da presença do Estado Brasileiro nos mais diversos rincões do nosso território, de forma a contribuir nas ações de segurança do patrimônio, proteção aos serviços essenciais e infraestruturas críticas, proporcionando a redução da ocorrência de crises;
- desenvolver uma estrutura de apoio às ações de segurança pública para o incremento da interoperabilidade dos órgãos e das agências governamentais, ampliando a presença do Estado nas fronteiras e o apoio ao combate a ilícitos transfronteiriços, promovendo, assim, o aumento da segurança nos centros urbanos;
- estimular o desenvolvimento nacional pela geração de empregos e pelo aumento da renda, pelo fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) e pela capacitação da mão de obra brasileira;
- incrementar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação pelo fomento dos institutos tecnológicos e das entidades acadêmicas, pelo fortalecimento do modelo sustentável, pelo uso dual de tecnologia, pela promoção da independência tecnológica e pelo domínio de tecnologias sensíveis; e
- aumentar a capacidade de dissuasão contra ameaças por intermédio do incremento da capacidade operacional da Força Terrestre, da rearticulação de tropas no território nacional e da criação de novas capacidades militares terrestres.

Para maiores informações sobre os PrgEE, acesse: http://www.epex.eb.mil.br/.

2.1.4 OPERAÇÕES REALIZADAS

OPERAÇÃO ÁGATA

DADOS DA OPERAÇÃO ÁGATA	
MISSÃO	Atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, contra delitos transfronteiriços e ambientais, de forma singular, conjunta ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo.
PERÍODO	2023
EFETIVO E MEIOS	Foram empregados 27.809 militares, além de viaturas, embarcações, blindados e aeronaves militares.
ÓRGÃO/AGÊNCIA APOIADOS	Participam agências de todos os níveis (federal, estaduais e municipais).
LOCAL/ÁREA DE ABRANGÊNCIA	Faixa de fronteira dos Comandos Militares da Amazônia, do Norte, do Sul e do Centro Oeste (faixa de fronteira terrestre - § 2º, do art. 20 da Constituição Federal -16.886 km de extensão por 150 km de largura).
BENEFÍCIOS	Ampliação da segurança na faixa de fronteira e desenvolvimento das capacidades operativas em missões dessa natureza, bem como a integração com agências de todos os níveis (federais, estaduais e municipais).
RECURSOS UTILIZADOS	R$30.588.528,71

Fonte: COTER.

RESULTADOS

AÇÕES 2023	TOTAL
Singulares	941
Conjuntas	4
Patrulhas (Rec Fron)	1.348
Revistas/Vistorias	71.344
Patrulhas/ Inspeções Navais	1.054

Fonte: COTER.

APREENSÕES 2023	TOTAL
Drogas	42.740,91 kg
Armamentos	44 und
Minério	2,85 ton
Madeira	302,07 m3
Cigarros	226.765 pct
Pescado	888 kg
Munição	488 und
Explosivos	2 und
Embarcações	174 und
Veículos	29 und
Aeronaves	2 und
Prisões	86
Dinheiro	R$ 371.999,00

Fonte: COTER.

Foto: Acervo do 11º RCMec

OPERAÇÃO ÁGATA FRONTEIRA NORTE

DADOS DA OPERAÇÃO ÁGATA FRONTEIRA NORTE	
MISSÃO	Realizar ações preventivas e repressivas na faixa de fronteira, e Transporte Aéreo Logístico em coordenação e cooperação com os Órgãos de Segurança Pública (OSP) e agências envolvidas, a fim de contribuir para o enfrentamento à Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e na proteção da TI YANOMAMI.
PERÍODO	4 de junho a 15 de novembro.
EFETIVO E MEIOS	Foram empregados 37.632 militares, além de viaturas, embarcações e aeronaves militares.
ÓRGÃO/AGÊNCIA APOIADO	Polícia Federal, IBAMA, Força Nacional de Segurança Pública, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, FUNAI e SESAI.
LOCAL/ÁREA DE ABRANGÊNCIA	Terra Indígena (TI) Yanomami – Roraima.
BENEFÍCIOS	Estabilização da faixa de fronteira na reserva indígena Yanomami, combate a crimes ambientais, bem como a elaboração de proposta de alternativas para a manutenção da fronteira segura.
RECURSOS UTILIZADOS	R$ 33.013.401,41

Fonte: COTER.

Foto: Acervo do CMA

RESULTADOS	
APREENSÕES	QUANTIDADE
BALSAS	86 und
EMBARCAÇÕES	30 und
AERONAVES	21 und
VEÍCULOS	06 und
ARMAS DE FOGO	43 und
OURO	1.783 g
CASSITERITA	47.599 kg
PRISÕES	165
CESTAS BÁSICAS DISTRIBUÍDAS	12.815 und
ATENDIMENTOS MÉDICOS REALIZADOS	908

Fonte: COTER.

2.2 PROJEÇÃO DO EXÉRCITO NO CENÁRIO INTERNACIONAL

2.2.1 INTRODUÇÃO

A projeção do Exército no cenário internacional se expressa nos instrumentos da diplomacia militar, entendida como o rol de atividades desenvolvidas pelos militares em prol da política externa do País. Visa promover intercâmbios e cooperações, construindo relações de confiança mútua, com a finalidade de colaborar com a capacitação do pessoal, a segurança, o desenvolvimento, a estabilidade regional e a paz mundial.

Atualmente, o Exército está presente em todos os continentes do mundo, com militares cumprindo missões de natureza diplomática e permanentes, missões transitórias diversas, discentes e missões operacionais.

2.2.2 RESULTADOS DA PROJEÇÃO DO EXÉRCITO NO CENÁRIO INTERNACIONAL

O Objetivo Estratégico 02 - "Ampliar a Projeção do Exército no Cenário Internacional" – visa aumentar, no contexto internacional, o reconhecimento da capacidade do Exército Brasileiro de atuar em sua missão primária de garantia da soberania nacional, bem como de contribuir para atividades e operações que promovam a estabilidade regional e a paz e segurança mundiais, cabendo à 5ª Subchefia do Estado-Maior do Exército a coordenação dos trabalhos de consolidação dos conteúdos relativos a este OEE.

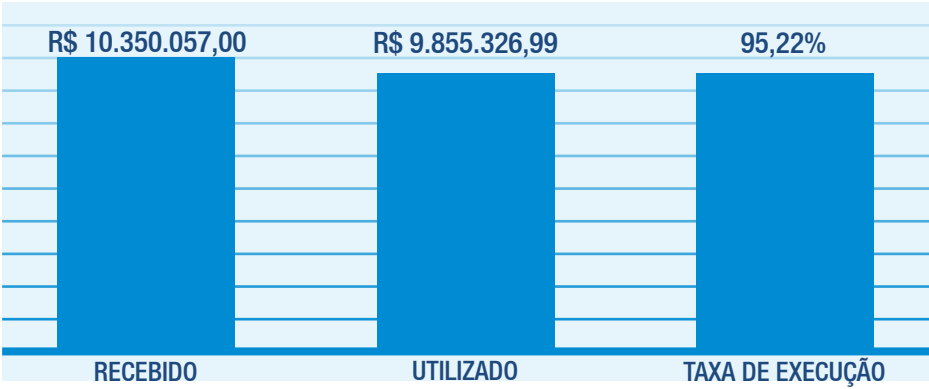
Conforme a Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI), alinhada ao Planejamento Estratégico do Exército, a Instituição tem participado de diversas atividades que a projetam no cenário internacional e que fortalecem os processos de integração e de diplomacia militar com as nações amigas, tais como: Conferências Bilaterais de Estado-Maior (CBEM), Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar (RRIM), conferências multilaterais, exercícios combinados, participação em organismos internacionais e em operações de paz e de ajuda humanitária.

Os resultados do OEE 02 são materializados pelo IR 02 – Índice de projeção do Exército no cenário internacional, apresentado abaixo:

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 02 - AMPLIAR A PROJEÇÃO DO EXÉRCITO NO CENÁRIO INTERNACIONAL

INDICADOR	META	RESULTADO
IR 02 - ÍNDICE DE PROJEÇÃO DO EXÉRCITO NO CENÁRIO INTERNACIONAL	80%	95,11%

Fonte: Estado-Maior do Exército.

Com cerca de 30 aditâncias do Exército no exterior, atendendo aos interesses do Exército e do País perante os países acreditados, a utilização dos recursos disponíveis chegou a 95,22%, conforme apresentado a seguir:

Fonte: Tesouro Gerencial.

2.2.2.1 ATIVIDADES DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CONFERÊNCIAS BILATERAIS DE ESTADO-MAIOR

Conferências
9

CONFERÊNCIAS ESPECIALIZADAS

Reuniões
3

REUNIÕES REGIONAIS DE INTERCÂMBIO MILITAR (RRIM)

Reuniões
8

CONFERÊNCIA DOS COMANDANTES DOS EXÉRCITOS AMERICANOS

países representados
27
Organismos internacionais
2

ADITÂNCIAS MOBILIADAS PELO EXÉRCITO BRASILEIRO EM 2023

Número de países
31
Cargos previstos
66

CERTIFICAÇÃO DE TROPAS PELO SISTEMA DE PRONTO EMPREGO À ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Certificação internacional

2.2.2.2 OPERAÇÃO ACOLHIDA

Operação de caráter humanitário que tem por finalidade realizar, em coordenação com Órgãos do Governo, Organismos Internacionais e Organizações Não Governamentais (ONG), ações necessárias ao acolhimento humanitário de imigrantes. O Exército Brasileiro, ainda nesse contexto, apoia logisticamente (alimentação e transporte) a interiorização de venezuelanos, oriundos de Boa Vista (RR), Pacaraima (RR) e Manaus (AM).

O emprego de militares e meios adquiridos pelo Ministério da Defesa na Operação ACOLHIDA, sob a ótica da vertente "mão amiga" (segurança humana), demonstrou à sociedade nacional e internacional a capacidade de resiliência, coordenação logística e a disposição de controle da Força Terrestre em Operações Conjuntas.

Em termos de interiorização, o deslocamento voluntário dos migrantes e refugiados de Roraima para municípios localizados em outros estados, com a necessária proteção social, estimula as oportunidades de adesão dos venezuelanos ao emprego formal, reunificação familiar ou social, facilitando a integração na sociedade brasileira.

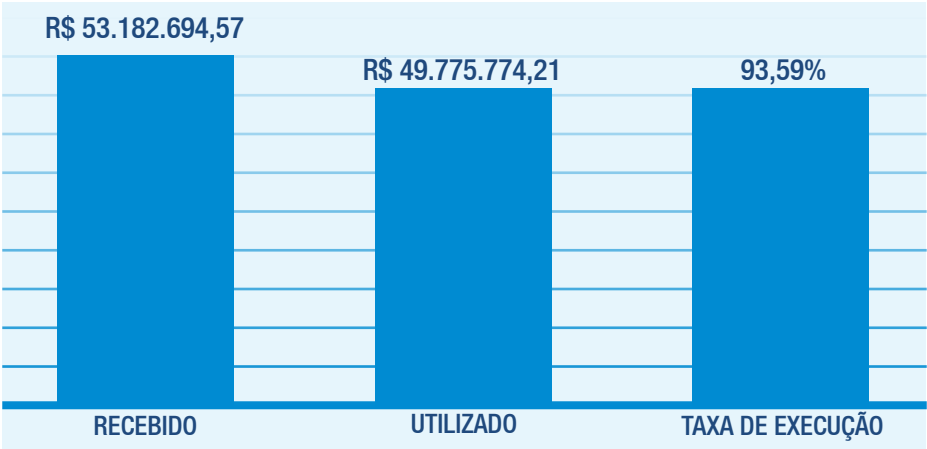
Abrigos para os venezuelanos
Foto: Acervo do CCOMSEx

Pacaraima/RR
Foto: Acervo do CCOMSEx

EFETIVO TOTAL EMPREGADO	EIXO NR 1	EIXO NR 2	EIXO NR 3
8,2 mil militares empregados (17 contingentes desde 2018)	Ordenamento de Fronteiras	Abrigamento	Interiorização
	+ de 950 mil venezuelanos foram atendidos pela operação	8 abrigos e 3 alojamentos temporários	+ de 122 mil interiorizados em + de 1005 municípios

Fonte: COTER.

Fonte: Tesouro Gerencial.

Posto de triagem na fronteira do Brasil com a Venezuela – Pacaraima/RR
Foto: Acervo do COTER

2.2.2.3 OPERAÇÕES COMBINADAS COM NAÇÕES AMIGAS

Na vertente “braço forte”, a Força Terrestre participa de exercícios combinados, tanto em território brasileiro como no exterior, demonstrando os excelentes níveis de adestramento profissional e prontidão de seu pessoal e material.

2.2.2.3.1 OPERAÇÃO CORE 23

A Operação CORE (Combined Operations and Rotation Exercises) é resultado de um programa de cooperação assinado entre o Brasil e os Estados Unidos da América em 2015, que estipula exercícios bilaterais anuais até o ano de 2028. A atividade, além de manter os laços históricos entre os países, tem por objetivo incrementar a interoperabilidade, a integração e a cooperação entre os dois exércitos.

Em novembro de 2023, foi realizado o Exercício CORE 23, que contou com a participação de 308 (trezentos e oito) militares da Companhia dos Fuzileiros do Exército dos Estados Unidos e do 52º Batalhão de Infantaria de Selva do Exército Brasileiro, sendo realizado no Comando Militar do Norte nas localidades de Belém-PA, Macapá-AP, Ferreira Gomes-AP e Oiapoque-AP.

Além de contribuir para o adestramento das Forças de Prontidão e para o aprimoramento do Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre do Exército Brasileiro, o Exercício CORE 23 possibilitou a continuidade dos ensinamentos doutrinários em todas as funções de combate, iniciados e desenvolvidos nos exercícios CORE anteriores (CORE 21, no Brasil e CORE 22, nos EUA), aumentando a interoperabilidade com o Exército dos Estados Unidos e agregando ensinamentos ao Sistema de Prontidão da Força Terrestre.

Foto: Acervo do CCOMSEx

Foto: Acervo do Comando Militar do Norte

Fotomontagem: 3º Sgt Reis - CCOMSEx

2.2.2.3.2 EXERCÍCIO PARANÁ III

A Operação Paraná III foi concebida no quadro de uma catástrofe natural, cujo escopo foi baseado em uma operação de ajuda humanitária com o objetivo de integrar os exércitos das Américas. Foi empregada uma Força Terrestre Componente Combinada dotada das capacidades necessárias para conduzir operações que possam mitigar os impactos de um desastre natural.

Ocorrida no período de 12 a 19 de agosto de 2023, na região de Foz do Iguaçu-PR, foi coordenada pela 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada com emprego de tropas no terreno no valor de um Batalhão de Infantaria Mecanizada Combinado e de módulos de apoio, entre os quais se destacam: Operações Especiais, Aviação do Exército, Hospital de Campanha e Defesa Química Biológica e Nuclear.

A Operação Paraná III contou com a participação dos seguintes países e organismos observadores: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Estados Unidos da América, Guatemala, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Espanha, Panamá, Portugal e Junta Interamericana de Defesa.

Foto: Acervo do COTER

Foto: Acervo da 15ª Bda Inf Mec

Foto: Acervo da 15ª Bda Inf Mec

2.2.2.3.3 OPERAÇÃO ARANDU

Ocorreu, no período de 31 de julho a 4 de agosto de 2023, o Exercício Combinado ARANDU. A atividade militar, realizada entre os Exércitos do Brasil e da Argentina, teve como objetivo coordenar a fase de simulação do Exercício ARANDU, bem como contribuir para a manutenção e fortalecimento da interoperabilidade e das capacidades operacionais mútuas. Reforçou, ainda, os laços de amizade entre os dois exércitos do Cone Sul, promoveu a aproximação estratégica e consolidou a confiança entre os dois países, conforme contido na Estratégia Nacional de Defesa.

A comitiva brasileira foi chefiada pelo Comandante da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, e contou com representantes do Comando de Operações Terrestres, Comando Militar do Sul, Comando de Aviação do Exército, Comando de Operações Especiais, 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel), Brigada de Infantaria Paraquedista, além da participação do adido do Exército na Argentina.

DIREx da Operação Arandu
Foto: Acervo do COTER

Foto: Acervo do COTER

2.2.2.3.4 OPERAÇÕES DE PAZ E MISSÕES DE CARÁTER HUMANITÁRIO

Para o Brasil, como membro fundador da Organização das Nações Unidas (ONU), historicamente comprometido com a solução pacífica de controvérsias, participar de operações de paz é uma consequência natural de suas responsabilidades internacionais. Conforme o art. 4º da Constituição Federal de 1988, entre os princípios que regem as relações internacionais do Brasil estão a defesa da paz, a solução pacífica de conflitos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Fonte: EME.

MILITARES DO EB EM MISSÕES INDIVIDUAIS (ONU, UE E OEA)

Missões de Paz (Staff/Obs)	50	68
MP Br ONU/DPKO/Assessores Esp	05	
Instr e Mon (Centros Op Paz)	04	
Desminagem Humanitária	09	

ESPECIALISTA EM PREVENÇÃO CONTRA EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL NA ONU

DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ (DPO/ONU)

MISSÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ONU

REPRESENTAÇÃO DO BRASIL JUNTO À CONFERÊNCIA DO DESARMAMENTO/ONU
Suíça

UNFICYP
Chipre

UNIFIL
Líbano

MINURSO
Saara Ocidental

DESMINAGEM HUMANITÁRIA
(Colômbia)

- Centro Internacional de Desminagem (CIDES)
- GMI - Remoção de Minas (OEA)
- GATI - Dsmin Hum
- Instrutor Desminagem Humanitária

MONITOR CAECOPAZ
Paraguai

CAECOPAZ
Argentina

CECOPAC
Chile

UNMISS
Sudão do Sul

MINUSCA
RCA

MONUSCO
RDC

2.2.2.4 DESMINAGEM HUMANITÁRIA

O Brasil participa de missões de desminagem humanitária desde o ano de 1993, quando foram enviados os primeiros contingentes para países da América Central. Essas missões são parte do esforço mundial para erradicar as minas antipessoais, com o marco da assinatura do Tratado de Ottawa por diversos países.

Como signatário, o Exército Brasileiro enviou 16 (dezesseis) militares, entre oficiais e praças, com conhecimento na área de desminagem, para as três diferentes missões existentes na Colômbia: Grupo de Monitores Interamericanos (GMI), Grupo de Assessores Técnicos Interamericanos (GATI) e Missão de Instrutores e Assessores de Desminagem Humanitária (MIADH). Esses grupos fizeram parte de um componente externo de monitoramento da atividade de desminagem humanitária, sendo essenciais para a confiabilidade dos trabalhos realizados.

O GMI faz parte da estrutura da Junta Interamericana de Defesa (JID). É enquadrado pela Organização dos Estados Americanos para a execução de labores no território colombiano, integrando o programa de Ações Integrais Contra Minas Antipessoais (AICMA).

O GATI qualifica militares na desminagem humanitária por meio de cursos, sendo também subordinado à JID. Por sua vez, a MIADH é fruto de um acordo bilateral entre os Ministérios de Defesa do Brasil e da Colômbia.

A participação dos militares brasileiros nas citadas missões agregou experiência e possibilitou a atualização de conhecimentos referentes às limpezas de áreas contaminadas por artefatos explosivos.

Fotos: Acervo do DEC.

2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PAZ SOCIAL

2.3.1 INTRODUÇÃO

O Exército possui o desafio de contribuir com o desenvolvimento sustentável e a paz social do país. Para isso, possui o Objetivo Estratégico – 03 (OEE 03), que busca cumprir com efetividade as operações de cooperação e coordenação com agências, nas quais se incluem a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, as atribuições subsidiárias, a prevenção e o combate ao terrorismo, a atuação sob a égide de organismos internacionais e a proteção das estruturas estratégicas terrestres.

Para alcançar o objetivo proposto, estão previstos no PEEx os Programas Estratégicos que reforçam a capacidade do Exército para atuar na proteção da sociedade, tais como a Amazônia Protegida e o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON).

Na execução de ações subsidiárias, o EB reforça sua integração com a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento, a paz interna, a segurança, a harmonia e o bem-estar da Nação. Nesse contexto, em 2023, o Exército realizou atividades importantes de apoio à Defesa Civil, como a Operação Pipa na região Nordeste, a Operação Taquari, na região Sul, e a Operação São Sebastião, no Estado de São Paulo, dentre outras ações em prol da sociedade.

No campo da segurança pública, o Exército Brasileiro realiza diversas operações interagências, o que requer uma coordenação sistêmica. A interação do Exército com outras agências tem a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos. Destacam-se, em 2023, as operações nas Terras Indígenas Yanomami, Alto Rio Guamá, Apyterewa e Trincheira Bacajá, além do apoio ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Dentro do mesmo contexto de contribuição com o desenvolvimento nacional, o Exército Brasileiro realiza Obras de Cooperação, que além de adestrar as tropas de Engenharia, ajuda no desenvolvimento da infraestrutura do país por meio da pavimentação de estradas de rodagem, construção de ferrovias e a pavimentação de ruas em diversas cidades brasileiras.

Assim, as atividades estabelecidas no Plano Estratégico do Exército para o OEE 03 afetam sensivelmente as entregas relacionadas ao macroprocesso finalístico Operações Terrestres.

2.3.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

Para 2023, o EB comprometeu-se a buscar o atingimento de meta de 75% do IR 03 – Índice de Contribuição com o Desenvolvimento Sustentável e a Paz Social, sendo a responsabilidade pela mensuração do Comando de Operações Terrestres (COTER). Ao final do exercício, o resultado alcançado foi de 68,89%.

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 03 – CONTRIBUIR COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PAZ SOCIAL

INDICADOR	META	RESULTADO
IR 03 - ÍNDICE DE CONTRIBUIÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PAZ SOCIAL	75%	68,89%

Fonte: Estado-Maior do Exército.

2.3.3 PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES

2.3.3.1 IMPACTOS DOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

Os Prg EE produzem importantes impactos para a Força Terrestre, entre os quais se destacam:

DEFESA:

- fortalecimento da defesa nacional, mediante a ocupação dos vazios estratégicos, com ênfase para a faixa de fronteira na Amazônia;
- promoção da paz social, pela presença do Estado perante as populações indígenas e ribeirinhas;
- contribuição para o aprimoramento e desenvolvimento das capacidades operacionais e logísticas da Força na Amazônia; e
- aumento da segurança para a população.

ECONÔMICOS:

- geração de empregos e atividades econômicas, contribuindo para o desenvolvimento nacional na região amazônica;
- melhoria da infraestrutura terrestre, aérea e fluvial da região amazônica, com impactos positivos na logística da região; e
- desenvolvimento de soluções tecnológicas apropriadas para o ambiente amazônico.

SOCIOAMBIENTAIS:

- preservação ambiental e da biodiversidade da Amazônia;
- contribuir na repressão aos ilícitos ambientais;
- bem-estar da família militar destacada nas regiões remotas; e
- valorização da diversidade sociocultural e ecológica.

Fonte: EME.

Impactos Socioeconômicos dos Programas
SISFRON e AMAZÔNIA PROTEGIDA

Fotomontagem: STen Bastos/CCOMSEx

2.3.3.2 AMAZÔNIA PROTEGIDA

O Programa Amazônia Protegida gerencia um portfólio de projetos e de ações complementares focados no atendimento das demandas do Planejamento Estratégico do Exército para a área da Amazônia (CMA e CMN). Coerente com a Concepção Estratégica do Exército, realiza ações de implantação, reestruturação, modernização, adequação e aperfeiçoamento das infraestruturas das Organizações Militares de forma a contribuir para a geração de capacidades operacionais para a Força Terrestre. Ademais, realiza ações que geram bem-estar social e qualidade de vida de comunidades indígenas, ribeirinhas e da família militar.

Desta forma, o Programa Amazônia Protegida contribui para a aquisição e o aprimoramento de capacidades operacionais que permitem ao Exército atuar na preservação da soberania brasileira sobre a sua região amazônica, tendo a defesa, o desenvolvimento sustentável, o respeito aos povos índigenas e a preservação ambiental como eixos estruturantes.

As iniciativas do Programa Amazônia Protegida são transversais às ações do Programa Calha Norte do Ministério da Defesa e às inciativas de outros programas estratégicos do Exército, buscando sinergia na geração de capacidades e de benefícios para a sociedade brasileira.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
52.945.370,00	52.945.368,95	99,99%

Fonte: Tesouro Gerencial.

SISFRON

Fomontagem: STen Bastos/CCOMSEx

2.3.3.3 SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS (SISFRON)

O SISFRON objetiva proporcionar ao Exército Brasileiro os meios necessários de monitoramento e controle para operação na faixa de fronteira terrestre brasileira. Destina-se ao sensoriamento, ao apoio às operações e à decisão, a fim de permitir a atuação de forma efetiva nas áreas de fronteira da Amazônia, do Centro-Oeste e do Sul. Coopera, dessa maneira, para a segurança, a redução de ilícitos transfronteiriços, a preservação ambiental, a proteção de comunidades indígenas e a obtenção do efeito dissuasório, por meio da utilização da capacidade operacional do Exército Brasileiro, na selva e em outros ambientes do país, isoladamente ou em conjunto com outros órgãos governamentais.

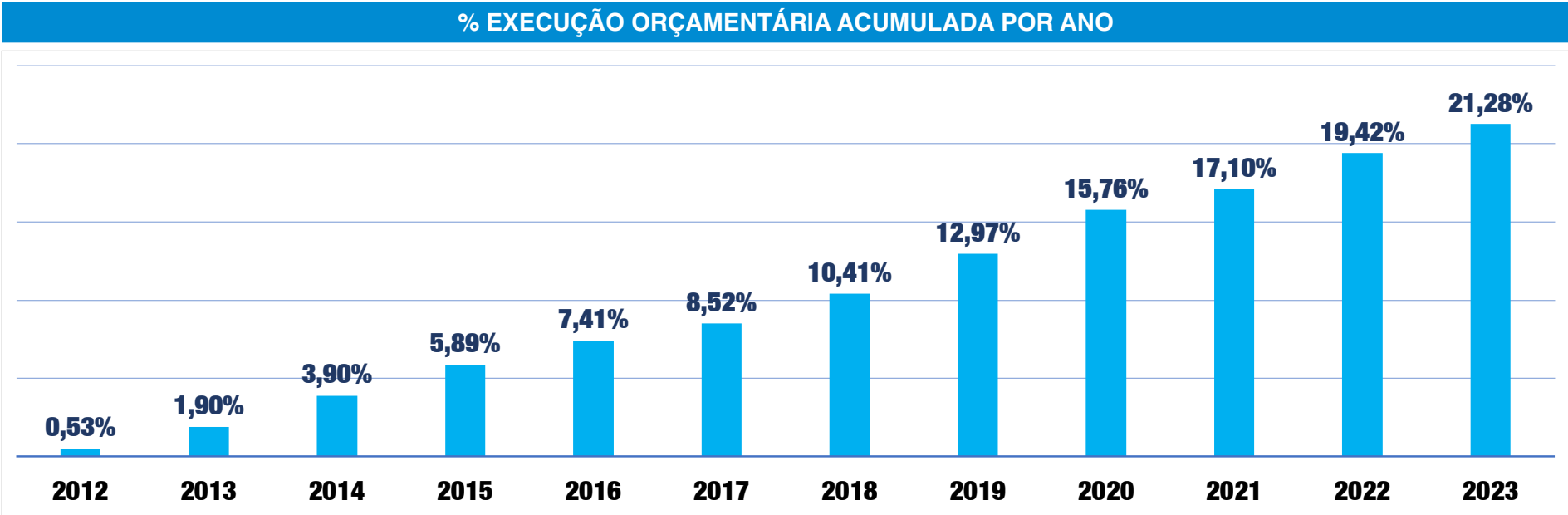
PRINCIPAIS ENTREGAS – 2023 – PRG EE SISFRON

- Prosseguimento da implantação do Projeto Estratégico do Exército de Sensoriamento e Apoio à Decisão (Pjt EE SAD 2);
- Prosseguimento da implantação do Projeto SAD 3;
- Prosseguimento da implantação do Projeto EE SAD 7;
- Finalização da implantação dos Módulos Especiais de Fronteira (Projeto EE SAD 3A), com a adequação das instalações de 5 PEF e 2 OM;
- Aquisição de equipamentos de comunicações;
- Aquisição de 16 viaturas destinadas ao Projeto SAD 2;
- Aquisição de 1 dique flutuante;
- Aquisição de 2 empurradores;
- Aquisição de 8 Ferryboats para 4 OM;
- Aquisição de 1 Estação de Tratamento de Esgoto;
- Aquisição de 1 Módulo de Abastecimento com capacidade de 5.000l;
- Capacitação de 5 turmas de pilotos do SARP Cat 2 Nauru 1.000;
- Aquisição de 1 equipamento de tratamento de água embarcado no Ferryboat;
- Aquisição de 1 Viatura Semirreboque Prancha Leito Reto;
- Aquisição de 1 Escavadeira Hidráulica;
- Aquisição de 3 Viaturas Cisternas de combustível para 3 OM;
- Aquisição de 1 Cavalo Mecânico 6x4;
- Aquisição de 21 Motocargos para 7 OM;
- Aquisição de 1 Caminhão Tanque Combustível;
- Aquisição de 21 Motor de Popa para 2 OM; e
- Aquisição de 7 Pick Up 4x4 Cabine Dupla para 6 OM.

Fonte: Estado-Maior do Exército.

Em 2023, a execução orçamentária do programa foi de 1,86%, perfazendo um total acumulado de 21,28% do previsto, verificados a partir do total liquidado no ano em relação ao valor planejado.

VALOR PLANEJADO TOTAL DO PROGRAMA R$ 11.992.000.000,00

% EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ACUMULADA POR ANO

Fonte: Tesouro Gerencial.

2.3.4 RESULTADOS DAS AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PAZ SOCIAL

2.3.4.1 ATUAÇÃO EM OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS

As principais ações realizadas, pelo Exército, ao longo de 2023, estão resumidas a seguir:

OPERAÇÃO YANOMAMI	
MISSÃO	Realizar apoio logístico aos agentes de diversos órgãos governamentais no combate a crimes ambientais na região, distribuir cestas básicas e realizar atendimentos médicos à população local. Realizar o controle e fiscalização do espaço aéreo com a criação da Zona de Identificação de Defesa Aérea (ZIDA).
PERÍODO	22 de janeiro a 9 junho de 2023.
EFETIVO E MEIOS	Foram empregados 33.271 militares do Comando Militar da Amazônia, além de viaturas, embarcações e aeronaves militares.
ÓRGÃO/AGÊNCIA APOIADO	Polícia Federal, IBAMA e Força Nacional de Segurança Pública, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça e SESAI.
LOCAL/ÁREA DE ABRANGÊNCIA	Terra Indígena (TI) Yanomami - Roraima
BENEFÍCIOS	Proteção à população indígena local, auxiliando no trabalho integrado da força-tarefa mobilizada pelo Governo Federal.
RECURSOS UTILIZADOS	R$ 30.819.065,13

Fonte: COTER.

Visita do Comandante do Exército à Operação Yanomami.
Fotos: Acervo CMA.

OPERAÇÃO TERRA INDÍGENA ALTO RIO GUAMÁ	
MISSÃO	Realizar o apoio logístico aos Órgãos Governamentais (PF, IBAMA, FNSP) no combate a crimes ambientais na região. Montagem e a manutenção de uma base operacional, fornecimento de combustível e apoio de comunicações.
PERÍODO	1º de maio a 31 de julho de 2023.
EFETIVO E MEIOS	Foram empregados 5.782 militares do Comando Militar do Norte.
ÓRGÃO/AGÊNCIA APOIADO	PF, IBAMA, FNSP, SESAI.
LOCAL/ÁREA DE ABRANGÊNCIA	Terra Indígena Alto Rio Guamá – Pará.
BENEFÍCIOS	Proteção à população indígena local e na erradicação do garimpo ilegal, auxiliando no trabalho integrado da força-tarefa mobilizada pelo Governo Federal.
RECURSOS UTILIZADOS	R$ 1.392.605,63

Fonte: COTER.

OPERAÇÃO TERRA INDÍGENA APYTEREWA-PA / TRINCHEIRA BACAJÁ-PA	
MISSÃO	Prover o apoio logístico e em comunicações no combate a crimes ambientais na região. Montagem e manutenção de 3 bases logísticas (São Francisco, São Sebastião e São Félix do Xingu).
PERÍODO	29 de setembro a 16 de dezembro de 2023.
EFETIVO E MEIOS	Foram empregados 2.802 militares do Comando Militar do Norte.
ÓRGÃO/AGÊNCIA APOIADO	OSP, SGPR, FNSP, CENSIPAM, PF, PRF, ABIN, SECOM, FUNAI, INCRA e outras.
LOCAL/ÁREA DE ABRANGÊNCIA	TI Apyterewa-PA / Trincheira Bacajá-PA.
BENEFÍCIOS	Promover a proteção da população e a desintrusão nas Terras Indígenas no Estado do Pará.
RECURSOS UTILIZADOS	R$ 9.279.851,70

Fonte: COTER.

OPERAÇÃO ENEM	
MISSÃO	Apoiar o MEC, disponibilizando locais seguros para o armazenamento das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).
PERÍODO	6 de outubro a 23 de dezembro de 2023.
EFETIVO E MEIOS	8 comandos militares de área e 21 organizações militares em diversos locais do território nacional para a guarda das provas do ENEM.
ÓRGÃO/AGÊNCIA APOIADO	Ministério da Educação – MEC.
LOCAL/ÁREA DE ABRANGÊNCIA	Abrangência Nacional.
BENEFÍCIOS	Contribuição com o Governo Federal nas ações voltadas para o acesso da população à educação superior, atendendo a um total de 3,9 milhões de pessoas.
RECURSOS UTILIZADOS	R$ 1.024.517,29

Fonte: COTER.

2.3.4.2 ATUAÇÃO EM OPERAÇÕES DE APOIO À DEFESA CIVIL

As principais ações realizadas pelo Exército, ao longo de 2023, estão resumidas a seguir:

OPERAÇÃO PIPA	
MISSÃO	Realizar ações de apoio ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil por meio de distribuição emergencial de água potável, prioritariamente às populações rurais atingidas por estiagem e seca na região do semiárido nordestino.
PERÍODO	Ao longo do ano de 2023.
EFETIVO E MEIOS	24 OM do Comando Militar do Nordeste, 387 militares/dia nos escritórios da Operação PIPA e 183 militares empregados nas fiscalizações.
ÓRGÃO/AGÊNCIA APOIADO	Ministérios da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e da Defesa (MD).
LOCAL/ÁREA DE ABRANGÊNCIA	Região do Semiárido Nordestino.
BENEFÍCIOS	Melhoria das condições sanitárias e de saúde da população afetada pela seca e contribuição para a disponibilização de serviços essenciais às famílias da região, evitando o êxodo para as grandes cidades e problemas sociais subsequentes.
RECURSOS UTILIZADOS	R$ 485.576.865,49

Fonte: COTER.

Chegada dos caminhões pipa
Foto: Acervo do CCOMSEx

Verificação do caminhões pipa
Foto: Acervo do CCOMSEx

Fiscalização da Operação Pipa
Foto: Acervo do CCOMSEx

OPERAÇÃO TAQUARI	
MISSÃO	Mitigar os efeitos do ciclone extratropical que assolou a Região Sul do país, em coordenação com órgãos e agências da esfera federal, estadual e municipal.
PERÍODO	setembro a novembro de 2023.
EFETIVO E MEIOS	Foram empregados 1.369 militares do Comando Militar do Sul, 152 viaturas, 8 embarcações, 2 retroescavadeiras, 4 tratores e 5 helicópteros.
ÓRGÃO/AGÊNCIA APOIADO	Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR).
LOCAL/ÁREA DE ABRANGÊNCIA	Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.
BENEFÍCIOS	Restabelecimento da situação de normalidade nos municípios atingidos e contribuição para a preservação da integridade física da população.
RECURSOS UTILIZADOS	R$ 6.940.138,39

Fonte: COTER.

Remoção de entulho em vias públicas na região do Vale do Taquari-RS
Foto: Acervo do COTER

OPERAÇÃO SÃO SEBASTIÃO	
MISSÃO	Mitigar os efeitos das fortes chuvas no município de São Sebastião-SP, em coordenação com a Marinha do Brasil, Força Aérea Brasileira e órgãos e agências da esfera federal, estadual e municipal.
PERÍODO	fevereiro e março de 2023.
ÓRGÃO/AGÊNCIA APOIADO	Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR).
EFETIVO E MEIOS	Foram empregados 630 militares do Comando Militar do Sudeste, 99 viaturas e 5 aeronaves.
LOCAL/ÁREA DE ABRANGÊNCIA	Município de São Sebastião-SP, na Região Litorânea do Estado de São Paulo.
BENEFÍCIOS	Restabelecimento da situação de normalidade nos municípios atingidos e contribuição para a preservação da integridade física da população.
RECURSOS UTILIZADOS	R$ 3.383.697,35

Fonte: COTER.

Desobstrução de vias públicas em São Sebastião-SP
Foto: Acervo do COTER

OPERAÇÃO ESTIAGEM	
MISSÃO	Mitigar os efeitos da estiagem na Amazônia Ocidental, em coordenação com órgãos e agências da esfera federal, estadual e municipal.
PERÍODO	Início em 11 de outubro de 2023 (em andamento).
EFETIVO E MEIOS	Foram empregados cerca de 107 homens do Comando Militar da Amazônia, 12 viaturas, 5 embarcações e 1 helicóptero.
ÓRGÃO/AGÊNCIA APOIADO	Ministério da Defesa (MD) e Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR).
LOCAL/ÁREA DE ABRANGÊNCIA	Estados do Amazonas e do Acre.
BENEFÍCIOS	Restabelecimento da situação de normalidade nos municípios atingidos e contribuição para a preservação da integridade física da população.
RECURSOS UTILIZADOS	R$ 1.769.053,09

Fonte: COTER.

Distribuição de suprimentos à população atingida
Foto: Acervo do COTER

OPERAÇÃO DILÚVIO	
MISSÃO	Mitigar os efeitos do ciclone extratropical que assolou a Região Sul do País, em coordenação com órgãos e agências da esfera federal, estadual e municipal.
PERÍODO	junho de 2023.
EFETIVO E MEIOS	Foram empregados cerca de 380 militares do Comando Militar do Sul, 37 viaturas, 11 embarcações e 1 retroescavadeira.
ÓRGÃO/AGÊNCIA APOIADO	Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR).
LOCAL/ÁREA DE ABRANGÊNCIA	Estado do Rio Grande do Sul
BENEFÍCIOS	Restabelecimento da situação de normalidade nos municípios atingidos e contribuição para a preservação da integridade física da população.
RECURSOS UTILIZADOS	R$ 54.671,79

Fonte: COTER.

Emprego de Vtr 5 Ton no resgate de moradores
Foto: Acervo do COTER

Apoio do 3º BPE no resgate nas enchentes
Foto: Acervo do COTER

Resgate de criança na região do Vale do Rio dos Sinos
Foto: Acervo do COTER

2.3.4.3 PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES/PROGRAMAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA

PROJETO SOLDADO CIDADÃO	
MISSÃO	Oferecer aos jovens incorporados às fileiras das Forças Armadas cursos profissionalizantes em diversas áreas proporcionando aos militares temporários melhores condições de ingresso no mercado de trabalho ao término do Serviço Militar.
PERÍODO	Anualmente (janeiro-dezembro).
LOCAL/ÁREA DE ABRANGÊNCIA	Abrangência Nacional.
BENEFÍCIOS	7.746 militares foram qualificados.
RECURSOS UTILIZADOS	R$ 3.267.430,00.

Fonte: COTER.

Curso Excel no SENAI DF
QGEx Brasília-DF
Foto: Acervo do COTER

Curso de TI implantação de dados em nuvem SENAI São Paulo -SP
Foto: Acervo do COTER

Curso de TI implantação de dados em nuvem SENAI SP São Paulo-SP
Foto: Acervo do COTER

PROJETO FORÇA NO ESPORTE E PROJETO JOÃO DO PULO	
MISSÃO	Atendimento a crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social, de 6 (seis) a 18 (dezoito) anos de idade. Além da iniciação ao esporte educacional e aulas de reforço escolar, o PROFESP/PJP, ao retirar os jovens das ruas, reduz a exposição aos riscos sociais e contribui para sua formação cívica.
PERÍODO	Anualmente (março a dezembro, respeitando o recesso escolar).
LOCAL/ÁREA DE ABRANGÊNCIA	Abrangência Nacional.
BENEFÍCIOS	5.350 jovens foram atendidos
RECURSOS UTILIZADOS	R$ 828.942,45.

Fonte: COTER.

Aula de impressora 26º GAC AP Guarapuava-PR
Foto: Acervo do COTER

PROFESP 23ª Cia E Cmb Ipameri-GO
Foto: Acervo do COTER

PROFESP do 20º GAC e 22º B Log L Barueri-SP
Foto: Acervo do COTER

2.3.4.4 OBRAS DE COOPERAÇÃO (DEC)

O Sistema de Obras de Cooperação tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento nacional e para o adestramento dos militares de Engenharia do Exército Brasileiro, por intermédio de obras e serviços de engenharia, em parceria com órgãos públicos, nas esferas federal, estadual e municipal.

Essas obras, como a conclusão da pavimentação de estradas de rodagem, o início da construção de ferrovias e a pavimentação de ruas em diversas cidades brasileiras, são realizadas com elevada qualidade técnica para entregar um excelente produto para a sociedade brasileira, contribuindo, assim, para:

- melhoria das condições de trafegabilidade das rodovias durante as estações do ano;
- garantia da logística de suprimentos e escoamento da produção;
- captação de investimentos privados, assim como divisas para o País;
- geração de emprego e renda, segurança e mobilidade; e
- melhoria da qualidade de vida da população local.

Em 2023, foram concluídos 7 instrumentos de parceria, conforme tabela a seguir:

OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DA BR-418/BA, KM 0,00 AO KM 84,50	
UNIDADE EXECUTORA	2º Batalhão Ferroviário.
INSTRUMENTO DE PARCERIA	TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 625/2011.
ÓRGÃO CONCEDENTE	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).
PERÍODO	07/11/2011 a 20/07/2023.
EFETIVO E MEIOS	01 Cia E Cnst (139 integrantes, 13 viaturas e 17 equipamentos de Engenharia).
LOCAL/ÁREA DE ABRANGÊNCIA	Caravelas, no Estado da Bahia.
RECURSOS UTILIZADOS	R$ 127.514.774,04

Fonte: DEC.

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO (CONSERVAÇÃO/RECUPERAÇÃO) DA BR-364/AC; TRECHO: DIV. RO/AC – ENTR. AC-090 (FRONT. BRASIL/PERU) (BOQUEIRÃO DA ESPERANÇA); SUBTRECHO: RIOZINHO ANDIRÁ – ENTR. AC-339 (SENA MADUREIRA)	
UNIDADE EXECUTORA	7º Batalhão de Engenharia de Construção.
INSTRUMENTO DE PARCERIA	TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADO Nº 378/2017.
ÓRGÃO CONCEDENTE	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).
PERÍODO	22/06/2017 a 21/03/2023
EFETIVO E MEIOS	01 Cia E Cnst (97 integrantes, 13 viaturas e 17 equipamentos de Engenharia).
LOCAL/ÁREA DE ABRANGÊNCIA	Sena Madureira, Estado do Acre.
RECURSOS UTILIZADOS	R$ 37.717.180,41

Fonte: DEC.

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO (CONSERVAÇÃO/RECUPERAÇÃO) NA RODOVIA: BR-222/PI: COMPREENDIDO NOS SEGMENTOS: KM 82,6 – KM 179,9 E KM 0,0 AO KM 5,5, RESPECTIVAMENTE, NUMA EXTENSÃO DE 102,84 KM	
UNIDADE EXECUTORA	2º Batalhão de Engenharia de Construção.
INSTRUMENTO DE PARCERIA	TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADO Nº 039/2017.
ÓRGÃO CONCEDENTE	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).
PERÍODO	06/03/2017 a 12/01/2023.
EFETIVO E MEIOS	01 Cia E Cnst (76 integrantes, 16 viaturas e 10 equipamentos de Engenharia).
LOCAL/ÁREA DE ABRANGÊNCIA	São João do Arraial, Piripiri, Batalha e Esperantina no Estado do Piauí
RECURSOS UTILIZADOS	R$ 22.122.844,01

Fonte: DEC.

SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO DE LOGRADOUROS NO MUNICÍPIO DE ARAGUARI/MG E FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO	
UNIDADE EXECUTORA	2º Batalhão Ferroviário.
INSTRUMENTO DE PARCERIA	Convênio de Receita nº 01/2018.
ÓRGÃO CONCEDENTE	Prefeitura Municipal de Araguari-MG.
PERÍODO	20/04/2018 a 20/04/2023.
EFETIVO E MEIOS	01 Cia E Cnst (76 integrantes, 16 viaturas e 10 equipamentos de Engenharia).
LOCAL/ÁREA DE ABRANGÊNCIA	Araguari-MG.
RECURSOS UTILIZADOS	R$ 12.755.850,09

Fonte: DEC.

EXECUÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DE ACESSO AO PARQUE ZOOBOTÂNICO E ACESSO AO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFAC	
UNIDADE EXECUTORA	7º Batalhão de Engenharia de Construção.
INSTRUMENTO DE PARCERIA	TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADO Nº 01/2021.
ÓRGÃO CONCEDENTE	Universidade Federal do Acre.
PERÍODO	22/07/2021 a 22/07/2023.
EFETIVO E MEIOS	01 Cia E Cnst (97 integrantes, 13 viaturas e 17 equipamentos de Engenharia).
LOCAL/ÁREA DE ABRANGÊNCIA	Rio Branco-AC.
RECURSOS UTILIZADOS	R$ 2.984.368,46

Fonte: DEC.

Foto: Acervo CCOMSEx.

IMPLANTAÇÃO DE 12 SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA SIMPLIFICADOS, COM PERFURAÇÃO E CAPTAÇÃO EM POÇOS PROFUNDOS, INSTALAÇÃO DE BOMBEAMENTO, RESERVATÓRIO E DISTRIBUIÇÃO POR MEIO DE CHAFARIZ, E COM DESSALINIZAÇÃO	
UNIDADE EXECUTORA	7º Batalhão de Engenharia de Combate.
INSTRUMENTO DE PARCERIA	TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADO Nº 09/2021.
ÓRGÃO CONCEDENTE	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.
PERÍODO	26/10/2021 a 26/10/2023.
EFETIVO E MEIOS	01 Cia E Cnst (97 integrantes, 13 viaturas e 17 equipamentos de Engenharia).
LOCAL/ÁREA DE ABRANGÊNCIA	Acari, Alexandria, Currais Novos, Cruzeta, Florânia, João Dias, Jucurutu, Parelhas, Pau dos Ferros e São Vicente, no Estado do Rio Grande do Norte.
RECURSOS UTILIZADOS	R$ 1.510.865,55

Fonte: DEC.

IMPLANTAÇÃO DE POÇOS TUBULARES EM LOCALIDADES RURAIS PERTENCENTES AO INCRA, NO ESTADO DA PARAÍBA	
UNIDADE EXECUTORA	3º Batalhão de Engenharia de Construção.
INSTRUMENTO DE PARCERIA	TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADO Nº 02/2021.
ÓRGÃO CONCEDENTE	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.
PERÍODO	27/08/2021 a 17/08/2023.
EFETIVO E MEIOS	01 Cia E Cnst (97 integrantes, 13 viaturas e 17 equipamentos de Engenharia).
LOCAL/ÁREA DE ABRANGÊNCIA	São Mamede, no Estado da Paraíba.
RECURSOS UTILIZADOS	R$ 265.386,24

Fonte: DEC.

Trabalho de campo
Foto:7º BEC

PRINCIPAIS OBRAS EM ANDAMENTO

AÇÃO/ATV	LOCAL	ORIGEM DO ORÇAMENTO (EB E OUTROS)	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
Duplicação BR-116/RS	Entre Guaíba e Pelotas (RS)	DNIT	157.784.245,54	142.675.179,92	90%
Ampliação e Restauração do Aeroporto de Dourados (MS)	Dourados (MS)	SAC	93.894.386,70	84.789.450,70	90%
CREMA BR-135	Entre Guadalupe e Miranda do Norte (MA)	DNIT	74.174.696,55	67.048.926,31	90%
Aeródromo de Santa Rosa do Purus	Santa Rosa do Purus (AC)	MD	39.290.558,53	33.422.139,41	85%
CREMA BR-226	Jucurutu (RN)	DNIT	61.356.460,00	51.421.688,06	84%
Adequação da Capacidade BR-230	João Pessoa (PB)	DNIT	48.741.817,88	48.741.817,88	100%
Restauração BR-135	Entre Estiva e Estreito dos Mosquitos (MA)	DNIT	38.267.675,26	38.267.675,26	100%
FIOL	Correntina (BA)	VALEC	37.344.453,39	32.832.576,88	88%
Implantação de travessias urbana de JARU -BR-364	Jaru (RO)	DNIT	29.157.557,56	25.278.135,94	87%
Implantação da BR-367/MG	Entre Almenara e Jacinto (MG)	DNIT	26.211.240,68	11.638.001,76	44%
Pavimentação BR-156	Entre Laranjal do Jari e Torrão do Matapi (AP)	DNIT	32.168.165,93	26.035.274,85	81%
Pavimentação BR-432	Cantá (RR)	DNIT	38.286.015,43	37.842.477,64	99%
PATO BR-307	Entre Igarapé Bonté e Cucuí (AM)	DNIT	18.307.817,63	15.167.804,64	83%
Construção da Barragem Arvorezinha	Bagé (RS)	Prefeitura Bagé	18.279.492,5	6.140.681,69	34%
Implantação de via Estirão do Equador (Obra Militar)	Estirão do Equador (AM)	MD	13.914.788,45	13.705.471,15	98%
PATO BR-381	Entre Coronel Fabriciano e Vargem Linda (MG)	DNIT	12.875.240,07	10.071.659,48	78%
Manutenção BR-110 e BR-316	Entre Ibimirim, Petrolândia e Irajá (PE)	DNIT	13.119.877,96	10.691.990,29	81%
PATO BR-222/TED 484	Piripiri e São João do Arraial (PI)	DNIT	10.512.903,44	4.904.867,54	47%
Infraestrutura no Município de Araguari (DESAR V)	Araguari (MG)	Pref Araguari	5.193.805,73	2.170.631,91	42%
Perfuração 14 Poços – Seridó 2	10 municípios no RN	MDR	1.863.878,48	879.847,74	47%
Lançamento, operação e manutenção de Ponte LSB na BR/PE	Petrolina (PE)	DNIT	150.000,00	77.245,37	51%
Implantação do centro de Formação de Reservista do CMA.	Manaus (AM)	EME	3.400.000,00	2.596.709,86	76%
Mnt Pista Pouso 3º PEF (São Joaquim)	São Joaquim	EME	260.932,01	208.324,78	80%
Mnt Pista Pouso 2º PEF (QUERARI/AM) – 1ª Fase	Querari (AM)	EME	164.992,36	139.264,76	84%
Duplicação GO-213	Caldas Novas (GO)	Gov de Goiás	19.111.357,95	361.753,63	2%
Cnst 18ª Bda Inf Pan	Corumbá (MS)	EME	1.302.816,79	845.123,09	65%

Fonte: DEC/Tesouro Gerencial.

Obs.:
As obras com baixa execução financeira foram decorrentes de inícios de processos licitatórios próximos ao encerramento do exercício financeiro e fatores climáticos adversos.

Fotomontagem: STen Bastos/CCOMSEx

2.4 DEFESA CIBERNÉTICA

2.4.1 INTRODUÇÃO

Em 2008, a Estratégia Nacional de Defesa (END) estabeleceu três setores estratégicos para a Defesa Nacional: o nuclear, o espacial e o cibernético. Nesse diapasão, o Ministério da Defesa atribuiu a responsabilidade pelo desenvolvimento do setor cibernético ao Exército Brasileiro (EB), sob a coordenação do Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber), sediado em Brasília (DF).

O ComDCiber é um Comando Operacional Conjunto, integrante da Estrutura Regimental do Exército e subordinado ao Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT). A partir da sua ativação, em 15 de abril de 2016, os encargos de coordenação e integração das atividades de defesa cibernética, no âmbito do Ministério da Defesa (MD), passaram a ser executados por esse Comando.

A fim de atingir os objetivos estratégicos traçados para esse setor de defesa, foram criados o Programa de Defesa Cibernética na Defesa Nacional (PDCDN), do MD, e conduzido pelo Exército por intermédio do ComDCiber, e o Programa Estratégico do Exército Defesa Cibernética (PEEDCiber), que têm logrado êxito no desenvolvimento das capacidades cibernéticas do País.

2.4.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

A Defesa Cibernética possui alta prioridade no EB, constando do seu Plano Estratégico (PEEx), com o objetivo específico de: atuar no espaço cibernético com liberdade de ação. Esse propósito caracteriza-se pelo conjunto de ações defensivas e ofensivas, no contexto de um planejamento operacional militar, podendo agir, também, colaborativamente, para retomar o controle e a atuação de setores vitais do Estado brasileiro, no caso de perda da qualidade ou mesmo interrupção de um serviço, decorrente de um ataque cibernético, em particular no que se refere às infraestruturas críticas estratégicas nacionais.

Esses níveis de atuação são traduzidos em dois programas, quais sejam:

- PDCDN, com recursos oriundos do MD na Ação Orçamentária 147F, pelos Planos Orçamentários 0000 e 0002; e

- PEEDCiber, com recursos oriundos do EB na Ação Orçamentária 147F, pelo Plano Orçamentário 0001.

O indicador de desempenho do Objetivo Estratégico do Exército 04 (OEE 04), cujo principal responsável por sua execução é o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), é materializado por intermédio do Indicador de Atuação no Espaço Cibernético com Liberdade de Ação (IR 04), obteve o resultado de 91,50%.

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 04 - ATUAR NO ESPAÇO CIBERNÉTICO COM LIBERDADE DE AÇÃO

INDICADOR	META	RESULTADO
IR 04 - ÍNDICE DE ATUAÇÃO NO ESPAÇO CIBERNÉTICO COM LIBERDADE DE AÇÃO	86%	91,50%

Fonte: Estado-Maior do Exército.

2.4.3 PROGRAMA DA DEFESA CIBERNÉTICA NA DEFESA NACIONAL (PDCDN)

O PDCDN tem como objetivo dotar o MD e as Forças Armadas (FA) da estrutura de defesa necessária para desenvolver eficazmente todo o espectro das ações cibernéticas, possibilitando atuar com liberdade de ação no espaço cibernético de interesse da Defesa Nacional e negando essa possibilidade aos oponentes.

O PDCDN é composto pelos seguintes projetos e ações complementares:

- Projeto Sistema Militar de Defesa Cibernética;
- Projeto Escola Nacional de Defesa Cibernética;
- Projeto Centro de Operações de Defesa Cibernética;
- Projeto Capacidades Cibernéticas;
- Projeto Sistema de Busca Avançada de Ameaças Cibernéticas do Subprograma Independência Tecnológica;
- Ação Complementar Capacitações Comuns;
- Ação Complementar Infraestrutura;
- Ação Complementar Aquisições Comuns;
- Ação Complementar Atividades de Interesse do Setor Cibernético;
- Ação Complementar Apoio às Forças Singulares; e
- Ação Complementar Experimentações Doutrinárias.

PRINCIPAIS ENTREGAS EM 2023

- **Renovação do parque computacional da infraestrutura de Certificação Digital de Defesa, possibilitando aprimorar a proteção cibernética na rede;**
- **Criação da cadeia de certificados AC Defesa SSL para utilização em páginas web, sistemas e equipamentos da Defesa, ampliando a proteção cibernética nesses vetores;**
- **Implantação da 1ª fase do Sistema de Busca Avançada de Ameaças Cibernética, robustecendo o conjunto de ações de tratamento contra ameaças cibernéticas;**
- **Contratação de cursos de interesse do Setor Cibernético de Defesa, pela Escola Nacional de Defesa Cibernética (EnaDCiber), possibilitando capacitar militares e civis nesse domínio de conhecimento;**
- **Formação/capacitação de dezenas de militares e civis nos cursos conduzidos pela EnaDCiber, ampliando a rede de profissionais habilitados em diversos espectros de defesa cibernética;**
- **Ampliação da atividade de Certificação Digital de interesse do Setor Cibernético de Defesa, contribuindo para a segurança e fortalecimento do ecossistema do setor cibernético;**
- **Realização do Exercício Guardião Cibernético 4.0, colaborando para a difusão de conhecimento concernente à proteção cibernética das infraestruturas estratégicas ou críticas nacionais; e**
- **Colaboração às atividades de estruturação da capacidade cibernética das Forças Singulares, no contexto do Sistema Militar de Defesa Cibernética (SMDC), contribuindo para a proteção das infraestruturas críticas.**

2.4.4 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO DEFESA CIBERNÉTICA (PEEDCIBER)

O Programa Estratégico do Exército de Defesa Cibernética é um programa plurianual, inserido no planejamento estratégico da Força Terrestre, um dos indutores do Processo de Transformação que vem sendo conduzido pelo Estado-Maior do Exército, com o objetivo de inserir o Exército no seleto grupo de nações com capacidade de atuar no Espaço Cibernético com liberdade de ação, operando em rede em ambiente adverso, condição essencial para o combate moderno. Em paralelo, busca-se induzir a capacidade tecnológica nacional, criando um círculo virtuoso para garantir a sustentabilidade das soluções implementadas.

Nos dias atuais, os ataques cibernéticos constituem ameaças significativas à segurança não apenas do Estado, mas da sociedade como um todo. A cada dia observa-se com maior nitidez o impacto que atores estatais e não estatais podem infringir a soberania de um País e ao acesso de seus cidadãos aos serviços essenciais. Desde 2012, a visão prospectiva do Exército ensejou a implementação desse Programa, criando novas estruturas, modificando outras e capacitando o Exército em um ambiente operacional da guerra do presente.

Ao longo dos anos, o PEEDCiber vem sendo aperfeiçoado, com o objetivo de mantê-lo alinhado com as evoluções constantes com que o Setor Cibernético se depara. Alguns dos projetos já foram encerrados, entregando capacidades inovadoras, e outros estão sendo planejados para permitir e dar continuidade a essa desafiadora missão. Em 2023, os projetos em execução foram:

- Projeto Organização do Centro de Defesa Cibernética;
- Projeto Força Cibernética;
- Projeto Escudo Cibernético;
- Projeto Apoio Tecnológico; e
- Projeto Pesquisa Cibernética.

Nesse sentido, o Centro de Defesa Cibernética vem sendo modernizado e contemplado com novas ferramentas operacionais, conferindo-lhe as capacidades de exploração e proteção cibernética. No âmbito do Projeto Força Cibernética, estão sendo criadas novas estruturas de capacitação e emprego operacional, tornando mais seguras as redes táticas. O Projeto Escudo Cibernético está reestruturando as redes estratégicas da Força, proporcionando uma proteção adequada a seus ativos. Os Projetos Apoio Tecnológico e Pesquisa Cibernética seguem na indução da capacidade nacional de geração de ferramentas cibernéticas, com vistas à obtenção de independência tecnológica nesse setor estratégico.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PEEDCIBER

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
15.274.918,00	15.369.658,00	100,62% *

Fonte: Tesouro Gerencial.

* os recursos utilizados foram maiores que os recebidos resultando em taxa de execução superior a 100%, em razão da variação cambial do período.

PEEDCIBER - PRINCIPAIS ENTREGAS EM 2023
• Ferramentas Operacionais; • Solução de Armazenamento de Backup; • Solução para as OM com funcionalidade de segurança e roteamento; • Material especializado de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); • Adequação das instalações para o material especializado de TIC; • Equipamentos e ativos de Tecnologia da Informação (TI), para atualização da infraestrutura de rede; • Atualização da capacidade de modelagem computacional de Computação de Alto Desempenho; • Atualização da capacidade de modelagem computacional do Laboratório de Segurança Cibernética (LaSC); e • Aquisição, instalação e operação do Supercomputador do Instituto Militar de Engenharia (IME).

PEEDCIBER - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ACUMULADA POR ANO

ANO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
LOA	61,6	74,22	61,75	21,57	33,99	31,25	20,35	27,85	23,64	17,13	15,42	15,37
TAXA DE EXECUÇÃO	14%	32%	46%	51%	59%	66%	71%	77%	83%	87%	90%	94%

Fonte: Tesouro Gerencial.

Vista aérea do Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber)
Foto: Acervo CCOMSEx

2.5 PREPARO DA FORÇA TERRESTRE

2.5.1 INTRODUÇÃO

O Exército enfatiza o preparo da Força Terrestre (F Ter) condicionado pelo seu emprego, de tal forma que o preparo compreende as atividades permanentes de planejamento, organização e articulação, instrução e adestramento, desenvolvimento de doutrina e pesquisas específicas, inteligência e estruturação das Forças Armadas, de sua logística e mobilização. (Fonte: Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004)

A Doutrina Militar Terrestre, por sua vez, estabelece o arcabouço conceitual que aproxima as atividades do preparo das necessidades do emprego, de forma a manter os conceitos doutrinários atualizados, por intermédio da prospecção doutrinária e da dinâmica de atualização e difusão do conhecimento.

Assim, as atividades de preparo e de emprego são, sob a ótica dos resultados esperados, indissociáveis, considerando a estreita ligação entre as missões a serem cumpridas pela F Ter e a preparação necessária para a sua efetivação.

2.5.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

O Ministério da Defesa, em seu Planejamento Estratégico Setorial de Defesa (2020-2031), perspectiva "sociedade", estabelece o aprimoramento do preparo das Forças Armadas para o cumprimento de sua destinação constitucional.

Por sua vez, o Exército Brasileiro estipula as prioridades para o preparo e emprego da F Ter no Plano Estratégico do Exército (PEEx), Objetivos Estratégicos 05 e 06 (OEE 05 e OEE 06), "Modernizar o Sistema Operacional Militar Terrestre (SISOMT) – Preparo e Emprego da Força Terrestre" e "Manter Atualizado o Sistema de Doutrina Militar Terrestre", respectivamente. Ambos os Objetivos Estratégicos são de responsabilidade do Comando de Operações Terrestres (COTER).

Esses objetivos estratégicos, definidos no PEEx, atuam como indutores do processo de transformação do Exército Brasileiro, inserindo-o no contexto do desenvolvimento nacional em alinhamento com a Política Nacional de Defesa (PND) e com a Estratégia Nacional de Defesa (END).

O Objetivo Estratégico 05 trata sobre o Sistema Operacional Militar Terrestre (SISOMT), que é composto, principalmente, pelo Sistema de Preparo da Força Terrestre (SISPREPARO) e pelo Sistema de Emprego (SISEMP).

No âmbito do objetivo estratégico de modernização do SISOMT, observa-se a relevância do indicador estratégico, conforme o quadro a seguir:

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 05 – MODERNIZAR O SISTEMA OPERACIONAL MILITAR - PREPARO E EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE

INDICADOR	META	RESULTADO
IR 05 - ÍNDICE DE PREPARO E EMPREGO MILITAR TERRESTRE	80%	69,40%

Fonte: Estado-Maior do Exército.

O Objetivo Estratégico 06 (OEE 06) trata da atualização do Sistema de Doutrina Militar Terrestre que é composto, principalmente, pelo Sistema de Material de Emprego Militar (SMEM).

INDICADOR VINCULADO AO OEE 06 – MANTER ATUALIZADO O SISTEMA DE DOUTRINA MILITAR TERRESTRE

INDICADOR	META	RESULTADO
IR 06 - ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE DOUTRINA MILITAR TERRESTRE	80%	80,85%

Fonte: Estado-Maior do Exército.

Foto: Acervo do CCOMSEx.

Viatura Blindada de Combate de Cavalaria Média Sobre Rodas 8×8 Centauro II
Fotomontagem: STen Bastos/CCOMSEx

2.5.3 PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES

2.5.3.1 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE – PRG EE SISOMT

O Programa Estratégico do Exército de Modernização do Sistema Operacional Terrestre (Prg EE SISOMT) é composto pelos projetos Sistema de Preparo (SISPREPARO), Sistema de Emprego (SISEMP), Sistema de Informações Operacionais Terrestres (SINFOTER) e pela ação complementar Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre (SISPRON).

O programa estratégico SISOMT foi criado no intento de ampliar, progressiva e seletivamente, as capacidades das organizações militares do Exército, de forma a aprimorar o permanente estado de pronto emprego, em sistema de rodízio, para o efetivo cumprimento das missões constitucionais.

Dessa forma, o Prg EE SISOMT é norteado no PEEx 2020-2023 pelo OEE 05 – Modernizar o Sistema Operacional Militar Terrestre – nas seguintes ações estratégicas:

5.1.3 – implantar o Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre (SISPRON);

5.2.1 – preparar a F Ter para atuar em operações singulares, conjuntas e multinacionais;

5.2.2 – aperfeiçoar a sistemática de instrução com ênfase no efetivo profissional; e

5.3.1 – modernizar a Sistemática de Emprego da F Ter.

No âmbito do programa, destacam-se algumas atividades que resultaram nas principais entregas realizadas em 2023, conforme o quadro a seguir:

PROJETOS/ AÇÃO COMPLEMENTAR	PRINCIPAIS ENTREGAS EM 2023
SISPREPARO	1. Atualização do Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB).
	2. Centro de Adestramento Leste: - Construção de caixas d'água; - Adequação da Reserva de Materiais; e - Ampliação da Reserva dos Dispositivos de Simulação de Engajamento Tático (DSET).
	3. Centro de Adestramento Sul: - Simulador de Adestramento de Comando e Estado-Maior (SIMACEM); - Pórtico de Entrada; - Início da ampliação da Formação Sanitária; e - Início das construções do Corpo da Guarda e da Reserva de Armamento.
	4. Sistema de Simulação do EB.
SISEMP	1. Força de Apoio à Defesa Civil implantada nos C Mil A. 2. EB70-N-12.001 Normas de Funcionamento do Sistema de Emprego da Força Terrestre. 3. EB70-N-12.002 Normas de Funcionamento das Estruturas Operacionais de Comando e Controle da Força Terrestre. 4. EB70-N-12.003 Normas de Emprego das Capacidades da Força Terrestre em Apoio ao Sistema de Proteção e Defesa Civil.
SINFOTER	1. Software SIMAD-INTEGRADOR. 2. Normas para Gestão do SINFOTER.
SISPRON	Em 2023, o Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre (SISPRON) certificou 10 brigadas como Força de Prontidão Operacional (FORPRON) e 13 módulos especializados.

Fonte: COTER.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DESCRIÇÃO	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
SISOMT	2.052.817,00	2.052.815,62	100,00%
DQBRN	5.649.836,00	5.557.726,45	98,37%
TOTAL	7.702.653,00	7.610.542,07	98,80%

Fonte: Tesouro Gerencial.

2.5.3.2 O SISTEMA DE PRONTIDÃO OPERACIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO (SISPRON)

O Sistema de Prontidão do Exército Brasileiro (SISPRON), criado para aprimorar a capacidade de mobilização e operação da F Ter, adota novas tecnologias referentes à simulação de combate, com uso intenso de programas computacionais e dispositivos de realidade virtual.

O SISPRON se propõe a implantar uma metodologia de preparação de grandes efetivos, mediante rodízio, com o objetivo de manter ininterruptamente tropas habilitadas ao cumprimento das missões finalísticas da F Ter, com destaque para a defesa externa e a salvaguarda de interesses brasileiros no exterior.

Cabe ressaltar que o SISPRON é composto pelas denominadas Forças de Prontidão (FORPRON) – Comandos de Divisão de Exército e Brigadas selecionadas – às quais se somam os Módulos Especializados, ou seja, tropas com características diferenciadas (Operações Especiais, Guerra Eletrônica, Defesa Cibernética, Operações Psicológicas, Lançadores Múltiplos de Foguetes, etc.).

2.5.3.3 O PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO SENTINELA DA PÁTRIA

O Programa Estratégico do Exército Sentinela da Pátria trabalha de forma sistêmica com os demais programas do Portfólio Estratégico do Exército, buscando contribuir para a geração de capacidades militares nos Grandes Comandos, nas Grandes Unidades e nas organizações militares por intermédio da implantação, da transformação ou do reposicionamento, por transferência de sede, de unidades.

PRINCIPAIS ENTREGAS EM 2023
• Construção do Pavilhão Almoxarifado do 5º RCC, em Rio Negro (PR); • Construção do Pavilhão TASA do 3º BAvEx, em Campo Grande (MS); • Construção do Pavilhão de Manutenção M109A5+ BR do PqRMnt/5, em Curitiba (PR); • Construção do Pavilhão de Manutenção VBC OAP M109A5+ BR do 3º GAC AP, em Santa Maria (RS); • Construção de Garagem VBC Leopard do 2º Esqd CC do 4º RCC, em Rosário do Sul (RS); • Construção do Pórtico de Entrada e Estacionamento Coberto do CA-Sul, em Santa Maria (RS); • Construção do Complexo de Tiro do COpEsp, em Goiânia (GO); • Construção do galpão da Portada Ribbon Bridge do 5º BE Cmb, em Porto União (SC); • Construção de novo estande de tiro do tipo “confinado” do 9º BE Cmb, em Aquidauana (MS); • Construção do Pavilhão Administrativo do 5º CGCFEx, em Curitiba (PR); e • Construção da Infraestrutura Elétrica do CIOpEsp no Forte Imbuí, em Niteroí (RJ).

Fonte: Estado-Maior do Exército.

Mais Informações no link: http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sentinela-da-patria

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
81.400.039,00	81.400.039,00	R$ 100 %

Fonte: Tesouro Gerencial.

Foto: Acervo do CCOMSEx

2.5.4 AÇÕES PARA PREPARO DA FORÇA TERRESTRE

2.5.4.1 PREPARO DA FORÇA TERRESTRE (F TER)

O Preparo da F Ter apoia-se no Sistema de Preparo da Força Terrestre (SISPREPARO), que é o sistema responsável pelas atividades de formação da reserva mobilizável e de preparo da F Ter (preparação orgânica e completa), estruturado pelo Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB), pelo Programa de Instrução Militar (PIM) e pelo Sistema de Simulação do Exército Brasileiro (SSEB).

No caso da preparação específica, essa ocorrerá por demanda do EMPREGO, após o recebimento de uma missão específica para operações de guerra ou não guerra. Caracterizará a obtenção ou mesmo o aperfeiçoamento das capacidades necessárias às OM da F Ter para executar as operações demandadas pelo emprego da tropa.

O amparo legal do preparo da F Ter é regido, além dos documentos supracitados inicialmente, pelos seguintes elencados:

- Regulamento do Comando de Operações Terrestres;
- Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB), acessível pelo sítio: https://portaldopreparo.eb.mil.br/;
- Programas-Padrão, acessível pelo sítio: https://portaldopreparo.eb.mil.br/;
- Cadernos de Instrução, acessível pelo sítio: https://portaldopreparo.eb.mil. br/;
- Programa de Instrução Militar (PIM), acessível pelo sítio: https://portaldopreparo.eb.mil.br/;e
- Planejamento Anual do Adestramento Avançado e Outras Atividades (PA3OA), contido no PIM, acessível pelo sítio: https://portaldopreparo.eb.mil.br/.

RECURSOS UTILIZADOS PARA INSTRUÇÃO E ADESTRAMENTO MILITAR EM 2023

DESCRIÇÃO	UTILIZADO (R$)
Adestramento	11.109.984,23
Instrução Individual	3.697.295,16
Manutenção da Infraestrutura de Apoio à Instrução Militar (MIAIM)	3.811.691,79
Estágios	2.274.072,37
Exercícios Internacionais (Paraná e Arandu)	1.311.658,49
Adestramento do Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA)	273.625,77
Adestramento da Reserva Mobilizável	145.046,56
Preparo das Forças de Prontidão	5.632.671,53
Sistema de Simulação do EB	3.751.071,04
TOTAL	**32.007.116,94**

Fonte: Tesouro Gerencial.

No ano de 2023, 393 organizações militares operacionais realizaram os diversos níveis de adestramento previstos nos Programas-Padrão de Adestramento de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

Em 2023, o Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre (SISPRON) certificou 10 brigadas como Forças de Prontidão Operacional (FORPRON) e 13 Módulos Especializados.

Período de adestramento da 4ª Bda Cav Mec
Foto: Acervo da 4ª Bda Cav Mec

2.5.4.2 DOUTRINA MILITAR TERRESTRE (DMT)

A Doutrina Militar Terrestre proporciona suporte às atividades do EB, principalmente as operacionais, de modo a permitir o êxito nas atividades de preparo e de emprego da F Ter, utilizando o Sistema de Material de Emprego Militar (SMEM).

O Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) é composto pelo conjunto de organizações, pessoal, publicações e atividades do Exército que interagem para o processamento das necessidades de evolução da Doutrina Militar Terrestre.

O SIDOMT acompanha a evolução da arte da guerra, tendo por objetivo a atualização do pensamento militar e o incremento da pesquisa.

O Comando de Operações Terrestres é o órgão central do Sistema de Doutrina Militar Terrestre. O Centro de Doutrina do Exército (C Dout Ex) é o órgão gestor desse sistema, conforme Portaria - C Ex nº 1.676, de 25 de janeiro de 2022, que aprova as Instruções Gerais para o Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) – EB10-IG-01.005.

No ano de 2023, até o presente momento, as principais entregas do Centro de Doutrina do Exército foram as seguintes:

PRINCIPAIS ENTREGAS EM 2023

- 21 Manuais doutrinários aprovados;
- 22 Seminários ou webinar doutrinários realizados;
- 2 Simpósios Observatórios de Doutrina da guerra da Ucrânia;
- 1 Pré-seminário Internacional de Doutrina;
- 1 Seminário Internacional de Doutrina;
- 6 Quadros de Organização de OM Operacional Tipo;
- 72 Quadros de Dotação de Material revisados;
- 6 Experimentações doutrinárias realizadas;
- 4 Condicionantes Doutrinárias e Operacionais (CONDOP);
- 56 Pareceres produzidos para o Sistema de Cadastramento de Produtos e Empresas de Defesa (SISCAPED);
- 4 Notas doutrinárias produzidas;
- 68 Pareceres doutrinários elaborados;
- 4 Reuniões de Coordenação Doutrinária (RCOD) (3-videoconferência e 1 presencial);
- 1 Plano de Desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre (PDDMT) confeccionado;
- 76 Lições aprendidas e melhores práticas analisadas:
  - 23 Mlh Prat; e
  - 53 arquivadas.
- 4 Pareceres para trabalho de natureza profissional (TNP);
- 28 Acompanhamentos doutrinários;
- 1 Estágio setorial de Oficial de Doutrina e Lições Aprendidas (ODLA);
- 2 Estágios de Oficial de Ligação de Doutrina no Exterior (O Lig Dout Ext);
- 7 Visitas de divulgação da Sistemática de Acompanhamento Doutrinário e Lições Aprendidas (SADLA);
- 46 Matérias publicadas acerca da doutrina do Exército;
- 4 Edições da Doutrina Militar Terrestre em revista;
- 9 Bases doutrinárias previstas elaboradas ;
- 117 Relatórios de conhecimento da doutrina (O Lig Dout);
- 16 Artigos produzidos por O Lig Dout;
- 7 Diretrizes de experimentações doutrinárias expedidas;
- 1 Formulação de Quadro de Situação da Doutrina (QSD);
- 4419 Entregas de MEM do Projeto COBRA:
  - 173 binóculos óticos;
  - 108 monóculos termais;
  - 47 binóculos termais;
  - 753 monóculos de visão noturna;
  - 79 óculos de visão noturna;
  - 48 Mtr L MINIMI 7,62 mm;
  - 108 Lç Gr Acoplável 40 mm;
  - 96 espingardas;
  - 12 GA mossberg;
  - 922 pares de cotoveleiras e joelheiras;
  - 922 pares de luvas táticas;
  - 63 lunetas para atiradores de alvo designado;
  - 119 visores de observação indireta de tiro;
  - 926 Kits de Primeiros Socorros Individuais; e
  - 43 Lç Gr semi-auto Milkor ATGL Super Six).
- 5 Participações em GT.

Fonte: COTER.

2.6 DESAFIOS, RISCOS E PERSPECTIVAS

2.6.1 DESAFIOS

O conturbado cenário geopolítico atual apresenta crescentes desafios para a paz internacional e para a segurança das pessoas, com reflexos para o preparo e o emprego do Exército Brasileiro.

A prolongada guerra de alta intensidade na Ucrânia, que já está em seu terceiro ano de duração; o conflito na Faixa de Gaza, com repercussões em todo o Oriente Médio e com reflexos inclusive para o tráfego mercante internacional; a crise climática, que potencializa crises econômicas e humanitárias; além do agravamento das ações do crime organizado transnacional na América Latina, que levaram ao reconhecimento formal pelo governo do Equador da existência de um conflito armado no País são apenas alguns exemplos das instabilidades externas que, por desestabilizarem o sistema internacional, possuem reflexos para a Segurança e a Defesa do Brasil e, consequentemente, para o Exército Brasileiro.

Dessa forma, os principais desafios a serem superados abrangem: dissuadir a concentração de forças adversas nas proximidades das fronteiras terrestres; fortalecer a mobilidade e a capacidade logística, sobretudo na região amazônica; incorporar novas tecnologias e sistemas inteligentes; manter-se em condições de ser empregado e ampliar a projeção do Exército no cenário internacional.

Além disso, os avanços tecnológicos e o uso rotineiro da internet aumentam as vulnerabilidades cibernéticas e as ameaças corporativas e individuais. Dessa forma, o espaço cibernético, dadas suas peculiaridades, sobretudo a transversalidade em relação aos demais domínios do campo de batalha, terra, mar, ar e espaço; não é imune a ações de forças adversas que ponham à prova a capacidade de reação dos Estados.

Os desafios do cenário internacional se somam aos desafios do cenário nacional, delineando o ambiente no qual o Exército deverá atuar para preparar e empregar seus meios no cumprimento de suas inúmeras missões. Assim, no cenário nacional, demandas no espectro da segurança nacional e socioambientais requerem a participação do EB. Nesse sentido, constituem desafios a serem superados: atuação no combate ao crime organizado e narcotráfico, em sinergia com as forças de segurança nacional; promoção do desenvolvimento econômico sustentável, em apoio às ações do Estado Brasileiro; vigilância e monitoramento constante das regiões de potencial estratégico mineral e do patrimônio ambiental; e ocupação dos vazios demográficos nas áreas de fronteira no território nacional.

Por fim, a busca constante do equilíbrio entre o cumprimento das missões de defesa da Pátria, razão primeira da existência de uma Força Armada, e as crescentes demandas da sociedade brasileira, que impõem responsabilidades subsidiárias à atuação da Força, consiste em uma tarefa desafiadora.

2.6.2 RISCOS

A atuação do Exército Brasileiro está sujeita a uma variedade de riscos do ambiente externo, ora mencionados, que estão associados a fatores internacionais e nacionais, relacionados à geopolítica internacional, à segurança nacional, ao campo socioeconômico, ambiental e científico-tecnológico.

O Exército participa ativamente na vigilância e no monitoramento na faixa de fronteira terrestre da Amazônia Brasileira, Centro-Oeste e Sul do Brasil. O sistema de monitoramento de fronteiras é responsável pelo sensoriamento e controle, redução dos ilícitos transfronteiriços, segurança nacional, proteção das comunidades indígenas, preservação ambiental e obtenção do efeito dissuasório. Dessa forma, a descontinuidade dessas atividades pode comprometer a eficiência do cumprimento das missões constitucionais do EB.

Além disso, as operações militares e as missões de paz de caráter humanitário permitem incrementar a interoperabilidade e demonstrar o nível de adestramento profissional e a prontidão do pessoal e material.

O constante contingenciamento de recursos orçamentários pode provocar a redução dos exercícios militares dessa natureza, o que representa um risco elevado para o adestramento da tropa e sua consequente prontidão operacional. Nesse contexto, desequilíbrios orçamentários ou contingenciamento de recursos para o Exército são um risco relevante, na medida em que podem implicar negativamente em atrasos no fluxo de execução do cronograma dos programas estratégicos da Força.

Ademais, o aumento do “gap tecnológico” entre os equipamentos utilizados pela Força Terrestre, quando comparados aos exércitos mais modernos do mundo, também se configura um risco significativo, uma vez que cria um descompasso entre o poder de combate no cenário mundial.

2.6.3 PERSPECTIVAS

Em um ambiente internacional caracterizado pela elevada complexidade geopolítica, que coexiste com um ambiente interno de restrições orçamentárias, o Exército trabalha no sentido de priorizar o desenvolvimento das capacidades militares fundamentais para a garantia do cumprimento de suas missões constitucionais.

Nesse sentido, o Exército Brasileiro otimiza o emprego dos seus recursos por meio dos programas estratégicos, preparo e emprego constante de seu efetivo, de modo a alcançar o incremento do índice de operacionalidade da Força Terrestre e atingir o nível de prontidão necessário ao cumprimento da sua missão constitucional.

Foto: Acervo do CCOMSEx

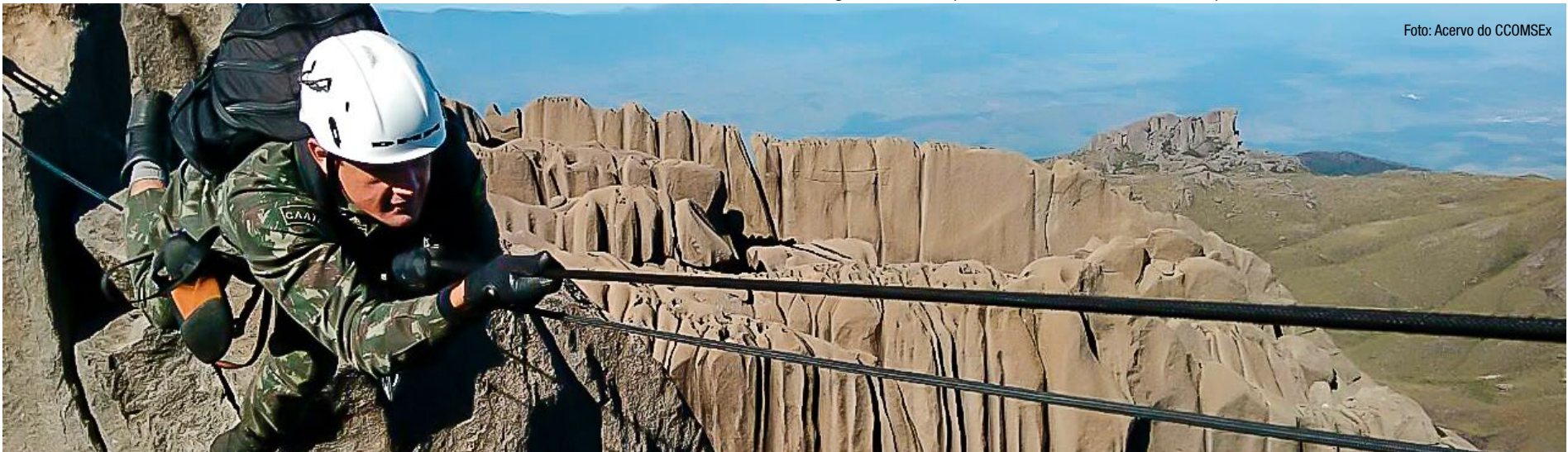



Foto: Acervo do CCOMSEx

CAPÍTULO 3

CONFORMIDADE E RESULTADOS DA GESTÃO INTERNA

3 CONFORMIDADE E RESULTADOS DA GESTÃO INTERNA

3.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

3.1.1 INTRODUÇÃO

O Exército Brasileiro (EB), na Lei Orçamentária Anual de 2023 (LOA 2023), obteve um orçamento no programa 6012 - Defesa Nacional na ordem de R$ 3,480 bilhões, para atender às despesas de natureza obrigatória, com os programas estratégicos e discricionários, além de emendas individuais. As despesas discricionárias atendem ao custeio da Força Terrestre englobando suas atividades de aprestamento, logística, ciência e tecnologia, apoio administrativo, ensino, obras e alguns investimentos, entre outras.

O limite de pagamento concedido ao Comando do Exército, no ano de 2023, foi suficiente para o pagamento das obrigações atinentes às despesas obrigatórias e discricionárias. Ressalta-se que não foram observados bloqueios de financeiro que impactassem o cronograma de desembolso mensal, fato que cooperou para uma execução financeira satisfatória, contribuindo para o cumprimento de todas as obrigações.

PROGRAMA DEFESA NACIONAL

ORÇAMENTO DEFESA NACIONAL	RECEBIDO (R$)
DISCRICIONÁRIO	2.740.259.095,00
OBRIGATÓRIO	660.589.127,00
EMENDAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS	79.564.114,00
TOTAL	3.480.412.336,00

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.1.2 COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO

O orçamento total foi composto pelo Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo (R$ 52,01 bilhões), do Programa de Defesa Nacional (R$ 3,48 bilhões), das Operações Especiais (R$ 67,62 milhões) e do Programa de Cooperação com o Desenvolvimento Nacional (R$ 10,00 milhões), perfazendo um total geral de R$ 55,574 bilhões.

PARTICIPAÇÃO DOS PROGRAMAS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DO EXÉRCITO EM 2023

AÇÃO DE GOVERNO	DOTAÇÃO INICIAL (R$)	%
PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	52.016.205.640,98	93,62%
PROGRAMA DE DEFESA NACIONAL	3.480.412.336,00	6,26%
OPERAÇÕES ESPECIAIS	67.621.724,00	0,12%
PROGRAMA DE COOPERAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL	10.000.000,00	0,02%
TOTAL	55.574.239.700,98	100%

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.1.3 OUTROS RECURSOS RECEBIDOS

Em 2023, o EB recebeu R$ 1.086.929.542,77, até o mês de dezembro, em recursos provenientes de outras fontes (destaques), redundando, em sua maior parte, em ações em prol da sociedade. Tais recursos foram empregados nas Operações Acolhida, Carro-Pipa e Yanomami, entre outras. Dos instrumentos de parceria celebrados, destacam-se, ainda, os voltados a obras de cooperação e desenvolvimento tecnológico, que possibilitaram ao Exército contribuir para a melhoria da infraestrutura do País, bem como cooperar com o desenvolvimento nacional.

3.1.4 EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Da análise dos objetivos, das metas, dos indicadores do Exército Brasileiro (EB) no Plano Plurianual (PPA) e dos resultados de gestão estratégica apresentados no Capítulo 2, pode-se verificar que a Instituição realizou sua gestão orçamentária voltada para o cumprimento de seus Objetivos Estratégicos e de sua missão constitucional, apresentando excelente desempenho orçamentário ao executar quase a totalidade de sua Lei Orçamentária Anual 2023 (LOA 2023).

O detalhamento do desempenho orçamentário, financeiro e contábil está apresentado no Capítulo 4 e demonstra a efetiva execução orçamentária, financeira e contábil do Comando do Exército.

Embora o EB tenha recebido o orçamento aquém das suas necessidades, a adoção de boas práticas de gestão e governança pública tem se evidenciado na melhoria dos índices de operacionalidade da Força.

Foto: Acervo do CCOMSEx

3.1.4.1 EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR NATUREZA DA DESPESA

Na composição dos recursos do orçamento destinados ao EB, consideradas as Unidades Orçamentárias Comando do Exército, Fundo do Exército, IMBEL e Fundação Osorio, o grupo natureza da despesa com pessoal e encargos sociais corresponde à maior parcela utilizada, seguido de custeio e de investimentos.

NATUREZA DE DESPESA	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	47.269.080.402,00	47.389.292.827,39	100,25%*
CUSTEIO	6.102.662.335,98	6.521.347.760,27	106,86%*
INVESTIMENTOS	2.202.496.963,00	2.154.527.324,70	97,82%
TOTAL	**55.574.239.700,98**	**56.065.167.912,36**	**100,88%***

Fonte: Tesouro Gerencial.

Obs: * O campo que apresenta o valor utilizado maior que o valor recebido, indica que, durante a execução, ocorreram créditos adicionais.

3.1.4.2 DESPESAS DE CUSTEIO UTILIZADAS EM 2023

Em 2023, os recursos utilizados com as despesas de custeio – outros serviços de terceiros PJ, material de consumo e indenizações/restituições – totalizaram R$ 6,521 bilhões, conforme planilha abaixo.

ELEMENTO DA DESPESA	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	2.071.776.514,49	2.069.745.415,22	99,90%
MATERIAL DE CONSUMO	2.292.308.238,20	2.289.304.120,16	99,87%
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	719.367.041,32	715.246.527,48	99,43%
LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	212.593.921,11	212.593.921,11	100,00%
Serviço de TIC - Pessoa Jurídica	58.119.901,77	57.993.934,30	99,78%
OUTROS ELEMENTOS DE DESPESAS	748.496.719,09	1.176.463.842,00	157,18%*
TOTAL	**6.102.662.335,98**	**6.521.347.760,27**	**106,86%***

Fonte: Tesouro Gerencial.

Obs: * O campo que apresenta o valor utilizado maior que o valor recebido, indica que, durante a execução, ocorreram créditos adicionais.

3.1.4.3 DESPESAS DE INVESTIMENTO UTILIZADAS EM 2023

Em 2023, os recursos utilizados com as despesas de investimentos com material permanente, obras/instalações, consumo e outros serviços/PJ totalizaram R$ 2,154 bilhões, conforme planilha abaixo.

ELEMENTO DA DESPESA	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.535.222.829,20	1.529.363.113,79	99,62%
OBRAS E INSTALAÇÕES	305.572.572,09	305.572.572,09	100,00%
MATERIAL DE CONSUMO	153.834.221,99	153.630.236,71	99,87%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	121.390.832,24	121.337.594,85	99,96%
OUTROS ELEMENTOS DE DESPESA	86.476.507,48	44.623.807,25	51,60%
TOTAL	**2.202.496.963,00**	**2.154.527.324,69**	**97,82%**

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.2 GESTÃO DE AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

3.2.1 INTRODUÇÃO

As aquisições mais significativas no âmbito do Comando do Exército foram gerenciadas e centralizadas pelos Órgãos de Direção Geral, Operacional e Setoriais.

Como órgãos a serem exemplificados, pode-se citar o Comando Logístico (COLOG), responsável pelas aquisições do sistema logístico do EB, o Departamento de Engenharia e Construção (DEC), responsável pelas aquisições do sistema de obras, o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), responsável pelas aquisições do sistema de ciência e tecnologia, o Departamento de Ensino e Cultura do Exército (DECEx), responsável pelas aquisições do sistema de educação e cultura, e a Secretaria de Economia e Finanças (SEF), responsável pelo apoio administrativo às organizações militares (OM).

As demais aquisições de objetos de natureza comum são realizadas pelas diversas organizações militares, Unidades Gestoras Executoras (UGE), em menor montante e maior capilaridade.

Ainda, no sentido da racionalização administrativa, o Exército, nos últimos anos, aperfeiçoou processos e estruturas buscando centralizar as aquisições e outras atividades administrativas, ao passo que busca reduzir o número de UGE. Nesse sentido, pode-se citar:

- a Diretoria de Sistemas de Material de Emprego Militar (DSMEM/DCT) para aquisições do Sistema de Ciência e Tecnologia;
- a Diretoria de Planejamento e Gestão Orçamentária (DPGO), do Departamento-Geral do Pessoal (DGP), para gestão orçamentária centralizada dos recursos de pessoal;
- o Centro de Obtenções do Exército (COEx/COLOG), para gestão de orçamento e aquisições do Sistema Logístico;
- 16 (dezesseis) Bases Administrativas, unidades que centralizam atividades administrativas de diversas OM retirando encargos destas;
- o Almoxarifado Central, na guarnição de Brasília, para racionalização da obtenção de bens comuns a todos os órgãos do Forte Caxias;
- a implantação e aprimoramento dos Grupos de Coordenação de Aquisições, Licitações e Contratos (GCALC) para a realização de licitações centralizadas, destinadas às contratações frequentes, visando ao fornecimento de bens e serviços comuns; e
- a participação/adesão aos produtos da Central de Compras do Governo Federal, possibilitando a coparticipação no Almoxarifado Virtual Nacional e uso do TaxiGov.

Recebimento das viaturas MaxxPro Recovery no Terminal de Contêineres de Paranaguá
Foto: Com Soc da 5ª Divisão de Exército

3.2.2 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Serão apresentadas informações por modalidade de contratação e por detalhamento dos gastos com o funcionamento administrativo das 662 organizações militares do Comando do Exército, bem como as contratações administrativas mais relevantes realizadas no âmbito do EB no exercício financeiro de 2023.

DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	UTILIZADO (R$)
1. Modalidades de Licitação	3.776.334.737,70
Pregão	3.458.099.842,00
Concorrência	235.737.351,00
Tomada de Preços	67.946.487,73
Regime Diferenciado de Contratação	9.793.375,95
Convite	4.739.927,92
Concurso	17.753,10
2. Contratações Diretas	2.926.463.347,00
Inexigibilidade	2.380.900.047,00
Dispensa	545.563.300,00
3. Regime de Execução Especial	17.442.758,54
Suprimento de Fundos	17.442.758,54
4. Outros	1.767.578.987,00
TOTAL	**8.487.819.830,24**

Fonte: Tesouro Gerencial.

Obs.: Valor maior que o somatório dos valores totais do item 3.1.4.1 Execução do Orçamento por Natureza da Despesa (despesas de custeio e investimento) em função de valores empenhados em outras ND (33.90.33, 33.90.37, etc.) não terem sido somados.

Das contratações realizadas por meio de inexigibilidade, aproximadamente 49% (quarenta e nove por cento) das execuções referem-se a gastos realizados com a atividade de saúde, que mantém convênios para o atendimento ao pessoal militar e civil e seus respectivos dependentes.

Evidencia-se, ainda, que pouco mais de 38% (trinta e oito por cento) do total executado por inexigibilidade relacionam-se com aquisições de objetos detentores de especificidades, como os blindados da família Guarani (FORÇAS BLINDADAS), o sistema integrado de monitoramento de fronteiras (SISFRON), equipamentos e materiais para aprestamento da Força Terrestre (APRESTAMENTO DAS FORÇAS) e equipamentos do sistema de defesa estratégico (ASTROS). Dotadas das mesmas características peculiares, destacam-se as aquisições realizadas para suprir necessidades de materiais, equipamentos e serviços em aeronaves de emprego militar.

Os demais valores apresentados na modalidade de contratação supracitada relacionam-se com despesas de saneamento de água e esgoto, aquisição de munições, dentre outras despesas de menor vulto.

Das contratações realizadas por meio de dispensa de licitação, observa-se que sofreram uma redução de 1% (um por cento) em relação ao ano de 2022, o montante mais proeminente refere-se às despesas com concessionárias de energia elétrica em todo o território nacional, com pouco mais de 28% (vinte e oito por cento) do total das contratações. As ações de Implantação de Forças Blindadas, Sistema de Defesas ASTROS, Aprestamento das Forças e Sistemas de Monitoramento de Fronteiras tiveram participação de pouco mais de 37% (trinta e sete por cento) do total. O restante divide-se em material de emprego militar (MEM) e aquisições e contratações de menor vulto, realizadas para atender às peculiaridades da preparação e emprego do EB.

3.2.3 DETALHAMENTO DOS GASTOS COM O FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO (EXERCÍCIO 2023)

Os gastos com o funcionamento administrativo das 662 organizações militares do Exército ficaram em torno de 634,42 milhões. Deste valor, 43,82% foram alocados para o custeio de concessionárias de serviço público, 36,57% com contratos administrativos e 19,61% com despesas gerais das organizações militares (materiais e serviços diversos, combustíveis para geração de eletricidade e aquecimento, certificados digitais, seguro obrigatório, licenciamento de viaturas, publicações, aquisição de materiais de expediente, de limpeza, bem como para manutenção dos bens móveis e imóveis, etc.).

GASTOS COM O FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO EM 2023

OBJETO	UTILIZADO (EM MILHÕES R$)	PERCENTUAL APLICADO DO ORÇAMENTO
CONCESSIONÁRIAS	278,01	43,82%
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (a)	232,02	36,57%
FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES (FUNADOM) (b)	124,39	19,61%
TOTAL	**634,42**	**100%**

Fonte: Tesouro Gerencial.

(a) Contratos administrativos: limpeza e conservação de bens imóveis, manutenção de bens imóveis, manutenção de máquinas e equipamentos administrativos, manutenção e locação de máquinas copiadoras, manutenção de ar condicionado, manutenção de elevadores, manutenção de poços artesianos e tratamento de água, entre outros.

(b) FUNADOM: despesas com a administração de OM, certificações digitais, combustível para geração de eletricidade e aquecimento, insumos e serviços para prevenção e combate a incêndio, aquisição de lâmpadas LED, recarga de extintores de incêndio e seguro obrigatório/emplacamento/aquisição de placas para viaturas administrativas.

3.2.4 CONTRATAÇÕES ADMINISTRATIVAS MAIS RELEVANTES

Os recursos necessários para fazer frente à demanda de funcionamento administrativo das OM são parcos. Assim, um número reduzido de contratos é autorizado e significativa parcela de serviços é realizada diretamente pelos efetivos das próprias organizações militares.

Os contratos de maior vulto são os de limpeza e conservação, os quais foram, em sua grande maioria, firmados por hospitais militares, estabelecimentos de ensino militar e quartéis-generais.

CONTRATOS DE NATUREZA ADMINISTRATIVA EM 2023

TIPOS DE CONTRATO	NR DE CONTRATOS	PERCENTUAL EM RELAÇÃO À QUANTIDADE TOTAL DE CONTRATOS	VALOR ANUAL UTILIZADO (R$)	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DOS CONTRATOS
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	121	17,26%	120.647.905,03	52,00%
MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	25	3,57%	46.388.327,98	19,99%
MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	184	26,25%	28.164.777,11	12,14%
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	183	26,11%	14.546.672,13	6,27%
LOCAÇÃO DE APARELHOS DE IMPRESSÃO	87	12,41%	10.941.685,57	4,72%
LAVAGEM DE ROUPA	8	1,14%	5.276.856,66	2,27%
MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO	31	4,42%	1.951.953,60	0,84%
MANUTENÇÃO DE ELEVADORES	19	2,71%	1.658.386,57	0,71%
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	27	3,85%	1.244.733,13	0,54%
MANUTENÇÃO POÇO ARTESIANO E TRATAMENTO DE ÁGUA	15	2,14%	826.377,52	0,36%
SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO	1	0,14%	380.522,54	0,16%
TOTAL	**701**	**100,00%**	**232.028.197,84**	**100,00%**

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.3 GESTÃO DE CUSTOS

3.3.1 INTRODUÇÃO

O EB, alinhado com a Administração Pública Brasileira, tem extensa tradição na gestão das contas públicas, acompanhando, orientando e gerenciando as informações de custos, na medida em que retrata os dados de diversos sistemas, internos e externos à Instituição, conforme a execução dos lançamentos realizados pelas unidades gestoras.

Com o advento da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Comando do Exército desenvolveu um sistema de custos próprio, conhecido como Sistema Gerencial de Custos do Exército Brasileiro (SISCUSTOS), que, recentemente, foi substituído pelo Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC), desenvolvido pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O SIC é uma ferramenta de TI que tem a capacidade de integrar diversos sistemas do Governo Federal em uma única base de dados, armazenando e reunindo informações de custos que permitem apoio à tomada de decisão.

A Diretoria de Contabilidade é o órgão setorial integrante do Sistema de Custos do Governo Federal. Os procedimentos para apropriação de custos na Força são regulados pelas Normas Aplicadas à Gestão de Custos no Âmbito do Comando do Exército (EB 10-N-08.007), aprovadas pela Portaria - C Ex nº 1.743, de 19 de maio de 2022.

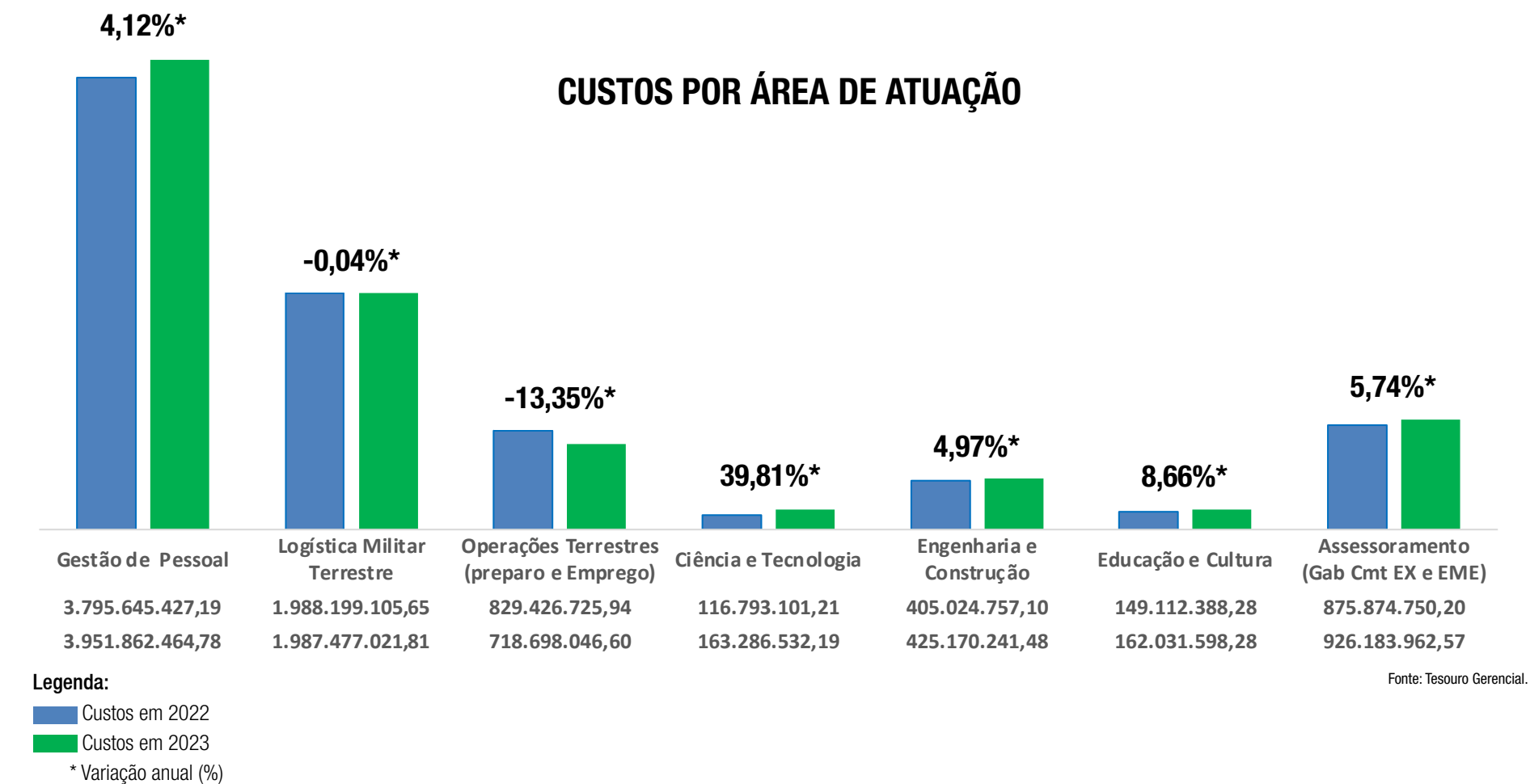
O Comando do Exército, por meio de suas 662 OM, realiza a apropriação de custos com pessoal, material de consumo, depreciação do material permanente e serviços executados, nas áreas finalística e de suporte. Ainda, devido à relevância dos recursos aplicados pela Força Terrestre na Operação Pipa, foi criado um centro de custo específico para mensurar os custos dessa operação.

As informações de custos são geradas pelas apropriações dos serviços no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), no Sistema de Controle Físico (SISCOFIS), módulo do Sistema de Material do Exército (SIMATEX) com insumos de material de consumo e depreciação do material permanente, bem como no Sistema de Cadastramento do Pessoal do Exército (SiCaPEx), com os dados de pessoal.

A implantação do SIC no âmbito do Comando do Exército teve como objetivos: aperfeiçoar e simplificar, ainda mais, a gestão de custos da Força; potencializar a vertente gerencial da contabilidade de custos; subsidiar melhor os processos decisórios em todos os níveis; e aumentar a transparência governamental e *accountability*.

3.3.2 CUSTOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO

A classificação direta dos custos das atividades relevantes desempenhadas atendeu às necessidades gerenciais, uma vez que permitiu identificar os custos de seus macroprocessos, todos necessários e fundamentais para o desempenho da missão constitucional da Força Terrestre.

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.4 GESTÃO DE PESSOAL

3.4.1 INTRODUÇÃO

O Exército Brasileiro teve um efetivo autorizado, para o ano de 2023, de 213.217 militares, conforme o Decreto n° 11.319, de 29 de dezembro de 2022. O efetivo, dos militares de carreira é de aproximadamente 50.000 militares. Para completar o efetivo contou com militares prestando serviço militar voluntário ou obrigatório. As diretrizes de pessoal do Exército Brasileiro coordenadas pelo Estado-Maior do Exército e implementadas pelo Departamento-Geral do Pessoal definem os rumos estratégicos da gestão de pessoas no Exército Brasileiro.

3.4.2 EFETIVO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

A composição do efetivo do Exército Brasileiro é baseada na otimização da gestão de pessoas, de modo a dimensioná-lo para atender adequadamente às necessidades da Força, mas considerando a sustentabilidade em médio e em longo prazos. A fim de aumentar a atratividade e melhorar o processo de seleção, são implementadas medidas que possibilitam o crescimento profissional do militar enquanto permanecer no serviço ativo. A contratação de pessoal da reserva, como Prestador de Tarefa por Tempo Certo (PTTC), também é uma realidade, constituindo-se em excelente capital intelectual.

Os militares de carreira são aqueles da ativa que, no desempenho voluntário e permanente do serviço militar, tenham vitaliciedade, assegurada ou presumida, ou estabilidade adquirida nos termos da alínea “a” do inciso IV do caput do art.50 do Estatuto dos Militares.

Formatura de incorporação do 19º BI Mtz
Foto: Com Soc do 19º BI Mtz

Apronto Operacional do CMP
Foto: Acervo do CCOMSEx

3.4.3 RESULTADOS ALCANÇADOS

As prioridades da Política de Pessoal estão estabelecidas no Objetivo Estratégico do Exército (OEE) 13 – Fortalecer a Dimensão Humana. Baliza um planejamento estratégico focado nas atividades que buscam a valorização da força de trabalho e a melhoria da qualidade de vida da família militar.

O Plano Estratégico do Exército (PEEx) descreve que o OEE 13– Fortalecer a Dimensão Humana – é um dos principais indutores do processo de Transformação do Exército Brasileiro, inserido no contexto do desenvolvimento nacional em alinhamento com a Política Nacional de Defesa e com a Estratégia Nacional de Defesa. O OEE 13, cujo principal responsável por sua execução é o Departamento-Geral do Pessoal (DGP), tem como foco o aperfeiçoamento da gestão de pessoal, dos militares e dos servidores civis, além de desenvolver ações de apoio à Família Militar.

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 13 - FORTALECER A DIMENSÃO HUMANA

INDICADOR	META	RESULTADO
IR 13 - ÍNDICE DE FORTALECIMENTO DA DIMENSÃO HUMANA	75%	77,07%

Fonte: EME.

3.4.4 PROGRAMA SETORIAL FORÇA DA NOSSA FORÇA

Com o objetivo de fortalecer sua dimensão humana, foi concebido o Programa Setorial Força da Nossa Força (Prg S FNF), o qual busca atingir os seguintes benefícios: valorização da força de trabalho; modernização e sustentabilidade do sistema de saúde; melhoria da qualidade de vida da família militar; modernização da gestão de pessoal; e contribuição para o aumento da operacionalidade da Força Terrestre.

Os projetos integrantes do Prg S FNF estão inseridos no Objetivo Estratégico do Exército 13 - Fortalecer a Dimensão Humana. Para tanto, em 2023, o programa prosseguiu suas atividades com 3 projetos: Projeto EB S@úde, Projeto Sistema Corporativo de Gestão do Pessoal do Exército (Projeto SisCoGeP) e Projeto EB F@cil.

Em 2023, as principais entregas do SisCoGeP foram os módulos “Processo de Reserva”, “Integração de Login com o SICaPEx” e o de “Incorporação e de Notificação”. Em relação ao Pjt EB F@cil, foi a conclusão da parte interna da adaptação das instalações para o Posto de Atendimento de Santa Maria e o fornecimento do mobiliário necessário.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DESCRIÇÃO	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
Reestruturação do Sistema de Pessoal do Exército	353.040,64	353.040,64	100%
Aquisição de equipamentos	96.647,11	96.647,11	100%
Administração da unidade	371.516,80	371.516,80	100%

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.4.5 AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

3.4.5.1 AVALIAÇÃO DOS MILITARES

A avaliação dos militares é realizada por meio do Sistema de Gestão do Desempenho do Pessoal Militar do Exército (SGD), que é um recurso totalmente informatizado que disponibiliza aos seus usuários diversos métodos de gerenciamento do desempenho, como as entrevistas entre avaliador e avaliado, a realização de uma autoavaliação e o acesso do avaliado ao resultado de suas avaliações.

3.4.5.2 AVALIAÇÃO DE SERVIDORES CIVIS

O servidor civil, ao entrar em exercício no cargo de provimento efetivo, mediante concurso público, é submetido ao período de estágio probatório por 3 (três) anos, durante o qual sua aptidão e sua capacidade são objetos de avaliação para o desempenho do cargo.

3.4.6 ESTRATÉGIA DE SELEÇÃO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS PARA RECOMPLETAMENTO DO EFETIVO

3.4.6.1 SELEÇÃO DE PESSOAL TEMPORÁRIO

O serviço militar obrigatório compreende as seguintes fases: alistamento (presencial e on-line), seleção geral, designação, seleção complementar e incorporação. A convocação para o serviço militar obrigatório é feita por meio de divulgação em veículos de comunicação: TV, rádio, jornal e redes sociais, tanto em nível nacional como local.

O alistamento on-line foi implantado em todo o território nacional desde 1º de janeiro de 2018. O cidadão alistado por meio desse sistema pode obter o Certificado de Alistamento Militar (CAM), gratuitamente, acessando a página eletrônica: alistamento.eb.mil.br.

O serviço militar temporário de caráter voluntário é uma forma de entrada às fileiras do Exército por brasileiros, de todo o território nacional. O serviço temporário terá o prazo determinado de 12 (doze) meses, prorrogável a critério da Administração Militar, e não poderá ultrapassar 96 (noventa e seis) meses, contínuos ou não, como militar, em qualquer Força Armada. O ingresso ocorre por meio de processos seletivos simplificados, divulgados através de avisos de convocação, presentes nos diversos sites e plataformas digitais do Exército, em especial, nas páginas de conteúdo das regiões militares. Anualmente, existe a possibilidade de os cidadãos de todos os níveis de escolaridade e das mais diversas áreas profissionais passarem a integrar o Exército Brasileiro como militares temporários.

Ressalta-se a matrícula de 15.125 atiradores nos Tiros de Guerra (TG) que são uma experiência bem sucedida entre o Exército Brasileiro e a sociedade brasileira, representados pelo poder público municipal e pelos milhares de cidadãos brasileiros que ingressam nas fileiras do Exército anualmente. Essa parceria perene e edificante, juridicamente celebrada por intermédio de convênios, está enraizada na história e na formação do povo brasileiro há mais de 110 anos e tem profundas ramificações na sociedade na qual está inserido. Os TG são conhecidos como verdadeiras "ESCOLAS DE CIVISMO E CIDADANIA".

TIPO DE INCORPORAÇÃO	EFETIVO INCORPORADO	TOTAL
Recrutas (Gpt A + B)	56.130	75.261
Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR)/Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR)	2.134	
Médicos, Dentistas, Farmacêuticos e Veterinários	1.872	
Atiradores nos Tiros de Guerra (TG)	15.125	

Fonte: SSMIMOB/DSM.

Formatura de oficiais temporários no Batalhão da Guarda Presidencial (BGP).
Foto: Acervo do CCOMSEx.

Formatura na Escola de Sargentos das Armas - Três Corações/MG
Foto: Acervo do CCOMSEx

3.4.6.2 SELEÇÃO DE PESSOAL PARA A CARREIRA MILITAR

É realizada mediante concurso público nacional anual, tanto para a carreira de oficiais quanto para a de praças. Os candidatos selecionados são matriculados nas escolas de formação militar: Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx), Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Instituto Militar de Engenharia (IME), Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército (ESFCEx), Escola de Sargentos das Armas (ESA), Escola de Sargentos de Logística (EsSLog) e Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx).

3.4.6.3 SERVIDORES CIVIS

A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, instituiu o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a qual prevê, no seu inciso I do Art. 8º, a nomeação como forma de provimento de cargo público, que depende de prévia habilitação em concurso público.

Compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), como órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), a criação de cargos efetivos, bem como a autorização para a realização de concursos e nomeação de candidatos.

3.4.7 REMUNERAÇÃO

3.4.7.1 REMUNERAÇÃO DE MILITAR

A Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, reestruturou a carreira militar e dispôs, entre outras medidas, sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares. Essa nova legislação teve como premissas básicas: a priorização da meritocracia e a experiência militar; atração, retenção e motivação do pessoal; aperfeiçoamento da legislação existente; espelhamento das carreiras de oficiais e praças; e a própria reestruturação da carreira dos militares, não constituindo um reajuste salarial. Durante o ano de 2023, foram cumpridas todas as ações previstas na Lei nº 13.954/2019.

3.4.7.2 REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES CIVIS LOTADOS NO EXÉRCITO

Em geral, a remuneração dos servidores públicos federais civis do Poder Executivo é constituída de vencimento básico, gratificações e adicionais (Art. 40 e 49 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990).

Houve algumas alterações na Lei, como a instituição da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE), devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermediário e auxiliar do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo e a Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos (GDACE), devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de nível superior, de engenheiro, arquiteto, economista, estatístico e geólogo, optantes pela Estrutura Especial de Remuneração, os quais foram normatizados em Portaria do C Ex em relação aos servidores civis no âmbito do Comando do Exército.

3.4.8 PROMOÇÕES DE MILITARES NO EXÉRCITO

Os planos de carreira estão materializados em portarias que têm por finalidade estabelecer uma sistemática de promoções de militares das armas, quadros e serviços com base no mérito individual do militar e de acordo com seu tempo no posto ou na graduação. Para todas as promoções dos militares, são organizados Quadros de Acesso por Antiguidade (QAA) e Quadros de Acesso por Merecimento (QAM). Tais quadros consideram a antiguidade e o merecimento dos militares habilitados. As comissões de promoções avaliam o mérito, as qualidades e os requisitos peculiares exigidos para a respectiva promoção.

3.4.9 ASSISTÊNCIA À SAÚDE

O Sistema de Saúde do Exército engloba cerca de 691 mil beneficiários, contemplando militares, dependentes e pensionistas, bem como prestando assistência à saúde suplementar aos servidores civis do Exército, pensionistas dos servidores civis e seus respectivos dependentes e ex-combatentes.

No ano de 2023, foi emitido, até a data de 31 de dezembro de 2023, o total de 5.480.831 Comprovantes de Despesas Médicas (CDM), gerando uma produção interna de R$ 896.439.503,76 (Fonte: SIRE – 01/01/2024).

3.4.9.1 ASSISTÊNCIA DE SAÚDE À FAMÍLIA MILITAR

O Sistema de Saúde do Exército (SSEx) é o conjunto, estruturado e sinérgico, de órgãos e organizações militares, meios materiais, pessoal, recursos orçamentários e financeiros, normas e atividades com o objetivo de prestar assistência de saúde aos seus beneficiários e apoio de saúde às atividades militares.

Para a assistência médico-hospitalar e odontológica, o Sistema de Saúde do Exército conta com uma rede de atendimento própria nas Organizações Militares de Saúde (OMS), articulada em todo o território nacional.

Com o objetivo de ampliar a rede de atendimento à família militar por todo o País e, concomitantemente, reduzir os gastos com encaminhamentos às Organizações Civis de Saúde (OCS) e Prestadores de Serviço Autônomos (PSA), otimizando a utilização de recursos públicos, o Exército vem desenvolvendo, via Planejamento Anual das Atividades do Sistema de Saúde do Exército (PAASSEx), estudos para a implementação de projetos de aquisição de equipamentos e materiais médico-hospitalares.

VALORES DO PAASSEX EM 2023

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
61.849.069,98	R$ 61.849.069,98	100%

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.4.10 ASSISTÊNCIA SOCIAL E APOIO A INATIVOS E PENSIONISTAS

Os programas previstos no Plano de Assistência Social do Exército (PASEx) são desenvolvidos durante um quadriênio, por intermédio do estabelecimento de eixos de atuação e ações socioassistenciais, a serem monitoradas e avaliadas, anualmente, em conformidade com os Planos Regionais de Assistência Social.

Para o quadriênio 2023-2026, foram estabelecidos 3 (três) Programas, cujos objetivos estratégicos orientam a elaboração de eixos de atuação e as consequentes ações socioassistenciais. São eles:

- Programa de Valorização da Vida (PVV): como fundamento a execução da Assistência Social no Exército, além disso, tem o objetivo de proporcionar aos militares, da ativa e veteranos, aos servidores civis, ativos e aposentados, aos seus dependentes e aos pensionistas uma assistência integrada, especializada e multidisciplinar, visando à prevenção, à superação e ao enfrentamento das vulnerabilidades prolongadas e temporárias, que podem afetar a saúde mental.

- Programa de Apoio à Família Militar (PAFaM): tem o objetivo de proporcionar à família militar uma assistência integrada, especializada e multidisciplinar, que permeia atividades e demandas que chegam à Assistência Social do Exército.

- Programa Ambiente Seguro (PAS): tem o objetivo de proporcionar à família militar uma assistência integrada, especializada e multidisciplinar, visando à promoção de um ambiente seguro no trabalho e no lar.

- Programa de Inativos e Pensionistas do Exército (PIPEx): implantação de uma estrutura (física, pessoal, processos e TI) para as atividades de inativos e pensionistas compatíveis com a sua dimensão, complexidade e velocidade de resposta adequada.

- Programa Irmãos de Armas (PIA): visa alocar recursos financeiros, com distribuição anual, para ampliar, reformar, modernizar e reaparelhar as instalações de atendimento aos Civis, Inativos e Pensionistas.

Foto: Acervo do Comando Militar do Planalto

3.4.11 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE PESSOAL

Nº	DESCRIÇÃO	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
1	Administração da Unidade	78.668.314,38	78.668.314,37	100%
2	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	2.127.768.825,03	2.127.768.592,93	99,99%
3	Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	750.000,00	749.986,71	99,99%
4	Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório	5.873.001,80	5.873.001,80	100%
5	Seleção para o Serviço Militar e Apresentação da Reserva em Disponibilidade	6.308.558,00	6.308.382,58	99,99%
6	Produção de Micofenolato	27.773.590,88	27.773.590,88	100%
7	Apoio à Residência em Saúde	3.183.204,55	3.183.204,55	100%
8	Pagamento INFRAERO	9.000.000,00	9.000.000,00	100%
9	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes /Auxílio-Moradia no Exterior	1.011.434.610,61	1.011.431.808,96	99,99%
10	Movimentação de Militares	594.186.834,87	594.186.834,87	100%
11	Aprestamento das Forças	1.884.203,00	1.884.199,78	99,99%
12	Estruturação e modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	19.295.877,80	19.295.877,80	100%
	TOTAL GERAL	**3.886.127.020,92**	**3.886.123.795,23**	**99,99%**

Fonte: Tesouro Gerencial.

Foto: Acervo do CCOMSEx

3.5 GESTÃO DA LOGÍSTICA MILITAR TERRESTRE

3.5.1 INTRODUÇÃO

A Gestão de Logística Militar Terrestre é a administração do Sistema Logístico Militar Terrestre (SLMT), que é um conjunto de ações para prever, prover e manter os materiais e insumos para compor a capacidade da Força Terrestre (F Ter), conforme os seus planejamentos de preparo e emprego. Tem como órgão de direção setorial o Comando Logístico (COLOG), elemento central do SLMT.

Prontidão Logística é a capacidade de atender às demandas de apoio logístico à F Ter em tempo de paz e em operações, fundamentada na doutrina, organização, adestramento, gestão das informações, efetividade do ciclo logístico e capacitação continuada do capital humano.

O macroprocesso do Exército denominado Logística é desmembrado nos macroprocessos setoriais finalísticos: Prever Bens e Serviços, Prover Bens e Serviços, Manter Bens e Serviços, Gerir a Prontidão Logística e Fiscalizar Produtos Controlados pelo Exército, da Cadeia de Valor do Comando Logístico.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)	TAXAS DE EXECUÇÃO
2.687.203.883,70	2.658.370.221,20	98,93%

Fonte: Tesouro Gerencial.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DESCRIÇÃO	RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)	TAXAS DE EXECUÇÃO	ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES
Alimentação de Pessoal e Programa de Auditoria em Segurança dos Alimentos (PASA)	729.707.730,38	729.707.730,38	100%	PASA: 403 OM com serviço de aprovisionamento atendidas.
Fardamento e Equipamento	261.318.030,00	261.110.738,43	99,92%	Fardamento: 156.005 militares atendidos. Equipamento: 465 OM atendidas.
Combustível Automotivo	58.145.660,89	58.145.660,89	100%	641 OM atendidas. (Obs: Rcs da LOA 2022)
Munição	274.691.943,94	274.690.943,94	99,99%	641 OM atendidas.
Remonta e Veterinária	21.124.066,00	21.083.446,75	99,81%	89 OM atendidas.
Materiais e Equipamentos Militares (Classe Suprimento II)	44.576.210,39	44.466.330,57	99,75%	465 OM atendidas.
Logística de Material de Aviação (CMAvEx)	119.703.290,00	119.306.119,27	99,67%	7 OM AvEx atendidas.
Transporte	11.266.429,00	11.251.333,00	99,87%	94 OM atendidas.
Fiscalização de Produtos Controlados	65.000.000,00	64.999.748,36	99,99%	508.458 ações realizadas de Fiscalização e demais finalidades.

Fonte: Tesouro Gerencial.

O Sistema de Gestão Corporativo (SisGCorp) está disponível em:
Link: http://www.dfpc.eb.mil.br/index.php/conteudo-do-menu-superior/31-dados-abertos/559-sisgcorp.

Apronto Operacional da GLMF - Formosa (GO)
Foto: Acervo do CCOMSEx

3.5.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

O Programa Estratégico do Exército Sistema Logístico Militar Terrestre (Prg EE SLMT) está implementando as duas Estratégias do Objetivo Estratégico do Exército nº 08 (OEE 08) - Aperfeiçoar o Sistema Logístico Militar Terrestre: 8.1 – Adequação da estrutura logística do Exército e 8.2 – Implantação de uma efetiva gestão logística. Destaca-se o Projeto Sistema Integrado de Gestão Logística (SIGELOG), que atende à estratégia 8.2, constituído por um sistema informatizado de apoio à gestão, concebido com estruturas evolutivas na área de logística, visando apoiar a decisão de forma efetiva na previsão, provisão, manutenção e reversão dos meios e serviços necessários à execução das funções logísticas nas diversas situações de preparo e emprego da Força Terrestre.

O Índice de Aperfeiçoamento do Sistema Logístico Militar Terrestre, cujo principal responsável por sua execução é o Comando Logístico (COLOG), é o Indicador de Resultado nº 08 (IR-08), do Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2020-2023, que apresentou os resultados detalhados na tabela abaixo:

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 08 - APERFEIÇOAR O SISTEMA LOGÍSTICO MILITAR TERRESTRE

INDICADOR	META	RESULTADO
IR 08 - ÍNDICE DE APERFEIÇOAMENTO DO SLMT	95%	82,11%

Fonte: EME.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DESCRIÇÃO	RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)	TAXAS DE EXECUÇÃO	ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES
Execução Orçmanetária do OEE 08	2.244.690,00	2.232.607,53	99,46%	89,88% dos Pontos de Função entreues a parentes (Ponto de Função é uma métrica de codificação de software, relativa à efetiva entrega da codificação)

Fonte: Tesouro Gerencial.

Manutenção de aeronaves
Foto: Acervo do CCOMSEx

3.6 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

3.6.1 INTRODUÇÃO

O Objetivo Estratégico do Exército (OEE) 01– contribuir para a dissuasão extrarregional – envolve ações de transformação, implantação e adequação de organizações militares (OM). A execução é baseada na gestão patrimonial, com controle sobre alteração da atribuição de responsabilidade sobre o Patrimônio da União afetado ao Exército Brasileiro (EB) e rigoroso controle sobre as atividades realizadas nessas áreas.

Com a finalidade de prover a gestão patrimonial e a infraestrutura, o EB dispõe do Departamento de Engenharia e Construção (DEC).

Para supervisionar as atividades relacionadas com a administração dos bens imóveis da União administrados pelo Comando do Exército e o patrimônio ambiental nessas áreas, o EB utiliza como apoio o Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet) e o Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (SIGPIMA).

Para supervisionar as atividades de obras militares, construindo e mantendo a infraestrutura de que a Força Terrestre necessita para alcançar seus objetivos estratégicos e apoiar a família militar, o EB utiliza o Plano Básico de Construção (PBC), onde consta o planejamento quadrienal de obras militares.

Os Planos de Descentralização de Recursos para as Atividades de Engenharia (PDRAEng) contemplam as metas físico-financeiras anuais. O Comitê de Gestão de Obras Militares (CGOM) avalia e monitora a execução de obras militares relacionadas ao PDRAEng EME-DEC.

Para controlar o ciclo das obras, o EB emprega o Sistema Unificado de Processo de Obras (OPUS).

3.6.2 PROGRAMA SETORIAL SISTEMA DE ENGENHARIA (PRG S PENSE)

O Programa Setorial Sistema de Engenharia - Programa PENSE visa à ampliação da capacidade operacional do Sistema de Engenharia do Exército em operações militares e nas atribuições subsidiárias. Além disso, o Programa PENSE contribui para os objetivos estratégicos setoriais que, por conseguinte, convergem para a composição dos objetivos estratégicos do Exército: OEE 1; OEE 2; OEE 3; OEE 5; OEE 6; e OEE 12.

No âmbito orçamentário, no ano de 2023, o Prg PENSE, dando continuidade às suas atividades planejadas, aplicou recursos na ordem de R$ 2,4 milhões, conforme o abaixo especificado:

OM	META FÍSICA	RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)	TAXAS DE EXECUÇÃO
DEC*	Pacote de trabalho de reuniões, inspeções, visitas técnicas e aquisição de serviços e material de consumo e material permanente	116.446,98	116.446,98	100%
DOC/2ºBFv*	Pacote de trabalho de construção/adequação das instalações, contratação de serviços e aquisição de material de consumo e material permanente	2.114.619,57	2.114.619,57	100%
DEC	Pacote de trabalho de reuniões e visitas técnicas para elaboração de estudos	185.483,45	185.483,45	100%
SOMA		2.416.550,00	2.416.550,00	100%

Fonte: DEC/SIAFI.

PRINCIPAIS ENTREGAS
• Continuação da construção do Alojamento de Alunos do Centro de Instrução de Engenharia (CI Eng)*.
• Início da adequação da Oficina Pedagógica do CI Eng.
• Parte do mobiliário do Alojamento de Alunos do CI Eng.

Fonte: DEC.

*O Centro de Instrução de Engenharia tem suas instalações sediadas no 2º B Fv.

Simulador no Centro de Instrução de Engenharia
Foto: Acervo do CCOMSEx

Entrega de PNR em Brasília-DF
Foto: Acervo do CCOMSEx

3.6.3 RESULTADOS DA GESTÃO PATRIMONIAL E DE INFRAESTRUTURA

3.6.3.1 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Nas atividades de patrimônio imobiliário e meio ambiente, durante o ano de 2023, o EB utilizou recursos orçamentários na ordem de R$ 9,6 milhões.

Em relação aos desfazimentos de ativos, foram autorizados conforme relacionados abaixo e cuja execução está a cargo das regiões militares (RM)/grupamentos de engenharia (Gpt E) para medidas administrativas subsequentes, em fase de conclusão:

DESFAZIMENTO DE ATIVOS

TIPO DE OPERAÇÃO	Nº DE CADASTRO	ÁREA (M^2)	BENEFÍCIOS PARA O EXÉRCITO
Reversão	2	5.205,00	Possibilitar a destinação de áreas em desuso a outros órgãos públicos da Administração Direta ou Indireta, Estados ou Municípios, a critério da SPU.
Aquisição	1	584,80	Atender as necessidades precípuas de utilização pelo Comando do Exército

Fonte: DEC

TIPO DE OPERAÇÃO	Nº DE CADASTRO (NOCAD) DO IMÓVEL	ÁREA (M^2)	OBSERVAÇÃO (TODAS AS REESTRUTURAÇÕES PATRIMONIAIS EXECUTADAS PREZAM PELO EQUILÍBRIO PATRIMONIAL)
Alienação	1	2.292,67	• Modalidade: permuta por obras a edificar: - 2 (dois) blocos com 12 unidades habitacionais (apartamentos)

Fonte: DEC

3.6.3.2 OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE ORGANIZAÇÕES MILITARES E PRÓPRIO NACIONAL RESIDENCIAL (PNR)

Em 2023, o Sistema de Obras Militares (SOM) gerenciou obras e serviços de engenharia realizados em OM e em PNR dos Comandos Militares de Área (C Mil A), que abrangem todo o território nacional.

Os PNR são edificações utilizadas com a finalidade específica de servir de residência para os militares da ativa do Exército.

Os recursos empregados foram provenientes dos Programas Estratégicos do Exército e de ações orçamentárias destinadas à modernização e manutenção das benfeitorias da Força Terrestre.

O quadro a seguir mostra a quantidade de obras e serviços realizados em 2023:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)	TAXAS DE EXECUÇÃO	QNT DE OBRAS REALIZADAS
443.308.803,37	443.308.803,37	100%	2.752 (sendo 436 PNR)

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.6.4 MATERIAL DE ENGENHARIA

Em 2023, o montante de recursos aplicados, com as principais iniciativas relativas ao material de engenharia, foi de aproximadamente R$ 109 milhões, conforme discriminação ao lado:

RECURSOS UTILIZADOS EM MATERIAL DE ENGENHARIA EM 2023

DESCRIÇÃO	RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)	TAXAS DE EXECUÇÃO
Logística de Material das Organizações Militares Não Engenharia	1.127.255,40	1.127.255,40	100,00%
Logística de Material das Organizações Militares de Engenharia	58.189.441,30	58.189.440,82	99,99%
Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON	6.423.389,95	6.423.389,95	100,00%
Rearticulação do Exército na Região Amazônica (Projeto Amazônia Protegida)	660.569,00	660.569,00	100,00%
Administração da Unidade - Fundo do Exército	1.562.578,67	1.562.578,67	100,00%
Recomposição da Capacidade e dos Meios da Força Terrestre - OCOP	41.048.568,74	41.048.568,74	100,00%
Implementação de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais na Área de Defesa	16.992,98	16.992,98	100,00%
TOTAL	**109.028.796,04**	**109.028.795,56**	**99,99%**

Fonte: Tesouro Gerencial.

Com os recursos de investimento, foram adquiridos 82 itens de material de engenharia dos seguintes tipos: betoneiras, motosserra, moto bombas, caminhão de distribuidor de asfalto, trator polivalente, tratores agrícolas com implemento roçadeira, purificadores de água individual, motores de popa, rolo compactador, escavadeira hidráulica sobre esteiras, grupos geradores de campanha, prancha baixa, cavalo mecânico e comboio lubrificante.

Pela variedade e dualidade dos itens adquiridos, associados ao alcance geográfico delimitado, o recompletamento e a renovação de Sistemas e Material de Emprego Militar da Classe VI (SMEM Cl VI) e viaturas especializadas de engenharia (Vtr Esp Eng), componentes desses sistemas, induzem melhorias na capacidade operativa da força militar para suas atividades de preparo ou de emprego, assim como potencializam condições mais favoráveis à participação do Exército em ações subsidiárias, especialmente as voltadas para a Defesa Civil, assim como de desenvolvimento nacional e regional.

Foto: Acervo do CCOMSEx

3.7 GOVERNANÇA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

3.7.1 INTRODUÇÃO

O arcabouço normativo, que trata da informação no Exército Brasileiro, tem por base a Política de Informação do Exército (EB10-P-01.006), aprovada pela Portaria-C Ex nº 856, de 12 de junho de 2019. Ela define a Governança da Informação como mecanismos de liderança, estratégia e controle, colocados em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão da informação para alcançar os objetivos nela definidos, bem como define a Gestão da Informação como o conjunto de ações de planejamento, execução e controle das diretrizes para tratamento da informação, visando alcançar os objetivos estabelecidos.

3.7.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

No âmbito do Exército, a gestão estratégica da informação está vinculada no Planejamento Estratégico do Exército ao Objetivo Estratégico do Exército 07 (OEE 07) - Aprimorar a Gestão Estratégica da Informação.

O indicador de desempenho do OEE 07 tem como principal responsável o DCT, cujas ações são medidas pelo Índice de Aprimoramento da Gestão Estratégica da Informação (IR 07), que obteve resultado de 82,47% em 2023.

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 07 - APRIMORAR A GESTÃO ESTRATÉGICA DA INFORMAÇÃO

INDICADOR	META	RESULTADO
IR 07 - ÍNDICE DE APRIMORAMENTO DA GESTÃO ESTRATÉGICA DA INFORMAÇÃO	87%	82,47%

Fonte: Estado-Maior do Exército.

3.7.3 GOVERNANÇA E GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O modelo de governança de Tecnologia da Informação do EB tem como instância máxima o Conselho Superior de Tecnologia da Informação do Exército (CONTIEx), sendo o Comitê Técnico de Tecnologia da Informação (COMTEC-TI) responsável pelo assessoramento técnico.

A Portaria-C Ex nº 1.545, de 30 de junho de 2021, aprovou a Política de Tecnologia da Informação e Comunicações do Exército (EB10-P-01.000), a qual estabelece objetivos e orientações gerais para o EB acerca da condução da Governança da Tecnologia da Informação e Comunicações. A Política de TIC do Exército tem por objetivo orientar o desenvolvimento de ações para: dotar o Exército de soluções atualizadas e eficazes, com autonomia e redução crescente da dependência externa; assegurar a disponibilidade das soluções tecnológicas; garantir a capacidade de atuação no espaço cibernético com liberdade de ação; e racionalizar meios.

A estrutura organizacional do DCT dispõe de quatro OM subordinadas que atuam na Governança e Gestão de TI:

- Centro de Desenvolvimento de Sistemas (CDS);
- Centro Integrado de Telemática do Exército (CITEx);
- Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CComGEx); e
- Diretoria do Serviço Geográfico (DSG).

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)	TAXAS DE EXECUÇÃO
106.490.862,00	106.420.767,92	99,93%

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.7.4 DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS COMPUTACIONAIS CORPORATIVOS

O CDS tem a missão de desenvolver, sustentar e integrar aplicações computacionais e estruturas de dados de sistemas de interesse do Exército, durante o ciclo de vida de software, além de realizar a gestão logística de seu material estratégico.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)	TAXAS DE EXECUÇÃO
7.056.394,00	7.056.392,37	99,99%

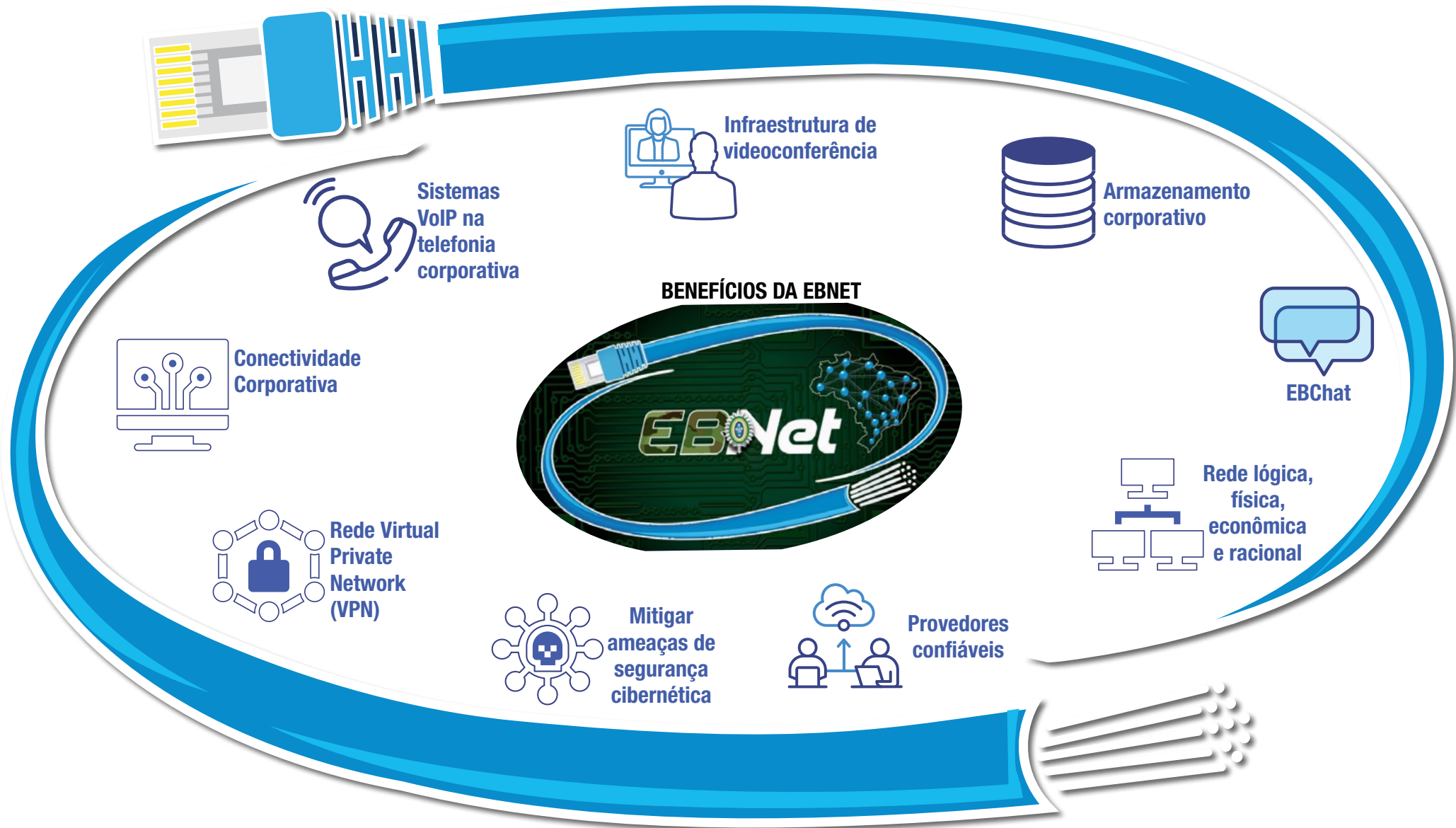
Fonte: Tesouro Gerencial.

3.7.5 SISTEMA ESTRATÉGICO DE COMANDO E CONTROLE

O Centro Integrado de Telemática do Exército (CITEx) e suas Organizações Militares Diretamente Subordinadas (OMDS), os Centros de Telemática de Área (CTA) e Centros de Telemática (CT), que se situam nas sedes dos Comandos Militares de Área (C Mil A) e das Regiões Militares, constituem o Sistema de Telemática do Exército (SisTEx).

A missão do CITEx, em síntese, é implantar e manter o Sistema Estratégico de Comando e Controle do Exército, integrando-o ao Sistema de Comando e Controle da Força Terrestre, a fim de permitir o fluxo seguro e oportuno de informações aos comandantes em todos os níveis, contribuindo com o incremento do poder de combate ao Exército e para o desenvolvimento nacional.

Nesse sentido, a rede de dados do Exército (EBNet) é parte fundamental desse Sistema Estratégico de Comando e Controle.

Entre as diversas capacidades e benefícios aportados pela Tecnologia da Informação, especialmente, pela EBNet perante o Exército, podemos citar:

Fonte: DCT.

Das entregas de 2023 direcionadas à evolução da rede corporativa, em um ambiente cada vez mais conectado e dependente da tecnologia, destacam-se as relacionadas ao aumento da disponibilidade, a implementação de ferramentas de conectividade e a implementação de estruturas de segurança cibernética.

Foram lançadas, reestruturadas e implantadas diversas redes metropolitanas interligando quartéis, aumentando a resiliência e diminuindo a dependência de links contratados. Destaca-se ainda, a implementação de acesso à internet para os Pelotões Especiais de Fronteira, via enlaces Satelitais.

O sistema de videoconferência foi reformulado, com aumento de capacidade, modernização dos equipamentos e implementação da disponibilização automática, acessível a todos os militares. Esta ampliação, em um Exército que atua em um País de dimensões continentais, permitiu expressiva economia, por reduzir a necessidade de deslocamentos e aumento da consciência situacional.

Foram expandidas a capacidade e o alcance dos recursos de chat e serviços de mensageria (EBChat) em tempo real, desenvolvido pelo CDS, permitindo a comunicação instantânea e segura entre os membros da Força Terrestre, com suporte a mensagens individuais e em grupo.

Hoje, a segurança cibernética é um fator crítico para garantir a operacionalidade de uma força armada. A EBNet, de responsabilidade do SisTEx, dispõe de uma série de camadas de proteção, que vão desde a segurança implementada em sua borda, realizada por equipamentos que estão em contato direto com a Internet, passando por *Firewalls* de aplicação, detectores de intrusão, *Firewalls* internos e soluções de antivírus em servidores e máquinas de usuários.

A implantação, manutenção e operação dessas camadas de proteção, em conjunto com profissionais capacitados, processos bem instituídos e boas práticas de TI, estão no topo das prioridades do sistema e representam uma preocupação constante em tempos desafiadores, em termos de proteção cibernética, em que vivemos. Em 2023, foram modernizados equipamentos de proteção, adquiridos equipamentos de roteamento, que permitem criptografar as conexões, adquiridos sistemas de backup seguro, implementadas camadas lógicas de separação de tráfego e atualizadas políticas de segurança. Foi também iniciado o projeto de implantação do Centro de Monitoramento e Proteção Cibernética do Exército, composto por um Centro de Operações de Rede (NOC – Network Operations Center) e um Centro de Operações de Segurança (SOC – Security Operations Center), o que permitirá monitorar integralmente todos os enlaces de dados que compõem a EBNet, robustecendo e restabelecendo prontamente eventuais interrupções, bem como respondendo a ataques cibernéticos.

Foram realizadas 16 perícias forenses computacionais de processos de investigação e análise de incidentes de segurança cibernética, violações de dados e outras atividades relacionadas à tecnologia, que ocorreram em 2023, dentro das OM. Foi implementada nova ferramenta de resposta a incidentes para lidar com eventos de segurança cibernética, proporcionando suporte técnico à condução de investigações forenses, em casos de ataque cibernético ou comprometimento de dados.

O SisTEx é responsável por realizar a Logística de Tecnologia da Informação (LogTI) para todas as OM do Exército, investindo na manutenção, substituição, reestruturação e atualização dos equipamentos e redes de dados dos quartéis, com vistas a permitir aos diversos níveis de comando, o acesso oportuno, com qualidade e segurança ao Sistema de Comando e Controle do Exército (SC²Ex). Desse modo, interligando e integrando as bases física e lógica do Sistema Estratégico de Comando e Controle do Exército (SEC²Ex) com outros sistemas e proporcionando capacidade de comando e controle, planejamento e direção ao Exército.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE LOGÍSTICA DE TI

RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)	TAXAS DE EXECUÇÃO
13.342.631,00	13.342.627,48	99,99%

Fonte: Tesouro Gerencial.

Nesse trabalho, as OM integrantes do SisTEx realizam 315 Visitas de Orientação Técnica – VOT aos quartéis em todo o País, com o intuito de sanar problemas, conhecer as necessidades das OM e manter a integração entre os níveis tático, operacional e estratégico. Priorizando as necessidades, investiu-se na melhoria da rede de dados e dos ativos de 338 OM em 2023.

Vale ressaltar que a atuação do SisTEx não se limita às atividades administrativas. O sistema também realizou diversas atividades de reorganização temporária da EBNEt para apoiar a realização de operações, como a CORE 23, um Exercício combinado, que conta com a participação dos Exércitos do Brasil e dos EUA, e a Paraná III, com a participação de países da América do Sul.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE SUSTENTAÇÃO DA EBNET

RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)	TAXAS DE EXECUÇÃO
37.809.229,00	37.809.213,23	99,99%

Fonte: Tesouro Gerencial.

Entre todos os projetos e programas nos quais o CITEx está inserido, destaca-se o Programa Amazônia Conectada, que é uma iniciativa conjunta dos Ministérios da Defesa, das Comunicações e da Ciência, Tecnologia e Inovação, com a finalidade de expandir a infraestrutura de comunicações na região da Amazônia Ocidental, visando contribuir para a implementação de políticas públicas pelas diversas esferas de governos (federal, estadual e municipal), sobretudo nas áreas de educação, saúde, defesa, segurança pública e turismo. Nesse contexto, coube ao Exército implantar a infraestrutura óptica subfluvial nos leitos de rios da região amazônica.

Esse programa nasceu da necessidade estratégica de conectar as unidades do Exército Brasileiro na Amazônia Ocidental e visa estabelecer uma infraestrutura de rede de dados de alta velocidade, por meio do lançamento de cabos de fibra óptica pelos leitos dos rios, legando suporte às atividades de Comando e Controle, administrativas e operacionais do Ministério da Defesa naquela região. O projeto destaca-se pelo seu caráter dual e pela complementariedade entre os interesses da Defesa e outras aplicações para a sociedade brasileira, permitindo potencializar a implementação de políticas públicas voltadas à inclusão digital.

O CITEx realizou uma parceria com o Ministério das Comunicações (MCOM), por meio de um Termo de Cessão de Uso Não Oneroso de Bem móvel, no qual o Exército Brasileiro cede àquele Ministério o direito de uso de pares de fibra óptica existentes nos cabos subfluviais, de forma que essas possam ser usadas para integrar as redes implementadas pelo Programa Amazônia Integrada e Sustentável (PAIS), sob a coordenação do MCOM.

Além disso, diversas atividades foram desenvolvidas no sentido de transferir a operação e manutenção de toda a infraestrutura implantada pelo programa para a empresa estatal Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras), fruto de um Acordo de Cooperação Técnica celebrado no final de 2022. O Acordo prevê iniciativas conjuntas que buscam aperfeiçoar as comunicações estratégicas administrativas e operacionais das organizações militares do Exército, bem como aprimorar a oferta de serviços de conexão à internet em banda larga em localidades remotas na Amazônia Ocidental, contribuindo para implementar políticas públicas voltadas à inclusão digital naquela região.

PRINCIPAIS ENTREGAS

- Lançamento e instalação de 1.840 km de cabos ópticos subfluviais, atendendo aos seguintes municípios do interior do estado do Amazonas: Iranduba, Manacapuru, Anori, Coari, Tefé, Novo Airão, Vila de Moura, Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira.
- Conexão à internet (banda larga) em localidades remotas na Amazônia Ocidental.
- Transferência das funções de operação e de manutenção de toda a infraestrutura implantada pelo programa para a empresa estatal Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras).

3.7.6 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO – LUCERNA (PRG EE LUCERNA)

O Prg EE LUCERNA tem o objetivo de transformar o Sistema de Inteligência do Exército (SIEx), incrementando sua capacidade de obtenção e análise de dados, adaptando e/ou criando organizações militares (OM) vocacionadas para a Inteligência de Combate.

Para tanto, o programa enquadra três projetos:

Projeto ARES: transformação das atuais estruturas de Inteligência Militar, distribuídas nos diversos escalões da Força Terrestre (F Ter).

Projeto ATENA: atualização e modernização do ensino da Inteligência Militar no âmbito do Exército Brasileiro; e

Projeto HERMES: modernização da estrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) do SIEx.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Fonte: Tesouro Gerencial.

RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)	TAXAS DE EXECUÇÃO
14.900.587,00	14.891.518,25	99,94%

3.7.7 SISTEMA DE COMANDO E CONTROLE DA FORÇA TERRESTRE

O Sistema de Comando e Controle da F Ter (SC²FTer) é o conjunto de instalações, equipamentos, sistemas de informação, comunicações, doutrinas, procedimentos e pessoal essenciais para o decisor planejar, dirigir e controlar as ações das suas 12 organizações.

O Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CComGEx) tem por missão gerar e gerir as capacidades operativas de Comunicações, de Guerra Eletrônica e de Guerra Cibernética em proveito da F Ter, cooperando com a capacitação de recursos humanos, na formulação doutrinária e em operações. Adicionalmente, realiza a gestão do material de comunicações (conjunto de sistemas e equipamentos de emprego militar para a transmissão de dados e informações, conferindo capacidade de coordenação e de operação aos Comandos Militares).

Esse sistema enquadra as OMDS que são responsáveis pelos procedimentos de logística do material de Comunicações (Base Adm CComGEx), pelo ensino de Comunicações e de Guerra Eletrônica (Escola de Comunicações e Centro de Instrução de Guerra Eletrônica) e pelo emprego operacional (1º Batalhão de Guerra Eletrônica e Companhia de Comando e Controle).

O Projeto Força Cibernética, vinculado ao Programa Estratégico do Exército Defesa Cibernética (Prg EE Def Ciber), possibilita incrementar o poder de combate e a capacidade operacional da Força Terrestre, atuando na proteção cibernética e em ações cibernéticas focadas em objetivos táticos.

As principais entregas do CComGEx, em 2023, foram as seguintes:

PRINCIPAIS ENTREGAS

- Desenvolvimento do sistema de controle do MEM Classe VII, da obtenção ao desfazimento, promovendo maior consciência situacional em todos os níveis e ao longo do ciclo de vida.
- Transformação parcial da Companhia de Comando e Controle (Cia C2) em Batalhão de Comando e Controle (BC2).
- Aquisição de materiais de apoio/suporte ao Projeto de Sensoriamento e Apoio à Decisão (SAD), essenciais para a implantação do Programa Estratégico do Exército SISFRON.
- Celebração do Termo de Execução Descentralizada para aquisição de Rádios Mallet junto à Indústria de Material Bélico (IMBEL), contribuindo para a interoperabilidade dos sistemas operacionais do Exército Brasileiro.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)	TAXAS DE EXECUÇÃO
36.251.305,00	36.251.305,00	100%

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.7.8 GEOINFORMAÇÃO

A geoinformação de interesse do EB é produzida pela Diretoria de Serviço Geográfico (DSG), a quem compete administrar, obter e prover as atividades a ela relacionadas, bem como elaborar normas técnicas, capacitar os recursos humanos e gerir materiais técnicos nas áreas de sua competência.

Para cumprir sua missão, a DSG dispõe de cinco OMDS ou Centros de Geoinformação (CGEO), distribuídos no território nacional da seguinte forma: 1º CGEO (Porto Alegre-RS), 2º CGEO (Brasília-DF), 3º CGEO (Olinda-PE), 4º CGEO (Manaus-AM) e 5º CGEO (Rio de Janeiro-RJ).

A DSG executou levantamentos topográficos e elaborou peças técnicas em áreas patrimoniais do EB nas seguintes cidades: Recife/PE – HMAR (conforme demanda do 1º Gpt E), Araçoiaba/PE – CIMNC (conforme demanda do 1º Gpt E), Abreu e Lima/PE – 2ª Cia Sup/7º D Sup (conforme demanda do 1º Gpt E), São Gabriel da Cachoeira/AM - 1º PEF, Japurá/AM – 3° PEF, Alto Alegre/RR – 4º PEF, Amajari/RR – 5° PEF, Rio de Janeiro/RJ – Ba Ap Log Ex (conforme demanda da 1ª RM), Barueri/SP – 22º D Sup, 22º B Log L, AGSP e 20º GAC L (conforme demanda da 2ª RM), Juiz de Fora/MG – 4° CGCFEx, 10º BIL Mth, 17° B Log L Mth, HGeJF (conforme demanda da 4º RM) e São João Del Rei/MG – 11º BI Mth (conforme demanda da 4º RM).

No contexto do provimento de geoinformação, ressalta-se o papel do Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEx). Estão disponibilizados no BDGEx mais de 27.000 produtos de geoinformação, que buscam atender às necessidades de seus mais de 45.000 usuários, o que comprova o valor desse importante sistema corporativo para o EB.

Ademais, o BDGEx tem fornecido dados aos diversos Sistemas Operativos da Força Terrestre, como o Pacificador, C2 em Combate, Gênesis, Simulador de Apoio de Fogo (SIMAF), Sistema Integrado de Simulação Astros (SIS-ASTROS) e Bombarda (Simulação de Artilharia de Campanha).

No intuito de contribuir para o planejamento e a condução de operações militares, a DSG também tem disponibilizado dados meteorológicos no BDGEx. Por meio do uso de serviços web, estão sendo fornecidos dados de crepúsculo (náutico e civil), fases da lua, condições atmosféricas e previsão do tempo para todo o território nacional, o que permite o acesso aos elementos meteorológicos mais relevantes para as operações terrestres.

PRINCIPAIS ENTREGAS

- **441 produtos cartográficos de mapeamento sistemático.**
- **3 capacitações em Geoinformação Digital para 42 instruendos do Exército, Marinha, SUFRAMA e MP do RS.**
- **3 capacitações em pilotagem de drones e aeronave Remotamente Pilotada (RPA) para militares do EB e integrantes de diversas Instituições do Estado de Pernambuco, com um total de 38 instruendos.**
- **3 mosaicos em apoio a operações militares.**
- **Vetores modelagem COMBATER: conversão de 64 Conjuntos de Dados Geoespaciais Vetoriais em modelagem utilizada pelo sistema de simulação de combate.**
- **Recuperação do Marco Geodésico SERRA AZUL, implantado pelo Destacamento Especial do Nordeste para apoiar as operações da 2ª Guerra Mundial no Saliente Nordestino.**

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)	TAXAS DE EXECUÇÃO
5.028.505,00	4.957.301,38	98,58%

Fonte: Tesouro Gerencial.

Revitalização do marco geodésico - Serra Azul
Foto: Acervo do CCOMSEx

3.8 PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

3.8.1 INTRODUÇÃO

A contínua evolução do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Exército Brasileiro (EB) tem gerado um ambiente favorável à inovação, propício para a integração e a cooperação entre academia, governo e empresas e o fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) do Brasil. Nesse contexto, o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) apresenta soluções científico-tecnológicas em favor das diversas capacidades da Força Terrestre, alinhando-se, dessa forma, às políticas, aos planejamentos e às diretrizes estratégicas do EB.

3.8.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

As prioridades de Pesquisa e Desenvolvimento estão estabelecidas no Objetivo Estratégico do Exército 09 (OEE 09) – aperfeiçoar o sistema de ciência, tecnologia e inovação, que visa implantar uma cultura de inovação, pesquisa, desenvolvimento, produção, modernização, revitalização, nacionalização e avaliação de produtos de Defesa, cabendo ao Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) a coordenação dos trabalhos de consolidação dos conteúdos relativos a esse OEE.

Referente à Cadeia de Valor Agregado (CVA) do EB, o aperfeiçoamento do Sistema de Ciência e Tecnologia e Inovação do Exército (SCTIEx) encontra-se vinculado ao Macroprocesso da Gestão Interna CVA 3.13 (Ciência, Tecnologia e Inovação).

O indicador de desempenho do Objetivo Estratégico 09 (OEE 09) tem como principal responsável o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), sendo materializado pelo índice de aperfeiçoamento do SCTIEx, que obteve o resultado de 89,01% no ano de 2023.

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 09 – APERFEIÇOAR O SISTEMA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

INDICADOR	META	RESULTADO
IR 09 - ÍNDICE DE APERFEIÇOAMENTO DO SCTIEX	80%	89,01%

Fonte: Estado-Maior do Exército.

3.8.3 PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES

Para executar as atividades relacionadas à pesquisa ao desenvolvimento e à inovação (PD&I), são utilizados recursos das Ações Orçamentárias (AO), Desenvolvimento Tecnológico do Exército e Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação no Instituto Militar de Engenharia (IME), apresentadas nos itens subsequentes.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DESCRIÇÃO	RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)	TAXAS DE EXECUÇÃO
Desenvolvimento Tecnológico do Exército	21.761.356,00	21.761.308,49	99,99%
Ensino de graduação e pós graduação no IME	10.275.705,00	10.275.688,30	99,99%

Fonte: Tesouro Gerencial.

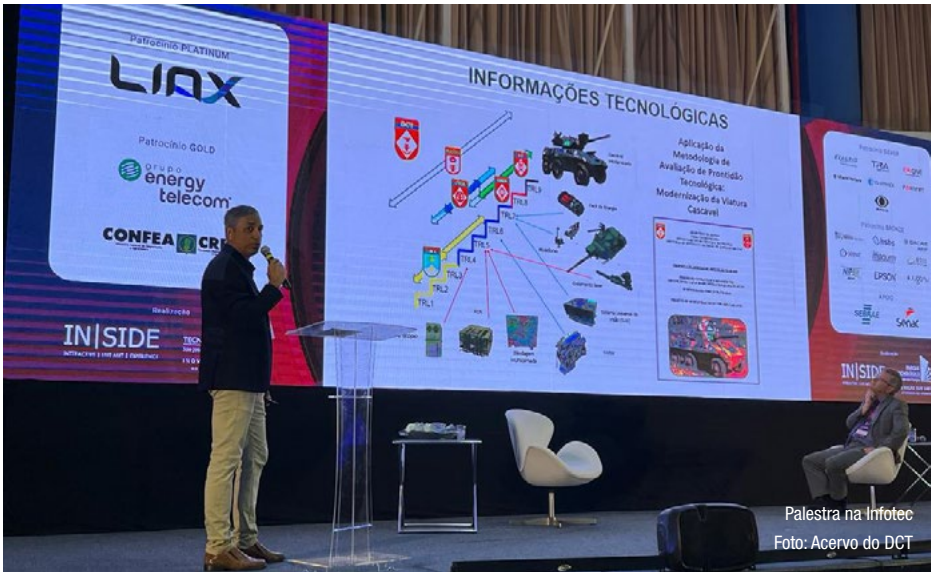
Foto: Acervo do CCOMSEx

3.8.3.1 GESTÃO DA INOVAÇÃO

A Agência de Gestão e Inovação Tecnológica (AGITEC), órgão de apoio em ciência, tecnologia e inovação diretamente subordinado ao Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), tem por finalidade realizar a Gestão da Inovação Tecnológica, criando um ambiente favorável ao incremento das capacidades científico-tecnológicas e ao desenvolvimento de novos Produtos de Defesa (PRODE) e Sistemas de Defesa para a Força Terrestre.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)	TAXAS DE EXECUÇÃO
359.671,00	359.670,49	99,99%

Fonte: Tesouro Gerencial.

Palestra na Infotec
Foto: Acervo do DCT

PRINCIPAIS ENTREGAS 2023
PROPRIEDADE INTELECTUAL (PI): • 1 pedido de patente depositado. • 5 programas de computador registrados perante o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). • 15 pareceres de assessoramento em PI.
PROMOÇÃO DA CULTURA DE INOVAÇÃO: • Lançamento do e-book com os trabalhos participantes dos PremIA 2022. • Cerimônia de premiação do PremIA 2022. • Lançamento do PremIA 2025. • Militares capacitados pelo Estágio Básico de Gestão da Inovação (EBGI). • Participação de militares no Rio Innovation Week e Innovation Week em São José dos Campos, ambas com o objetivo de explorar os projetos e iniciativas de líderes influentes no campo da Inovação.
GESTÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO: As assessorias, as visitas e os projetos da GCCT permitem identificar as capacidades existentes no DCT e as eventuais lacunas, de modo a favorecer a adoção de medidas ou esforços para sanear ou prevenir a perda de conhecimentos críticos ou otimizar o emprego dos recursos humanos, em consonância aos objetivos estratégicos da Força, para a consecução dos conhecimentos pretendidos. Desse modo, as seguintes atividades foram conduzidas: • Visita de Orientação Técnica (VOT) ao CIAvEx, promovendo apoio técnico ao CIAvEx em relação às atividades referentes a Gestão da Inovação, bem como àquelas desenvolvidas pela Divisão de Simulação desse Estabelecimento de Ensino, além de angariar informações e oportunidades de apoio a iniciativas inovadoras em prol da Aviação do Exército. • Projeto de Gestão do Conhecimento Científico-Tecnológico (GCCT) aplicado à Diretoria de Serviço Geográfico (DSG) e ao Centro Tecnológico do Exército (CTEx) promovendo o mapeamento de conhecimentos em proveito do processo decisório e da eficiência daquelas organizações militares. • Projeto de GCCT do Projeto de Desativação do Arsenal de Guerra General Câmara (AGGC) que objetiva auxiliar a transferência das capacidades industriais e logísticas do AGGC para o Arsenal de Guerra do Rio (AGR), para o Arsenal de Guerra de São Paulo (AGSP) e para o Parque Regional de Manutenção da 3ª Região Militar (Pq R Mnt/3). • Projeto de Necessidade de Conhecimentos Específicos (NCE) junto à Assessoria Técnica de Ensino, Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (EPDI), otimizando a alocação de recursos humanos do Departamento de Ciência e Tecnologia para consecução dos objetivos da Força. • Projeto Final de Curso (PFC) IME 2023, resultando no desenvolvimento de uma ferramenta de extração de dados de militares para gestão do conhecimento e recomendação.
PROSPECÇÃO E INTELIGÊNCIA TECNOLÓGICA: • Elaboração do Sumário de Informações e Previsões Tecnológicas. • Elaboração de Sumário de Informações Doutrinárias de Ciência e Tecnologia. • Elaboração de 2 Mapas de Tecnologias em apoio aos Programas e Projetos Estratégicos do Exército. • Elaboração de 9 relatórios de prospeção e informações tecnológicas. • Resumo executivo: 5 Prontos e 4 em andamento (drone, laser de fibra, redução a assinatura, núcleo e evolução tecnológica).

3.8.3.2 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS E MATERIAIS DE EMPREGO MILITAR (SMEM)

Por meio do SCTIEx, com destaque para o Centro Tecnológico do Exército (CTEx), o EB desenvolve pesquisa científica e experimental, promove o assessoramento científico e tecnológico e aplica o conhecimento, visando à obtenção de Produtos de Defesa (PRODE) de interesse do Exército e do Ministério da Defesa.

A atividade finalística do CTEx utiliza os recursos oriundos da Ação Orçamentária daqueles provisionados pelos Programas Estratégicos do Exército e do Ministério da Defesa, além dos recursos provenientes de financiamentos de órgãos de fomento à pesquisa, a FINEP.

PRINCIPAIS ENTREGAS 2023

- Realização da Avaliação Técnica e Operacional do projeto Monóculo de Imagem Térmica OLHAR, concluindo a Fase 2 do projeto.
- Recebimento do lote-piloto de 21 unidades do projeto Monóculo de Imagem Térmica OLHAR, concluindo a Fase 3 do projeto.
- Entrega dos Protótipos Versão Final do Ciclo Veicular do projeto RDS DEFESA.
- Entrega dos Protótipos do Ciclo Handheld do projeto RDS DEFESA.
- Pesquisa e desenvolvimento de radares de defesa do Exército Brasileiro, consecução do radar SABER M60, como produto pronto/acabado, final de avaliação do protótipo do radar SENTIR M20. Adicionalmente, encontra-se em curso os projetos dos radares SABER M200 VIGILANTE e SABER M200 Multimissão, bem como a P&D do Demostrador de tecnologia de um radar de contrabateria.
- Produção de diferentes soluções balísticas, as quais encontram aplicação direta em capacetes balísticos Nível II e em coletes de proteção balística Nível III.
- Atendimento satisfatório aos requisitos do protótipo do Sistema de Armas REMAX 4, integrado à Viatura Blindada Multitarefa Leve Sobre Rodas (VBMT-LSR), durante a Avaliação Técnica no CAEx, ampliando o rol de plataformas que podem ser utilizadas pelo Sistemas de Armamento Remotamente Pilotado (SARP) .
- Confirmação, em testes de bancada, que a pilha térmica desenvolvida no CTEx atende aos requisitos necessários para o emprego como fonte eletroquímica de mísseis e foguetes.
- Entrega do Lote-Piloto do Sistema de Armas Míssil Superfície-Superfície 1.2 Anticarro, para Avaliação no CAEx.
- Conclusão do projeto do novo destilador/reator para produção de piches de petróleo precursores de fibras de carbono, no contexto do Projeto TECFIBRA (Desenvolvimento de Tecnologia Nacional de Produção de Fibra de Carbono a partir de Piches de Petróleo).
- Entrega e aprovação do projeto detalhado dos subsistemas do demonstrador de tecnologia do Projeto Sistema de Veículos Terrestres Remotamente Pilotados (SVTRP), contribuindo para a consecução futura de veículos remotamente pilotados.
- Entrega de 09 (nove) atividades atinentes à gestão da propriedade intelectual do CTEx (comunicação de invenção, notas técnicas para autorização de publicação de artigos científicos, recursos contra indeferimentos do INPI, contribuindo para a gestão da inovação no âmbito do sistema de Ciência e Tecnologia do EB).

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)	TAXAS DE EXECUÇÃO
12.131.624,56	12.131.624,56	100%

Fonte: Tesouro Gerencial.

Avaliação Operacional (Radar M200 Vigilante) - Parintins/AM
Foto:Ten Severo

Operação Saci (Radar M20) - Guaratiba/RJ
Foto: Maj Isaac

3.8.3.3 TESTE E AVALIAÇÃO DE SMEM E PCE

O Centro de Avaliações do Exército (CAEx) tem como missão a atividade de Teste & Avaliação (T&A) de Sistemas e Materiais de Emprego Militar (SMEM) e Produtos Controlados pelo Exército (PCE), objetivando fornecer informações essenciais à tomada de decisão do Comando do Exército, garantir a segurança da sociedade e contribuir com a Defesa Nacional.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)	TAXAS DE EXECUÇÃO
4.866.625,00	4.866.623,67	99,99%

Fonte: Tesouro Gerencial.

PRINCIPAIS ENTREGAS 2023

- 5 avaliações de SMEM executadas.
- 25 avaliações de PCE executadas.
- 14 colaborações técnicas executadas prestadas às OM do EB, outros órgãos e empresas da BID.
- 1 Exame de Valor Balístico (EVB).
- Modernização das instalações laboratoriais nas áreas de veículos militares.
- Capacitação de recursos humanos em Teste & Avaliação.

3.8.3.4 FABRICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

As atividades de fabricação e desenvolvimento e o relacionamento do SCTIEx com a BID são conduzidas pela Diretoria de Fabricação (DF) em conjunto com os seus três Arsenais de Guerra subordinados, situados nas cidades do Rio de Janeiro (RJ) (AGR), São Paulo (SP) (AGSP) e General Câmara (RS) (AGGC), que constituem o Sistema de Fabricação do Exército (SisFab).

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

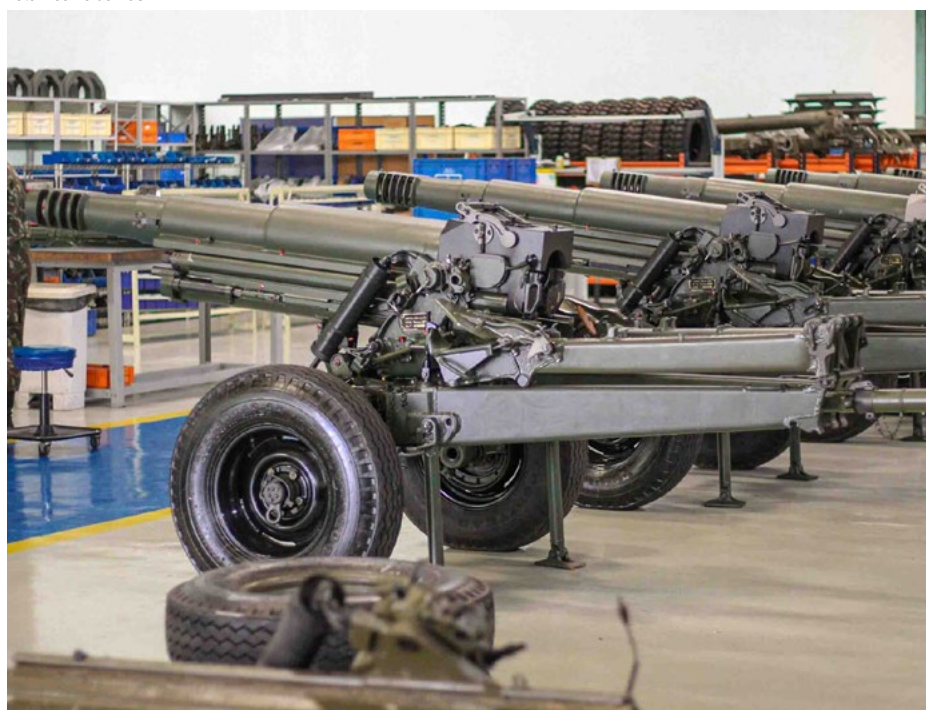
RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)	TAXAS DE EXECUÇÃO
2.248.024,52	2.248.024,52	100%

Fonte: Tesouro Gerencial.

Sistema Transportável de Rastreio de Engenhos em Voo (STREV)
Foto: Acervo do DCT

PRINCIPAIS ENTREGAS 2023

- Integração de 24 Torres Manuais PLATT, 30 Rádios e Intercomunicadores e assinatura do Contrato SLI para o 1° Lote de 32 VBMT-LSR 4x4 Guaicurus;
- Entrega do Protótipo do Kit Acessório para Transporte de Morteiro 81 mm, Munições (ATMM), além de 2 kits ATMM para emprego no CORE 23 na VBTP-MSR 6x6 Guarani;
- Término da validação do Protótipo do Simulador de Procedimentos de Motorista da VBTP;
- Entrega do Protótipo da VBR-MSR EE-9 Cascavel Nova Geração;
- Lançamento de 1 protótipo do MTC-300 no CAEx;
- Entrega de 395 equipamentos de emprego militar;
- Fabricação de 2 Passadeiras Flutuantes de Alumínio e de 200 pares de suporte de luneta;
- Entrega de 20 kits de purgamento para manutenção de EVN em Pq R Mnt e B Log;
- Entrega de 1 equipamento de Engenharia Blindado;
- Entrega de 5 aparelhos de Pontaria;
- Entrega de 39 kits de suprimento para manutenção;
- Realização de Estágios para capacitação de militares na Manutenção de Morteiros;
- Revitalização de 6 Obuseiros e 15 kits para manutenção de Obuseiros;
- Fabricação de 357 Redes de Camuflagem Modulares;
- Fabricação de 200 conjuntos de obturador de pitot da Aeronave Pantera e 100 conjuntos de obturador de estática da Aeronave Pantera fabricados;
- Manutenção de 4 Cozinhas de Campanha;
- Nacionalização de componentes do Obuseiro;
- Realização de Estágios para capacitação de militares na Manutenção de Obuseiros;
- Revitalização de 5 Obuseiros;
- Manutenção de 452 Fuzis e de de 29 Metralhadoras;
- Fabricação de 4.000 Placas Reforçadoras de Solo;
- Produção de 20 peças de reposição para Portada Bailey, 15 peças de reposição para Portada M4T6, 430 peças de reposição para Portada Leve e 58 peças de reposição para Portada Ribbon; e
- Revitalização de 1 Portada Ribbon.

Revitalização de Obuseiros 105 mm OTO Melara.
Foto: Acervo do AGSP.

VBMT-LSR 4x4 Guaicurus.
Foto: Acervo do DCT.

3.8.3.5 ENSINO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

No intuito de manter a excelência em suas atividades, o IME vem constantemente aperfeiçoando os processos relacionados com a formação militar, a graduação de engenharia, a pós-graduação e a pesquisa científica. No tocante à graduação do Oficial Engenheiro Militar, esse aperfeiçoamento vem sendo obtido mediante a implantação de um conjunto de boas práticas no ensino de Engenharia. Tais práticas levaram a resultados de relevância nacional e internacional, como os prêmios conquistados pelos alunos do IME na 30th International Mathematics Competition (IMC) for University Students, na qual, além de uma medalha de prata, duas medalhas de bronze e três menções honrosas. Pela primeira vez na história deste Estabelecimento de Ensino, um de seus alunos conseguiu uma medalha de ouro.

Olimpíadas de Matemática
Foto: Acervo da 4ª Subchefia do EME

Nesse diapasão, destaca-se também a participação do IME na 7ª edição da ABM WEEK, na qual foram realizados o 76º Congresso Anual da Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração, (ABM) – Internacional, e o 21º Encontro Nacional de Estudantes de Engenharia Metalúrgica, de Materiais e de Minas (21º ENEMET). Nesses eventos, o Instituto realizou 52 apresentações e obteve as três primeiras colocações no Desafio ENEMET – Steel Challenge.

Congresso de Materiais
Foto: Acervo do 4ª Subchefia do EME

Na vertente de formação militar, os aperfeiçoamentos refletiram-se no incremento da carga horária da instrução militar, na revisão da grade curricular e na ampliação do efetivo de instrutores e monitores do Corpo de Alunos. Nesse processo, é mister mencionar o inestimável apoio do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEx).

De forma a se adequar às atuais demandas do Exército, o IME vem passando por um processo de transformação no tocante à pós-graduação e à sua participação nos processos de desenvolvimento tecnológico. Empregando o conceito de escola empreendedora e escola corporativa, passou-se a realizar atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), além das tradicionais contribuições nas áreas de pesquisa básica e pesquisa aplicada. Nessa nova conjuntura, o Instituto passou a contar com recursos de fomento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), os quais serão fundamentais para reformar, modernizar e ampliar a infraestrutura de ensino e pesquisa científica, além de aumentar a quantidade de civis nos programas de pós-graduação e intensificar a geração de produtos a serem patenteados e licenciados para empresas e ICT que atuam na área de Defesa, mormente em temas de interesse do Exército.

Dessa forma, estão sendo criados o Laboratório de Infraestruturas de Transportes (LARM), o Laboratório de Inteligência Artificial, o Laboratório de Tecnologias Quânticas e o Laboratório de Desenvolvimento de Sensores Químicos, Biológicos, Radiológicos e Nucleares, bem como ampliados e modernizados diversos laboratórios como o Laboratório de Segurança Cibernética de Sistemas Ciberfísicos (LASC), o Laboratório de Microscopia Eletrônica e o Laboratório de Detecção e Instrumentação Nuclear, entre outros.

A ampliada e modernizada infraestrutura laboratorial proporcionará melhores condições para o IME contribuir não apenas com a formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal altamente qualificado nas áreas de engenharia, mas também com a geração de invenções e inovações voltadas para a segurança cibernética de sistemas ciberfísicos aplicados em infraestruturas críticas e em comunicações militares; o desenvolvimento de sensores, biossensores e detectores utilizando tecnologias convencionais e tecnologias quânticas; a blindagem por manufatura aditiva; os sistemas e aplicações baseadas em inteligência artificial; e desenvolvimento de serviços, pesquisas e produtos de infraestrutura, especificamente no tocante ao modal ferroviário, contribuindo dessa maneira para a geração de elementos de capacidades militares e com desenvolvimento científico e tecnológico do País.

O Instituto ofereceu mais de 650 vagas para cursos de especialização e extensão em diversas áreas, como, por exemplo, os cursos de Gestão na Inovação, em parceria com a Agência de Gestão e Inovação Tecnológica (AGITEC); Proteção Radiológica; Explosivos, Pontes, Transporte Ferroviário de Cargas e Ferramenta Computacional e, atualmente, conta com mais de 1.000 alunos de graduação e de pós-graduação.

O IME proporcionou, em 2023, a formação acadêmica conforme tabela abaixo:

FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO IME EM 2023

DESCRIÇÃO	CFG-ATIVA	CG	CFrm
Matriculados	68	06	16
Formados	68	06	16
Taxa de Aproveitamento	100%	100%	100%
Custo básico por aluno (R$)	48.000,00	47.500,00	60.000,00

Fonte: IME.

LEGENDA

- Curso de Formação e Graduação de Oficiais da Ativa do Quadro de Engenheiros Militares (CFG-Ativa – destinado aos candidatos que desejam seguir a carreira militar).
- Curso de Graduação (CG) - para Oficiais da AMAN.
- Curso de Formação (CFrm) - para engenheiros formados.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)	TAXAS DE EXECUÇÃO
10.275.705,00	10.275.688,30	99,99%

Fonte: Tesouro Gerencial.

PRODUÇÃO CIENTÍFICO-ACADÊMICA DO IME EM 2023

EXTENSÃO	LATO SENSU	MESTRADO	DOUTORADO	PÓS-DOUTORADO
344	72	53	21	2

Fonte: IME.

Laboratório de intrumentos óticos do AGR
Foto: Acervo do CCOMSEx

Parque de fabricação e montagem do AGR
Foto: Acervo do CCOMSEx

3.8.3.6 OBTENÇÕES QUE ENVOLVAM PD&I

Para as atividades de modelagem das obtenções e contratação pública de sistemas e material de emprego militar (SMEM) de elevada complexidade tecnológica a cargo do DCT e que envolvam PD&I, o EB conta com a Diretoria de Sistemas e Material de Emprego Militar (DSMEM).

A DSMEM, em fase de desativação e de absorção de capacidades pela Diretoria de Fabricação (DF), aplicou os recursos recebidos da Ação Orçamentária na adequação e melhoria das instalações, na aquisição de equipamentos e na constante capacitação do pessoal.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)	TAXAS DE EXECUÇÃO
302.654,00	302.653,56	99,99%

Fonte: Tesouro Gerencial.

PRINCIPAIS ENTREGAS 2023

- Viatura Blindada Especial - Posto de Comando (Pjt VBE-PC), contribuindo para a obtenção de 74 viaturas posto de comando.
- Embarcações Blindadas do Programa Estratégico do Exército Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOp), contribuindo com a obtenção de 4 protótipos que serão utilizados em operações na região Norte e na fronteira oeste do Brasil.
- Radar de Contrabateria do Programa Estratégico do Exército Guarani Subprograma Sistema de Artilharia de Campanha (SAC), contribuindo com o processo de obtenção de 10 radares de contrabateria.
- Simulador Virtual Técnico do SIS – ASTROS, possibilitando a obtenção de 1 simulador para treinamento técnico-operacional de militares que manusearão e empregarão o sistema ASTROS.
- Sistema de Busca Avançada de Ameaça Cibernética do Programa Estratégico de Defesa Cibernética, contribuindo para a obtenção de 1 sistema robusto que possibilitará a proteção de ativos digitais e garantirá a segurança das redes e ativos de interesse das 3 Forças Armadas, em operações de guerra e não guerra.
- Estudo de Viabilidade da Viatura Blindada Especial Ambulância (VBE Amb) para obtenção, implantação e emprego operacional de 80 VBTE Amb-MSR.

3.9 GESTÃO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

3.9.1 INTRODUÇÃO

A qualificação dos recursos humanos, a pesquisa científica, a preservação e a divulgação do patrimônio cultural, material e imaterial, bem como o desenvolvimento da prática da atividade física e do desporto no Exército Brasileiro (EB), são tarefas inerentes ao Sistema de Educação e Cultura do Exército (SECEx), tendo o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEx) como órgão responsável por organizar, dirigir e controlar o referido Sistema.

O exercício de 2023, para o SECEx, caracterizou-se pela realização de inúmeras atividades relevantes que contribuem para aperfeiçoar a qualificação do líder militar, a preservação da história e das tradições militares, os ensinos fundamental e médio de qualidade e a higidez física dos militares da Força Terrestre (F Ter), todos resultantes dos macroprocessos finalísticos do DECEx.

3.9.2 RESULTADOS ESTRATÉGICOS ALCANÇADOS

No contexto do planejamento estratégico do Processo de Transformação do Exército, o DECEx busca uma constante atualização e coerente evolução do SECEx, e, para tanto, é responsável pela execução dos Objetivos Estratégicos do Exército (OEE) 11 e 12, do Plano Estratégico do Exército 2020-2023.

O OEE 11 – fortalecer os valores, os deveres e a ética militar – tem por meta aumentar 5%, a cada ano, o desempenho na preservação da memória e o culto às tradições militares, enaltecendo a grandeza dos heróis antepassados, bem como internalizando e desenvolvendo a cultura institucional e os valores morais e éticos dos integrantes do EB.

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 11 – FORTALECER OS VALORES, OS DEVERES E A ÉTICA MILITAR

INDICADOR	META	RESULTADO
IR 11 - ÍNDICE DE DESEMPENHO NA GESTÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	5% de incremento	7,52 %

Fonte: Estado-Maior do Exército.

O OEE 12 – aperfeiçoar o Sistema de Educação e Cultura do Exército – busca manter o SECEx atualizado, com modernas técnicas de ensino e uma infraestrutura adequada, permitindo a qualificação dos militares para a superação dos desafios da era do conhecimento, assim como o desenvolvimento das diversas competências necessárias ao desempenho profissional da cultura de inovação, do pensamento crítico, da liderança e da internalização de valores. O resultado do OEE é demonstrado pela repercussão dos resultados da educação na F Ter, com meta de 100% de desempenho na satisfação e avaliação das atividades previstas.

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 12 – APERFEIÇOAR O SISTEMA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

INDICADOR	META	RESULTADO
IR 12 - ÍNDICE DE APERFEIÇOAMENTO DO SECEX	100%	100%

Fonte: Estado-Maior do Exército.

3.9.3 GESTÃO DA EDUCAÇÃO

3.9.3.1 FORMAÇÃO MILITAR

A formação militar de oficiais e sargentos do Exército, alicerçada na liderança e pautada nos valores, nos deveres e na ética militares, assegura a qualificação inicial e básica para a ocupação de cargos e para o desempenho de funções de menor complexidade nos respectivos segmentos da carreira militar. Para tal, o ensino no Exército possui características próprias e é autônomo, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na Lei de Ensino do Exército, estando integrado à educação nacional com certificações, diplomações e titulações próprias e equivalentes aos níveis de ensino do sistema nacional.

A Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) é o principal estabelecimento de ensino de nível superior do EB, responsável pela formação dos oficiais de carreira da linha de ensino militar bélico e pela graduação de bacharel em Ciências Militares; a Escola de Sargentos das Armas (ESA), a Escola de Sargentos de Logística (EsSLog) e o Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx) são os estabelecimentos de ensino de nível superior tecnólogo responsáveis pela formação e graduação dos sargentos de carreira. Ressalta-se que o primeiro ano da formação do oficial de carreira da linha de ensino militar bélico ocorre na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx) e o primeiro ano da formação dos sargentos de carreira acontece nas seguintes Unidades Escolares Tecnológicas do Exército (UETE): 1º Grupo de Artilharia Antiaérea, 4º Batalhão de Engenharia de Combate, 4º Grupo de Artilharia de Campanha Leve de Montanha, 6º Regimento de Cavalaria Blindado, 10º Batalhão de Infantaria Leve de Montanha, 12º Grupo de Artilharia de Campanha, 13º Regimento de Cavalaria Mecanizado, 14º Grupo de Artilharia de Campanha, 16º Batalhão de Infantaria Motorizado, 20º Regimento de Cavalaria Blindado, 23º Batalhão de Caçadores, 23º Batalhão de Infantaria e 41º Batalhão de Infantaria Motorizado.

Conclusão do CFGS - ESSLOG - Rio de Janeiro/RJ
Foto: Comunicação Social da ESSLOG

FORMAÇÃO E GRADUAÇÃO DE OFICIAIS

ESTABELECIMENTO DE ENSINO	ESPCEX	AMAN	ESFCEX
Matriculados	440	431	115
Formados	409	401	111
Taxade aproveitamento	92,95%	93,04%	96,52%
Custo básico por aluno (R$)	33.868,66	48.631,25	33.406,63

Fontes: Departamento de Educação e Cultura do Exército.

Entrega do Espadim na Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN - Resende/RJ
Foto: Acervo do CCOMSEx

FORMAÇÃO DE SARGENTOS

ESTABELECIMENTO DE ENSINO	UETE	ESA	ESSLOG	CIAVEX
Matriculados	1099	523	336	31
Formados	973	507	332	30
Taxa de aproveitamento	88,54%	96,94%	98,81%	96,77%
Custo básico por aluno (R$)	18.418,13	52.108,38	26.372,39	63.867,51

Fonte: Departamento de Educação e Cultura do Exército, 2023.

Entrega do Sabre na Escola de Sargentos das Armas - ESA - Três Corações/MG
Foto: Comunicação Social da ESA

3.9.3.2 CAPACITAÇÃO DO MILITAR

A capacitação continuada, por meio do aperfeiçoamento, dos altos estudos, da especialização e da pesquisa científica, é imperativa ao profissional militar como condição para serem desenvolvidas, por toda a carreira, as competências necessárias à ocupação de cargos e ao desempenho de funções. Contribui, também, para habilitar o militar a fazer frente às complexas e dinâmicas situações que se apresentam ao EB no mundo contemporâneo e, em especial, ao desenvolvimento permanente da liderança, dos valores, da ética e dos deveres militares.

APERFEIÇOAMENTO

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	MATRICULADOS	FORMADOS	TAXA DE APROVEITAMENTO	MÉDIA CUSTO BÁSICO POR ALUNO (R$)
EASA	1129	1064	94,24%	3.664,16
EsIE	72	71	98,61%	4.692,04
EsAO	1047	1010	96,47%	59.371,05

Fonte: Departamento de Educação e Cultura do Exército, 2023.

ALTOS ESTUDOS, POLÍTICA, ESTRATÉGIA E ALTA ADMINISTRAÇÃO

ESTABELECIMENTO DE ENSINO	MATRICULADOS	FORMADOS	TAXA DE APROVEITAMENTO	MÉDIA CUSTO BÁSICO POR ALUNO (R$)
ECEME	369	369	100%	34.302,37

Fonte: Departamento de Educação e Cultura do Exército, 2023.

ESPECIALIZAÇÃO

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	MATRICULADOS	FORMADOS	TAXA DE APROVEITAMENTO	MÉDIA CUSTO BÁSICO POR ALUNO (R$)
EsFCEx	439	435	99,09%	8.996,02
EsSLog	104	101	97,12%	3.832,50
EASA	306	306	100%	914,58
EsACosAAe	176	175	99,43%	43.937,34
EsIE	1871	1864	99,63%	797,85
CEP/FDC	335	305	91,04%	1.908,28
CIDEx	48	48	100%	7.851,34
CEADEx	109	87	79,82%	3.121,18
EsEFEx	71	71	100%	43.612,27
EsEqEx	31	29	93,50%	18.361,06
CCOPAB	262	214	81,68%	1.924,91
27 OM Vinculadas	8894	8388	94,31%	25.499,06

Fonte: Departamento de Educação e Cultura do Exército, 2023.

As Organizações Militares (OM) vinculadas ao SECEx são as seguintes: 1º Batalhão de Operações Psicológicas, 1º Batalhão de Polícia do Exército, 2º Batalhão de Polícia do Exército, 2º Centro de Geoinformação, 3º Batalhão de Polícia do Exército, 4º Batalhão de Polícia do Exército, 9º Batalhão de Manutenção, 11º Batalhão de Infantaria de Montanha, Batalhão de Polícia do Exército de Brasília, Centro de Adestramento Leste, Centro de Adestramento Sul, Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia, Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes, Centro de Instrução de Aviação do Exército, Centro de Instrução de Blindados, Centro de Instrução de Engenharia do 2º Batalhão Ferroviário, Centro de Instrução de Guerra Eletrônica, Centro de Instrução de Guerra na Selva, Centro de Instrução de Operações Especiais, Centro de Instrução de Operações no Pantanal do 17º Batalhão de Fronteira, Centro de Instrução de Operações na Caatinga do 72º Batalhão de Infantaria Motorizado, Centro de Instrução de Operações Urbanas do 28º Batalhão de Infantaria Leve, Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil, Escola Nacional de Defesa Cibernética, Escola de Comunicações, Escola de Inteligência Militar do Exército e Instituto de Economia e Finanças do Exército.

3.9.3.3 PESQUISA CIENTÍFICO ACADÊMICA

Os cursos e programas de pós-graduação, lato e stricto sensu, das Instituições de Educação Superior, de Extensão e de Pesquisa (IESEP) do EB contribuem com a capacitação dos militares da Força, atendendo às necessidades institucionais, bem como com o desenvolvimento das Ciências Militares, os estudos em Defesa Nacional para a sociedade e o desenvolvimento científico-tecnológico do País. Destacam-se nesse contexto o Instituto Meira Mattos (IMM), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), tendo o Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares nota 5 na avaliação realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação; e o Instituto Militar de Engenharia (IME), que dos seus oito programas de pós-graduação, o de Ciência dos Materiais obteve avaliação 7 da CAPES, nota máxima para um programa de doutorado no País.

Também há os cursos de pós-graduação realizados de acordo com o Plano de Cursos e Estágios em Estabelecimentos de Ensino Civis Nacionais (PCE-EECN) e com o Plano de Cursos em Órgãos do Ministério da Defesa, que capacitam oficiais de carreira do serviço ativo para um melhor desempenho das funções previstas nos Quadros de Cargos Previstos e elevam a titularidade dos docentes, atendendo à legislação do Sistema de Educação Superior Militar e do Ensino Superior Federal.

A pesquisa científica acadêmica no Exército é regulada e avaliada por um sistema próprio com padrão de qualidade compatível e similar ao da CAPES.

PRODUÇÃO CIENTÍFICO-ACADÊMICA

DESCRIÇÃO	LATO SENSU	MESTRADO	DOUTORADO	PÓS-DOUTORADO
IMM	228	36	52	05
IME	72	53	21	02
PCE-EECN	01	11	02	-

Fontes: Departamento de Educação e Cultura do Exército, 2023; e Departamento de Ciência e Tecnologia, 2023.

Ademais, há o Programa Pró-Pesquisa, com 16 projetos de pesquisa aprovados em 2023, em apoio às IESEP, que fomenta e fortalece o ciclo da produção científica acadêmica nas áreas de interesse da F Ter, quais sejam: estudos doutrinários, liderança militar, capacitação física, simulação, emprego de novas tecnologias no ensino, desafios geopolíticos para dissuasão extrarregional e regionalização de rações operacionais.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E PESQUISA

RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)	TAXAS DE EXECUÇÃO
70.938.304,72	70.938.258,60	99,99%

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.9.4 SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL (SCMB)

O EB possui 15 colégios militares (CM) que formam o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB). Eles são OM que funcionam como estabelecimentos de ensino de educação básica, nos anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) e no ensino médio (1º ao 3º ano), com a finalidade de atender às vertentes da educação preparatória e assistencial.

A educação no SCMB está fundamentada nos valores e nas tradições do EB, visando à formação do cidadão com competências que superam os ensinamentos nas salas de aula. A proposta pedagógica do SCMB está fundamentada nos princípios gerais e nos preceitos contidos no Regulamento dos Colégios Militares (EB10-R-05.173) - acessível em http://www.depa.eb.mil.br/legislacao.

Em 2022, o Sistema matriculou 1.641 alunos e, em 2023, matriculou 1.629 alunos no 6º ano do ensino fundamental. O número de formados em 2022, concludentes do 3º ano do ensino médio, foi de 2.197 alunos e, em 2023, foram formados 2.050 alunos.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ENSINO ASSISTENCIAL

DESCRIÇÃO	RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)	TAXAS DE EXECUÇÃO	ALUNOS ATENDIDOS
Prestação de ensino assistencial nos Colégios Militares	15.382.006,00	15.381.992,34	99,99%	14.655

Fonte: Tesouro Gerencial.

Foto: Acervo do CCOMSEx

3.9.5 GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A gestão do patrimônio cultural é realizada pelo Sistema Cultural do Exército (SisCEx), composto por cerca de 157 espaços culturais espalhados em todo o território nacional, depositário do rico, amplo e valioso patrimônio histórico e cultural da Instituição, material e imaterial, traduzido em costumes e tradições, em crenças e valores, em ações históricas e quotidianas. Os recursos orçamentários foram aplicados em serviços de manutenção e conservação do patrimônio histórico e cultural do Exército na aquisição de bens e serviços visando à manutenção e conservação de bens culturais, na implantação de Centros de Cultura Militar de Área e Regionais Militares, na modernização dos Espaços Culturais e na elaboração e execução de projetos de conservação e disponibilização de acervos e bens culturais.

Ressalta-se a iniciativa para o restauro e a revitalização do Real Forte Príncipe da Beira, na cidade de Costa Marques, no estado de Rondônia, com a assinatura do Protocolo de Intenções da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx) com a Associação Pró-Cultura e Promoção das Artes. No fulcro da preservação do patrimônio imaterial, foram realizados o X Seminário Nacional sobre a Participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial (X SENAB), o Seminário Nacional sobre o Bicentenário da Independência do Brasil no Piauí, o Seminário Nacional sobre o Bicentenário da Independência do Brasil na Bahia, o XXXIII Encontro Nacional de Veteranos da FEB em Montes Claros/MG e o XIV Encontro do Sistema Cultural do Exército (ESisCEx), dentre outros eventos culturais.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

DESCRIÇÃO	RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)	TAXAS DE EXECUÇÃO	ESPAÇOS CULTURAIS BENEFICIADOS	PROJETOS CULTURAIS REALIZADOS
Preservação do patrimônio cultural	5.703.563,00	5.703.499,91	99,99%	55	14

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.9.6 GESTÃO DO DESPORTO DO EXÉRCITO

A gestão da capacitação física no Exército é fundamental para a manutenção da higidez da tropa e para o fortalecimento do espírito de corpo em todos os escalões da F Ter. Ela se desenvolve por meio de ações integradas de qualificação de recursos humanos, de desenvolvimento de pesquisas nas áreas da capacitação física, do desporto e da equitação, da organização e participação em competições nacionais e internacionais e de normatização e difusão de conhecimentos relacionados às suas áreas de atuação.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA GESTÃO DO DESPORTO

DESCRIÇÃO	RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)	TAXAS DE EXECUÇÃO
Capacitação do profissional militar do Exército Brasileiro	4.607.621,93	4.607.621,93	100%
Desenvolvimento do desporto nacional e militar	634.311,16	634.311,16	100%
Programa Atletas de Alto Rendimento	297.763,33	297.763.33	100%

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.9.6.1 PESQUISA DA CAPACITAÇÃO FÍSICA

Na área da capacitação física, o Instituto de Pesquisa da Capacitação Física do Exército (IPCFEx) e a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx) conduzem estudos científicos de interesse do EB direcionados para aprimorar a eficiência operacional da F Ter. Tal trabalho está relacionado às seguintes disciplinas: avaliação física, biomecânica, bioquímica, cardiologia, cineantropometria, fisiologia do exercício, termorregulação, nutrição, psicofisiologia e treinamento desportivo. Além disso, busca estabelecer parâmetros técnicos para a realização das atividades físicas e esportivas, garantindo que a tropa mantenha condições físicas ideais para o cumprimento de suas missões. Em 2023, destacam-se as seguintes pesquisas realizadas:

Avaliação física no IPCFEx
Foto: Acervo CCOMSEx

<table>
<tr><th>PRINCIPAIS PESQUISAS</th><th>MELHORIAS GERADAS</th></tr>
<tr><td>• Análise da carga de treinamento de diferentes séries da pista de treinamento em circuito por meio de marcadores bioquímicos e imagem termográfica em militares do Exército Brasileiro.</td><td rowspan="11">• Melhorar a saúde física e mental dos militares da ativa e dos veteranos visando otimizar a saúde geral e a qualidade de vida.
• Contribuir para o aperfeiçoamento do Sistema de Saúde do Exército, fornecendo dados técnicos e científicos que conduzam ao aprimoramento do nível de atendimento oferecido ao publico interno.
• Possibilitar a diminuição das evacuações e o aumento da capacidade de resolução das unidades militares, especialmente aquelas que realizam cursos e estágios de alto rigor físico e psicológico, contribuindo para reforçar a segurança e diminuir os perigos envolvidos na instrução militar.
• Manter atualizado o Manual de Treinamento Físico Militar (EB 70-MC-10.375).
• Identificar possibilidades de atualização do Manual de Campanha – Marchas a pé (EB70-MC-10.304).
• Confeccionar e avaliar protocolos de monitoramento dos diversos cursos e estágios da força versando sobre rabdomiólise e distúrbios térmicos.
• Aprimoramento dos protocolos de avaliação e execução do Treinamento Físico Operacional visando criar índice de aprovação para tropas operacionais.</td></tr>
<tr><td>• BRAVET: veteranos militares e qualidade de vida por meio da saúde física e mental.</td></tr>
<tr><td>• Efeitos da marcha com transporte de carga em mochila militar sobre variáveis fisiológicas e isocinéticas nos membros inferiores.</td></tr>
<tr><td>• Monitoramento longitudinal da capacitação física e do estado de saúde dos militares na formação, no aperfeiçoamento e nos altos estudos.</td></tr>
<tr><td>• Monitoramento da saúde do militar nas atividades de risco, na instrução militar e em operações no Exército Brasileiro (síndrome da rabdomiólise).</td></tr>
<tr><td>• Neurociência no estudo do desempenho operacional.</td></tr>
<tr><td>• O impacto da Covid-19 na capacidade cardiorrespiratória máxima e na função endotelial de militares classificados com obesidade.</td></tr>
<tr><td>• Prevenção de lesões musculoesqueléticas no Exército Brasileiro: Tríade da Mulher Atleta.</td></tr>
<tr><td>• Tecido adiposo visceral: pontos de corte avaliados por “DXA” associados à síndrome metabólica e equações de estimativa em militares do sexo feminino do Exército Brasileiro.</td></tr>
<tr><td>• Teste Físico Operacional.</td></tr>
<tr><td>• Saúde do atleta tático: influência da composição corporal e do fardamento na termorregulação no desempenho operacional.</td></tr>
</table>

3.9.6.2 PROGRAMA DE ATLETAS DE ALTO RENDIMENTO (PAAR)

O programa tem por objetivos representar o EB em competições nacionais e internacionais, motivar e transferir conhecimentos, reforçar a imagem da Força no País e no exterior, bem como contribuir para o desenvolvimento do esporte nacional. No ano de 2022, o EB contou com 196 atletas e, em 2023, contou com 181 atletas, que participaram de 389 competições nacionais e internacionais, conquistando 646 medalhas no total.

ANO	MEDALHAS DE OURO	MEDALHAS DE PRATA	MEDALHAS DE BRONZE
2023	307	194	145

Duda e Ana Patrícia, heptacampeãs do Circuito Brasileiro de vôlei de praia 2023 - Salvador/BA
Foto: Dhavid Normando/FVImagem/CBV

3.10 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

3.10.1 INTRODUÇÃO

O Exército Brasileiro (EB) é referência quando o assunto é proteção ao meio ambiente, sendo o tema transversal em todas as atividades desenvolvidas pela Força. As áreas sob a jurisdição do EB se destacam pelo nível de preservação que possuem, compatível com os empreendimentos e atividades militares, o que caracteriza a forma sustentável com que o Comando do Exército sempre geriu seu patrimônio físico e biológico.

Os campos de instrução e as áreas patrimoniais do EB promovem a sustentabilidade, atuando na prevenção, preservação e recuperação do meio ambiente, protagonizando significativas ações de controle e proteção, o que pode ser verificado pelo elevado índice de conservação das áreas sob sua jurisdição, evidenciando significativo patrimônio de biodiversidade de flora e fauna e a manutenção das bacias hidrográficas do entorno.

O Departamento de Engenharia e Construção (DEC) (http://www. dec.eb.mil.br) é o órgão de direção setorial responsável por supervisionar as questões ambientais do EB, dispondo da Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (DPIMA) como órgão de apoio técnico normativo-consultivo, que gerencia o Sistema de Gestão Ambiental do Exército (SIGAEB).

O SIGAEB é orientado pela(s):

a. Política Nacional do Meio Ambiente.

b. Política de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro (2001), reeditada em 2010 e revisada em 2023, e pela Diretriz de Conformidade Ambiental do SIGAEB (2023).

c. Política de Desenvolvimento Sustentável do Exército Brasileiro (PDSEB), por intermédio da Portaria-EME/C Ex nº 505, de 9 de setembro de 2021.

d. Diretriz Estratégica de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro (2001).

e. Diretriz do Comandante do Exército para ações voltadas ao meio ambiente no âmbito do EB, por intervenção da Portaria- Cmt Ex nº 737, de 28 de julho de 2020.

f. Normas Relativas a Animais Silvestres nas organizações militares (OM) do EB em 2020, por meio da Portaria-DEC nº 136, de 31 de julho de 2020.

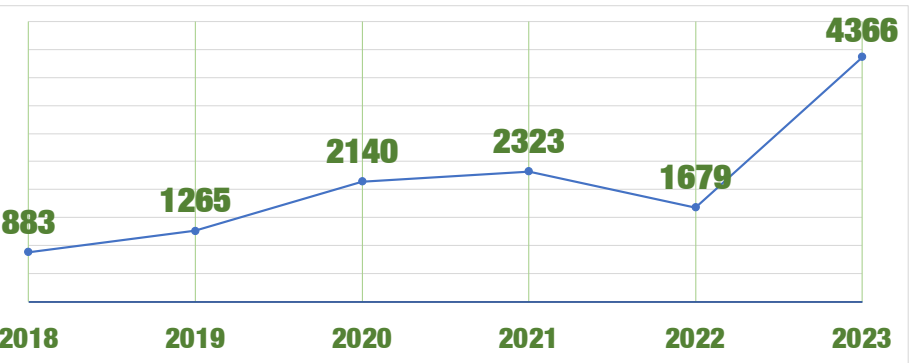
g. Instruções Reguladoras para o SIGAEB (IR 50-20), em revisão, aprovadas pela Portaria-DEC nº 001, de 26 de setembro de 2011.

O SIGAEB envolve etapas de planejamento, de implementação e operação, de verificação e análise crítica e de ação corretiva, tudo com a finalidade de cumprir a ação estratégica de aperfeiçoar o controle ambiental nas atividades militares, promovendo um eficiente e eficaz gerenciamento da proteção da natureza.

3.10.2 RESULTADOS DA GESTÃO AMBIENTAL NO EXÉRCITO

O Exército promove a educação ambiental para o seu pessoal, visando atingir diversos objetivos: possibilitar o conhecimento da legislação ambiental; desenvolver mentalidade de prevenção, preservação, conservação, melhoria e recuperação do meio ambiente; contribuir para a formação do cidadão consciente do uso sustentável do meio ambiente; esclarecer os públicos interno e externo sobre o papel do Exército na questão ambiental; oferecer condições para a identificação e a classificação das atividades militares sob a ótica da legislação ambiental; elaborar o Plano de Gestão Ambiental (PGA) e o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS); realizar a conformidade ambiental anual de suas OM; e incluir a gestão ambiental no preparo e emprego da Força Terrestre.

A quantidade de pessoal capacitado, em 2023, totalizou 4.366 militares, demonstrando a atenção que o Comando do Exército vem dando ao assunto, conforme demonstrado abaixo:

Fonte: DPIMA,2023.

3.10.3 AÇÕES CORRENTES EM PROL DA GESTÃO AMBIENTAL

Com o objetivo de normatizar, superintender, orientar e coordenar as atividades da gestão ambiental no EB, é necessário o cumprimento de uma série de ações, como nos exemplos abaixo:

- análise técnica ambiental do Plano de Gestão Ambiental (PGA) e do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS);

- análise das minutas de contrato das diversas OM do EB, quando da contratação de empresas para coleta e destinação de resíduos que não de saúde. A referida análise técnica ambiental visa atender às recomendações do Acórdão 650/2018 do Tribunal de Contas da União e atender à solicitação do Centro de Controle Interno do Exército para o estabelecimento de parâmetros que deverão ser utilizados para a fiscalização de execução contratual relativa aos serviços de gerenciamento de resíduos contratados de terceiros; e

- a utilização da ferramenta diagnóstico ambiental evidenciou a necessidade de aprimoramento da gestão corporativa. Constatou-se a necessidade de adotar análise multicritério para classificação de risco, além da importância de customizar o diagnóstico, conforme os processos finalísticos e de apoio ao tipo de OM.

Esse aperfeiçoamento está em curso por meio do estudo dos processos por tipo de OM, e consequente identificação, de forma geral, dos resíduos gerados, culminando com a implementação da melhoria de processo, a fim de oferecer uma ferramenta mais assertiva como instrumento de apoio à decisão.

SELO VERDE

O Selo Verde-Oliva de Sustentabilidade é uma distinção concedida pelo DEC, por intermédio da DPIMA, em forma de Certificado, para as OM que alcançarem um índice de conformidade ambiental superior a 90%. Em 2023, foram agraciadas com o Selo Verde-Oliva de Sustentabilidade as seguintes OM: Colégio Militar de Curitiba; 4ª Companhia de Polícia do Exército; Companhia de Comando/4ª Região Militar; e Instituto de Biologia do Exército.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A UFMG

O Comando do Exército Brasileiro, por intermédio do DEC, firmou, no dia 16 de março de 2022, o Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal de Minas Gerais, com vigência até 13 de março de 2027, visando à implementação de ações conjuntas voltadas ao intercâmbio acadêmico, científico e cultural.

As ações são direcionadas a assuntos estratégicos que abrangem a prevenção e o combate a incêndios em áreas sob a administração do EB; o intercâmbio acadêmico em assuntos estratégicos, e as gestões ambiental, patrimonial imobiliária e de sustentabilidade por meio de pesquisas científicas e tecnológicas que auxiliem as atividades operacionais do Exército.

PRINCIPAIS ENTREGAS 2023

Foto: Acervo CCOMSEx

PLANTIO DE MUDAS NO QG EXÉRCITO - INÍCIO DO PROJETO "UMA ÁRVORE PARA CADA SOLDADO"

ATUALIZAÇÃO DA DIRETRIZ DO PROGRAMA DE CONFORMIDADE AMBIENTAL DO SIGAEB

EB50-D-04-001

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

DIRETRIZ DO PROGRAMA DE CONFORMIDADE AMBIENTAL DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO (EB50-D-04-001)

Foto: Acervo DPIMA

PARTICIPAÇÃO DA DPIMA NA 1ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE SOBERANIA E CLIMA

JORNADA DE SUSTENTABILIDADE

Foto: Acervo DPIMA

Foto: Acervo do 2º Batalhão Ferroviário

ESTÁGIO DE GERENCIAMENTO DE ATIVIDADES DE CONSTRUÇÃO (EGAC) REALIZADO NO 2º B Fv

3.11 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.11.1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, existe uma demanda cada vez maior da sociedade (público em geral, imprensa, entidades de classe, governos de outras esferas, dentre outros) por ações de transparência e publicidade, como forma de prestação de contas dos recursos públicos alocados a cada órgão público.

O Exército Brasileiro (EB), Instituição Pública com elevada legitimidade, atende ao previsto no Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018, cumprindo as exigências no intuito de garantir a acessibilidade digital, por meio da plataforma conhecida como Vlibras (versão 5.1.0), uma ferramenta gratuita (de código aberto e distribuição livre) que faz a tradução automática da Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

O Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx), órgão central do Sistema de Comunicação Social do Exército (SISCOMSEx), exerce a gestão da Comunicação Estratégica (Com Estrt) da Força, que é definida como sendo a sistematização contínua dos processos comunicacionais do Exército com todos os públicos de interesse, na busca do alinhamento, da integração e da sincronização da comunicação institucional, a fim de manter a legitimidade e a liberdade de ação, por meio do planejamento integrado entre os setores de Comunicação Social (Com Soc) e Relações Institucionais (RI).

Balizada pela missão da Força, confirmada pelas entregas à sociedade e alicerçada sobre os valores institucionais, a Com Estrt tem como objetivo final a sinergia de todos os esforços de comunicação, colimados no mais alto nível de governança e gestão, produzindo efeitos de longo prazo que cooperem para a concretização da visão de futuro do EB, contribuindo com o atingimento dos seus Objetivos Estratégicos.

O CCOMSEx tem a capacidade de alcançar todas as Agências de Comunicação Social do Exército, por meio da Rede do Sistema de Comunicação Social do Exército (RESISCOMSEx), rede colaborativa que permite o estabelecimento das ligações de canal técnico necessárias ao funcionamento do sistema em todo o território nacional e no exterior.

As atividades de Comunicação Social (assessoria de imprensa, relações públicas e divulgação institucional) são realizadas pelo SISCOMSEx, cujo trabalho atende diretamente ao princípio constitucional da publicidade, informando e esclarecendo a sociedade sobre as ações da Instituição. Assim, o CCOMSEx cumpre o previsto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), por intermédio da sua Seção de Ouvidoria, respondendo às diversas demandas da sociedade.

O Sistema de Relações Institucionais, criado pela Portaria nº 1.963, de 3 de dezembro de 2019, do Comandante do Exército, é composto pelo Alto Comando do Exército, como Órgão Central; pelo Estado-Maior do Exército (EME), como Órgão Normativo; e pelo CCOMSEx, como Órgão Técnico-Consultivo.

O Sistema de Relações Institucionais tem por finalidade contribuir para a consecução dos Objetivos Estratégicos do Exército, por intermédio da interação do Exército com as diversas instituições de interesse. A fim de atingir essa finalidade, cabe ao EME estabelecer normas e diretrizes, de maneira a alinhar os esforços de Relações Institucionais com os objetivos do Planejamento Estratégico do Exército e com as diretrizes do Comandante do Exército.

O SISCOMSEx e o Sistema de RI são sistemas que trabalham em estreita coordenação e, preferencialmente, sob a mesma chefia, para garantir que o planejamento seja conjunto e os efeitos de comunicação sejam maximizados.

ACISO no 10º R C Mec
Foto: Acervo 10º R C Mec

Por fim, cabe destacar que o SISCOMSEx está organizado e atuante em todos os Comandos Militares de Área, bem como nos Órgãos de Direção Setorial, de Direção Geral, de Direção Operacional, escolas e Aditâncias, contribuindo para o cumprimento da missão constitucional do Exército Brasileiro.

3.11.2 INTEGRAÇÃO DO EXÉRCITO À SOCIEDADE

As atividades de Comunicação Social inserem-se na Cadeia de Valor Agregado do Exército no macroprocesso Gestão Institucional e as prioridades estão estabelecidas no Objetivo Estratégico do Exército 14 (OEE 14) – Ampliar a integração do Exército à sociedade.

Esse objetivo estratégico visa intensificar ações que promovam maior integração do Exército Brasileiro com todos os segmentos da Nação, particularmente os formadores de opinião, a imprensa, as autoridades constituídas (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário), os decisores nos diversos níveis e a sociedade em geral, tornando a Instituição mais conhecida por suas entregas à Nação brasileira. Caracteriza-se, também, pela implementação de medidas que façam com que a sociedade reconheça que a Defesa é de interesse de todos os seus segmentos, fortalecendo a mentalidade sobre o assunto.

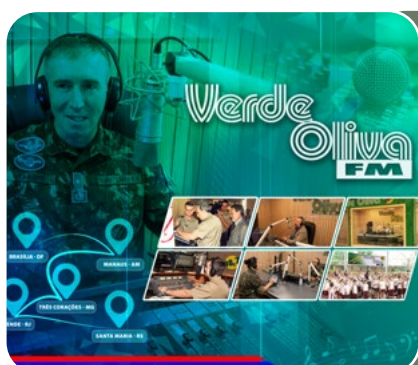
Estágio para Preparação de Jornalistas e Assessores de Imprensa em Áreas de Conflito – estágio realizado pelo CCOPAB que visa preparar jornalistas e assessores de imprensa para atuarem em áreas de conflito.

Divulgação da Operação Conjunta Combinada Paraná III – exercício de ajuda humanitária com a participação de exércitos de 14 países do continente americano.

Programa Conheça o Seu Exército – programa que visa estreitar as relações do Exército Brasileiro com representantes dos públicos de interesse da Força, além de divulgar as ações da Instituição nos cenários regional e nacional.

Divulgação da Operação Combinada Arandu - exercício no terreno com tropas do Exército Brasileiro e Argentino.

Informativo O VETERANO – publicação semanal voltado para Veteranos e Reformados, pensionistas, agremiações de militares da reserva, ex-alunos dos Colégios Militares e ex-integrantes de outros estabelecimentos militares de ensino do EB.

Divulgação do Exercício CORE 2023 – atividade militar realizada entre o Exército Brasileiro e dos EUA, anualmente, até 2028.

Sistema Verde-Oliva de Rádio – com alcance anual superior a 3 milhões de ouvintes em Brasília/DF, Manaus/AM, Três Corações/MG e Resende/RJ.

Divulgação do Exercício Guardião Cibernético 5.0 – exercício de simulação de ataques a infraestruturas estratégicas de Defesa Nacional.

Podcast Braço Forte – divulgação de informações gerais do Exército Brasileiro para a sociedade, com 22 episódios em 2023.

Visitas de Orientação Técnica (VOT) – visitas de orientação aos agentes do SISCOMSEx dos diversos Comandos Militares de Área.

3.11.3 RESULTADOS ALCANÇADOS

Para 2023, em relação ao OEE 14, cujo principal responsável é o CCOMSEx, o Exército se comprometeu a buscar o atingimento da meta de 70% do Indicador de Resultado 14 (Índice de Integração do Exército à sociedade), conforme a Política Militar Terrestre de 2019 (PMT/2019) e a Portaria – EME/C Ex Nº 979, de 6 de março de 2023. O resultado alcançado foi de 78%, conforme resultado da pesquisa de opinião realizada em setembro de 2023:

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 14 - AMPLIAR A INTEGRAÇÃO DO EXÉRCITO À SOCIEDADE

INDICADOR	META	RESULTADO
IR 14 - ÍNDICE DE CREDIBILIDADE DO EXÉRCITO JUNTO À SOCIEDADE	70%	78%

Fonte: Instituto Datafolha, 18 de setembro de 2023.

3.11.4 CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

3.11.4.1 MÍDIAS SOCIAIS/PLATAFORMAS DIGITAIS

Após uma década de presença virtual nos principais canais de mídias sociais operadas no País, o Exército Brasileiro atingiu um nível de maturidade elevado, construído por meio de uma gestão baseada em objetivos estratégicos.

As campanhas institucionais planejadas geraram, ao longo dos anos, o aumento da credibilidade da Instituição no ambiente on-line, assim como já ocorre no ambiente off-line.

A credibilidade e a confiança alcançadas pela Instituição Exército Brasileiro perante a sociedade, diante de resultados obtidos nas mais diversas ações em que a Força Terrestre se faz presente, aumentaram, significativamente, a sua exposição na mídia.

A administração e a gestão dos perfis nas plataformas do Facebook, Instagram, Twitter, YouTube e LinkedIn estão baseadas nos critérios estabelecidos pela Portaria nº 453-EME/C Ex, de 19 de julho de 2021.

Fonte: CCOMSEx.

PRINCIPAIS ASSUNTOS ATENDIDOS EM 2023 (MÍDIAS SOCIAIS)

ASSUNTO	TOTAL
Serviço Militar no EB	2.048
Alistamento no EB (on-line)	368
Ingresso Carreira no EB	961
Ingresso Temporário no EB	217
Outros atendimentos	2.711
TOTAL	**6.305**

Fonte: CCOMSEx.

PLATAFORMA DIGITAL

PORTAL DO EB	
nº ACESSOS	nº MATÉRIAS
18.776.608	1.134

Fonte: CCOMSEx.

3.11.4.2 OUVIDORIA

A Ouvidoria do Exército Brasileiro tem como missão receber dos usuários dos serviços públicos as manifestações tipificadas como reclamação, solicitação, denúncia, sugestão, elogio, simplifique e comunicação. Os requerimentos são analisados e respondidos com base nos subsídios recebidos das organizações militares (OM) demandadas, responsáveis pelas diversas áreas temáticas e especificidades. Cabe, ainda, à Ouvidoria aferir o grau de satisfação do usuário em relação ao serviço oferecido pela Força Terrestre e propor melhorias para o atendimento ao cidadão.

TIPOS DE MANIFESTAÇÃO	QUANTIDADE DE MANIFESTAÇÕES	MANISFESTAÇÕES RESPONDIDAS
Reclamação	2.349	2.349
Solicitação	2.171	2.171
Denúncia	62	62
Sugestão	125	125
Elogio	53	53
Simplifique	1	1
Comunicação	1.005	1.005
TOTAL	**5.766**	**5.766**

Fonte: Central de Painéis/CGU https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/paineis, 31 de dezembro de 2023.

3.11.4.3 SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO (SIC)

O SIC-EB tem por objetivo a promoção da gestão transparente da informação no âmbito do Exército Brasileiro, proporcionando à sociedade amplo acesso e divulgação. Com isso, cabe ao SIC-EB atender e orientar o público quanto ao acesso à informação, receber e protocolizar documentos e requerimentos relacionados, bem como informar acerca da sua tramitação. O SIC-EB estrutura-se em Unidade de Monitoramento e Gestão, Unidade de Atendimento ao Público e Posto de Atendimento ao Cidadão.

O CCOMSEx consiste na Unidade de Atendimento ao Público, responsável por verificar a admissibilidade do pedido, processar, requisitar e prestar informações ao requerente da demanda dirigida ao Exército Brasileiro e ao órgão ou entidade vinculada; gerir o SIC-EB no âmbito do EB; gerir a divulgação de informação sobre a estrutura organizacional do Exército Brasileiro, competências e principais cargos e seus ocupantes; além de coordenar os trabalhos dos Posto de Atendimento ao Cidadão no âmbito do Exército Brasileiro.

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), constitui, dentre outras normas e decretos, a base legal para o estabelecimento dos procedimentos necessários para garantir ao cidadão o acesso à informação.

LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO

SITUAÇÃO	QUANTIDADE
Pedidos respondidos	1.816
Recursos de 1ª instância	604
Recursos de 2ª instância	498
Recursos de 3ª instância	440
Recursos de 4ª instância	17

Fonte: Central de Painéis/CGU https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/paineis, 31 de dezembro de 2023.

3.11.4.4 – INTELIGÊNCIA MAX

O Max é a Inteligência Artificial (IA) usada pelo Exército para atender às mudanças de comportamento dos usuários nas mídias sociais, que demandam respostas imediatas, 24 horas/dia. Além disso, atua como um Serviço de Atendimento ao Cidadão centralizado para o Exército, concentrando as mais diversas demandas.

O Max foi implantado no ano de 2019 para responder perguntas que chegavam pela plataforma Messenger. Devido ao sucesso do sistema no atendimento ao público, também foi implantado na plataforma Telegram e, posteriormente, no portal do Exército Brasileiro.

A eficiência do Max está diretamente relacionada a duas tecnologias de ponta: o Processamento de Linguagem Natural (PLN) e o Deep Learning (DL). O uso combinado de PLN e DL garante um elevado índice de assertividade e reduzido tempo de atraso nas respostas.

ATENDIMENTO MEDIADO PELA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM 2023

USUÁRIOS	MENSAGENS RESPONDIDAS	LINKS CLICADOS
240.959	976.175	124.922

Fonte: CCOMSEx.

EVOLUÇÃO

MAX

Fotomontagem: 1º Sgt Takeshi/CCOMSEx

3.11.4.5 OUTROS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

O Exército Brasileiro disponibiliza outros canais de comunicação para a população, visando facilitar a retirada de dúvidas e realizar os esclarecimentos pertinentes, se integrando de forma efetiva à sociedade brasileira.

Constam a seguir outros canais de comunicação disponíveis para todos os cidadãos, os quais podem ser acessados de forma prática e ágil, bastando clicar no link.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

	RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)	TAXAS DE EXECUÇÃO
Atividades de Comunicação Social	3.081.806,00	3.081.787,15	99,99%

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.12 DESAFIOS, RISCOS E PERSPECTIVAS

3.12.1 DESAFIOS

No campo financeiro/orçamentário, o grande desafio, no atual cenário de restrições orçamentárias, é garantir os recursos previstos para o desenvolvimento das ações e iniciativas previstas para o processo de transformação da Força Terrestre. A estratégia para enfrentar tal óbice baseia-se em aliar uma gestão austera dos recursos a um vigoroso processo de racionalização administrativa, buscando reduzir custos, aperfeiçoar sistemas de governança e gestão, alinhados aos princípios de integridade e compatíveis com a complexidade de uma Instituição da magnitude do Exército Brasileiro (EB).

Os impactos econômicos desencadeados pelas incertezas no cenário geopolítico internacional, com a recorrência das crises migratórias, as redefinições de poder no tabuleiro internacional, a instabilidade política na América do Sul, os conflitos armados que ocorrem no Leste Europeu, na África e no Oriente Médio, delineiam desafios à obtenção de novas capacidades e ao desempenho das atividades operativas da F Ter.

No que concerne à Ciência, Tecnologia e Informação, os desafios estão relacionados à capacidade de acompanhar a rápida e constante evolução tecnológica para levar à superação dos hiatos ligados à produção, manutenção, modernização e revitalização de Material de Emprego Militar que atendam às necessidades operacionais da Força. Outro aspecto a ser superado é a dependência tecnológica ainda dominante no mercado internacional.

O ambiente contemporâneo, com o surgimento de situações inéditas e complexas, exige respostas oportunas e efetivas às demandas da sociedade. Nesse contexto, o EB continuará perseguindo o objetivo de apresentar respostas à sociedade no sentido de ser Instituição de Estado capaz de se adequar às rápidas transformações do mundo atual, alicerçada em princípios e valores, comprometida em cumprir da melhor forma suas missões constitucionais.

No eixo governança e gestão, a busca do alinhamento entre o planejamento estratégico do Exército e a execução dos investimentos por parte das organizações militares (OM) têm contribuído para o atingimento da eficiência, economicidade e, sobretudo, efetividade do uso do recurso público.

Ainda há de se considerar o desafio para equacionar a crescente evasão de servidores civis das diversas carreiras no âmbito do Comando do Exército com a falta de recompletamento, devido, principalmente, à escassez de concursos para o provimento dos cargos públicos. Estima-se que o quantitativo de cargos vagos tende a aumentar, considerando que mais de 1.300 servidores civis estão em condições de se aposentar.

3.12.2 RISCOS

Com relação aos riscos estratégicos, aqueles que podem comprometer o atingimento dos Objetivos Estratégicos do Exército, sob a ótica orçamentária, o principal deles é a redução da disponibilidade de recursos orçamentários para custeio e investimentos, com impactos diretos sobre o sistema de prontidão operacional, a obtenção de capacidades, os estoques estratégicos, o funcionamento de OM, o desenvolvimento e a aquisição de Produtos de Defesa, a manutenção dos materiais de emprego militar, do patrimônio imobiliário e móvel, entre outros.

Com relação aos riscos tecnológicos, a possibilidade de acesso externo a informações sensíveis exige atenção por parte da Força, o que se dará por meio de verificações contínuas de vulnerabilidades em sistemas de informação e o acompanhamento dos ataques cibernéticos. Cabe destacar que essa vulnerabilidade poderá comprometer os subsistemas do sistema de Comando e Controle (C2) do EB e dos bancos de dados corporativos, impactando a segurança da informação no âmbito da Força.

A dependência tecnológica nacional é outro fator de risco, o que poderá limitar a liberdade de ação em todas as expressões do poder nacional, restringindo sobremaneira a influência do País no concerto das Nações.

Os riscos de imagem, aqueles ligados a possíveis danos à Instituição, podem ser mitigados e/ou gerenciados, em todos os níveis, por intermédio da ação de comando e da adoção correta e tempestiva das medidas previstas na doutrina de Comunicação Social voltadas para o gerenciamento de crises.

3.12.3 PERSPECTIVAS

Não obstante o enfrentamento dos desafios e dos riscos identificados, o Exército planeja prosseguir no processo de transformação da Força, tendo como foco a obtenção de capacidades, a racionalização administrativa, a transparência, a sustentabilidade e a inovação.

Com relação à obtenção de capacidades, sob a ótica do Planejamento Estratégico e com atenção ao desenvolvimento sustentável, o Exército visa ampliar a prontidão logística, aumentando a capacidade de pronta resposta da Força Terrestre.

O amadurecimento da cultura de governança e gestão garantirá maior confiabilidade e rastreabilidade das informações, de modo a possibilitar a melhoria dos processos decisórios e contribuir para uma maior transparência do emprego de recursos públicos. Nesse diapasão, estruturas do Exército, sobretudo as administrativas, passam por dinâmico processo de racionalização a fim de otimizar a aplicação dos recursos e aumentar a eficiência e eficácia dos processos envolvidos.

Nesse sentido, é fundamental a discussão do modelo de aquisições de materiais de defesa, focando-se na eficiência, nas seguranças técnicas e jurídicas e nas características da área demandante e do mercado fornecedor. A partir dessa visão, o setor de aquisições deve ser dotado de capacidade para buscar soluções inovadoras e não apenas operacionalizar licitações.

Sustentabilidade e inovação devem fazer parte do processo, sendo essencial a convergência entre o controle e a possibilidade de agilizar as compras públicas.

Sob a ótica de sustentabilidade, a prática é transversal e possui elevada repercussão internacional. Por consequência, o Exército, por meio da implementação da Política de Desenvolvimento Sustentável, busca promover ações de fortalecimento da cultura de sustentabilidade, inserção de critérios de sustentabilidade nos processos de contratação e nas fases do ciclo de vida dos Sistemas e Materiais de Emprego Militar (Produtos de Defesa).

As mídias sociais serão cada vez mais exploradas. Esse fato visa ao incremento da interação direta e instantânea com a sociedade, de modo a garantir canal de fácil acesso para a solução de dúvidas e apresentação de demandas, com especial destaque ao emprego de Inteligência Artificial. Nesse sentido, a segurança da informação é preocupação constante ante as novas ameaças do mundo digital.

CAPÍTULO

4

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

4 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

4.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem a Lei nº 4.320/1964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e as orientações emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

4.1.1 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia os bens, os direitos e as obrigações da entidade, com base nos saldos de exercícios financeiros consecutivos. As informações a seguir visam retratar o fluxo orçamentário, financeiro e contábil das Unidades Orçamentárias do Comando e Fundo do Exército.

4.1.1.1 ATIVO

COMPOSIÇÃO DO ATIVO

ATIVO			VARIAÇÃO %	COMPOSIÇÃO DO ATIVO
ESPECIFICAÇÃO	2022	2023		
1. CIRCULANTE	9.454.087.270	10.498.443.244	11,05	7,71%
2. NÃO CIRCULANTE	125.605.219.820	125.736.711.581	0,01	92,29%
2.1. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.100.021	6.109.984	-	-
2.2. IMOBILIZADO	125.506.850.952	125.441.002.536	(0,05)	92,07%
2.2.1. BENS MÓVEIS	16.175.713.042	16.352.565.729	1,09	12,00%
2.2.2. BENS IMÓVEIS	109.331.137.910	109.088.436.807	(0,22)	80,07%
2.3. INTANGÍVEL	92.268.847	289.599.060	213	0,21%
TOTAL DO ATIVO (1+2)	**135.059.307.090**	**136.235.154.825**	**0,87**	**100,00%**

Fonte: Balanço Patrimonial – SIAFIWEB 2023.

ATIVO CIRCULANTE

No Ativo Circulante, são classificados os bens e direitos disponíveis para utilização no ano de 2024. Os grupos de contas com valores mais significativos são "Caixa e Equivalentes de Caixa" e "Estoques".

Com relação ao grupo "Caixa e Equivalentes de Caixa", a Demonstração do Fluxo de Caixa evidenciou, em 2023, o ingresso do valor de R$ 121.666.407.015 e desembolso do valor de R$ 119.141.355.730, resultando aumento na disponibilidade financeira de R$ 782.147.029,52 que, acrescido ao saldo inicial de R$ 6.021.605.052,24, finalizou o exercício financeiro com R$ 6.803.752.081,76, representando 4,99% do Ativo Total.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

No Ativo Não Circulante, são classificados os bens e direitos de longo prazo cuja realização ocorrerá após 2024.

No final do exercício de 2023, o valor de R$ 125.441.002.536 registrado no Imobilizado representou 92,07% do Ativo Total, formado, sobretudo, pelos bens imóveis no montante de R$ 109.088.436.807, dentre os quais destacam-se os aquartelamentos, no montante de R$ 72.688.920.963.

4.1.1.2 PASSIVO

O Passivo é composto pelas obrigações de curto e longo prazo, bem como pelo Patrimônio Líquido. O passivo também é composto pelas provisões que são obrigações de prazo ou valor incerto, calculadas com base em projeções futuras.

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO

ATIVO			VARIAÇÃO%	COMPOSIÇÃO DO ATIVO
ESPECIFICAÇÃO	2022	2023		
1. PASSIVO CIRCULANTE	31.332.214.232	34.495.597.645	10,09	25,32%
2. PASSIVO NÃO CIRCULANTE	401.776.566.181	395.548.984.950	(1,55)	290,34%
3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(298.049.473.323)	(293.809.427.771)	1,42	(214)%
TOTAL DO PASSIVO (1+2+3)	**135.059.307.090**	**136.235.154.824**	**0,87**	**100,00**

Fonte: Balanço Patrimonial – SIAFIWEB 2023.

PASSIVO CIRCULANTE

As obrigações registradas no Passivo Circulante, com desembolso ou realização prevista para ocorrer ao longo do ano de 2024, totalizaram 25,32% do Passivo Total e apresentaram acréscimo de 10,09% em relação a 2022.

O grupo de contas mais expressivo do Passivo Circulante é o das Provisões a Curto Prazo, no montante de R$ 26.547.809.919, que registra as obrigações do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA) e reflete o resultado da avaliação atuarial das estimativas matemáticas dos desembolsos futuros com veteranos, pensionistas militares, pensões especiais e anistiados militares. Em seguida, o item mais expressivo é das Demais Obrigações a Curto Prazo, que representa 15,77% das obrigações de curto prazo, constituídas principalmente pelas Transferências Financeiras a Comprovar – TED, no valor de R$ 4.771.131.498, cuja finalidade é apropriar o passivo oriundo de transferências financeiras recebidas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), pendente de comprovação junto ao concedente.

Ao longo do exercício financeiro de 2023, o Comando do Exército assumiu obrigações com pessoal e encargos no montante de R$ 47.211.168.954, das quais R$ 47.133.354.579 foram pagas no exercício. As demais obrigações assumidas totalizaram R$ 6.953.564.619, das quais R$ 6.537.867.575 foram pagas no exercício.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O Passivo Não Circulante registra as obrigações de longo prazo cuja realização está prevista para ocorrer após 2024. Em 31 de dezembro de 2023, o Exército Brasileiro possuía saldo de R$ 395.548.984.950 no Passivo Não Circulante, composto, sobretudo, pelas provisões atuariais, que resultam da avaliação atuarial das estimativas matemáticas dos desembolsos com benefícios futuros destinados aos militares em atividade, bem como na inatividade, em consonância com a regulamentação do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA).

Cabe mencionar que as provisões atuariais tem natureza compensatória e o plano de benefício é regrado pela Lei n° 3.765/1960, Lei n° 6.880/80, Medida Provisória n° 2.215-10/2001 e Lei n° 13.954/2019. O valor contabilizado tem suporte na Nota Técnica nº 6/DICONT/DEORF/SEORI/SG/MD/2023, de 23 de agosto de 2023, do Ministério da Defesa, que fornece o roteiro de contabilização e metodologia para o reconhecimento das provisões atuariais das Forças Armadas.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido representa o valor residual do ativo deduzido do passivo exigível. Como as obrigações no montante de R$ 430.044.582.595 superaram os bens e direitos de R$ 136.235.154.824, o Exército encerrou o exercício financeiro de 2023 com um passivo a descoberto no montante de R$ 293.809.427.771, resultante do recebimento de saldo atuarial da Unidade Gestora 170615 – Obrigações da União com Militares Inativos, do Ministério da Economia.

O Patrimônio Líquido negativo do Exército resulta, sobretudo, do registro das provisões atuariais no montante necessário para hipótese de liquidação, em 31 de dezembro de 2023, em uma só parcela, de todas as futuras obrigações da União, a serem pagas em um horizonte temporal de cerca de 101 anos, atinentes aos direitos pecuniários proporcionais.

O montante de R$ 25.926.829.802 registrado em Ajustes de Exercícios Anteriores no Patrimônio Líquido resulta da retificação de erros imputáveis ao passado, envolvendo reconhecimentos de passivos sem suporte orçamentário de despesas referentes a exercícios financeiros já encerrados, em que foram abertos processos de pagamento de Despesa de Exercícios Anteriores (DEA), conforme prescreve a Portaria - C Ex nº 1.746, de 19 de maio de 2022.

O Resultado do Exercício de 2023 apresentou superávit de R$ 7.108.501.538, devido ao valor das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) de R$ 135.777.779.316 ter superado ao das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) de R$ 128.669.277.777.

O Patrimônio Líquido representou 213,90% do passivo total e variação positiva de 1,42% em relação a 2022.

4.1.1.3 ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

ÓRGÃOS	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	DÉFICIT/SUPERÁVIT FINANCEIRO
COMANDO DO EXÉRCITO	4.307.355.930	6.433.956.254	(2.126.600.324)
FUNDO DO EXÉRCITO	2.512.328.516	355.338.552	2.156.989.964
TOTAL	**6.819.684.446**	**6.789.294.806**	**30.389.640**

Fonte: Balanço Patrimonial – SIAFIWEB 2023.

O Déficit ou Superávit Financeiro evidencia a sobra ou a falta de recursos financeiros para pagar as obrigações de curto prazo assumidas.

O Fundo do Exército apresentou superávit financeiro de R$ 2.156.989.964, que absorveu o déficit financeiro do Comando do Exército de R$ 2.126.600.324, gerando resultado final consolidado superavitário de R$ 30.389.639 no ano de 2023.

4.1.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações ocorridas no patrimônio (bens, direitos e obrigações), resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício que foi incorporado ao Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (RESUMIDO)

ESPECIFICAÇÕES	2022	2023
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	408.135.402.457	135.777.779.316
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	(435.238.162.109)	(128.669.277.778)
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**(27.102.759.652)**	**7.108.501.539**

Fonte: Demonstrações das Variações Patrimoniais – SIAFIWEB 2023.

O item de maior expressão nas Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) refere-se ao recebimento de repasse financeiro de R$ 119.561.525.138 referente à LOA, destaques e convênios celebrados pelo Exército Brasileiro junto a outros Órgãos governamentais.

As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) foram fortemente impactadas pelo sub-repasse e repasse de recurso financeiro às organizações militares no valor de R$ 64.656.670.841.

O confronto entre as variações patrimoniais aumentativa e diminutiva resultou em um superávit de R$ 7.108.501.539, que foi incorporado ao patrimônio líquido como Resultado do Exercício de 2023.

4.1.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e as despesas orçamentárias previstas em confronto com as realizadas.

4.1.3.1 RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS DE 2023

RECEITA			
CATEGORIA	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
CORRENTE	2.274.425.569	2.270.830.422	(3.595.146)
CAPITAL	43.850.000	23.096.866	(20.753.134)
SUBTOTAL	2.318.275.569	2.293.927.288	(24.348.280)
DÉFICIT	-	(54.289.933.403)	(54.289.933.403)
TOTAL	**2.318.275.569**	**56.583.860.691**	**54.265.585.123**

Fonte: Balanço Orçamentário – SIAFIWEB 2023.

O déficit de R$ 54.289.933.403 corresponde à diferença negativa entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas em 2023. O Fundo do Exército arrecadou o montante R$ 2.239.449.994, sendo o maior agente arrecadador.

4.1.3.2 DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DE 2023

CATEGORIA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS
DESPESAS CORRENTES	53.692.088.923	54.359.351.960	52.804.859.404	49.816.108.884
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	47.285.615.609	47.211.168.954	47.209.521.600	44.368.661.023
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.406.473.314	7.148.183.006	5.595.337.805	5.447.447.861
DESPESAS DE CAPITAL	2.097.422.450	2.224.508.732	730.510.320	716.450.455
INVESTIMENTOS	2.097.422.450	2.224.508.732	730.510.320	716.450.455
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	47.473.678	-	-	-
TOTAL	**55.836.985.051**	**56.583.860.692**	**53.535.369.724**	**50.532.559.339**

Fonte: Balanço Orçamentário – SIAFIWEB2023.

Comando e Fundo do Exército executaram (empenharam) juntos o montante de R$ 56.583.860.692, dos quais R$ 783.961.283 corresponde a orçamentos de outros órgãos, executados pelo Exército mediante assinatura de instrumentos de parcerias.

Do montante das despesas empenhadas, 83,44% refere-se a pessoal e encargos sociais (pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionista), 12,63% destina-se ao funcionamento das organizações militares e 3,93% foi utilizado para aquisição de bens e serviços incorporáveis ao patrimônio do Exército Brasileiro.

Campanha de Valores do EB
Fotomontagem - Acervo CCOMSEx

4.1.3.3 INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR

Os Restos a Pagar representam as despesas empenhadas e não pagas no exercício financeiro.

Em 31 de dezembro de 2023, foi inscrito o montante de R$ 3.002.810.385 em Restos a Pagar Processados, dos quais foram pagos R$ 2.933.898.077, no início do mês de janeiro de 2024, referente à folha de pagamento de pessoal ativo, inativo, pensionista e anistiados, restando ainda R$ 68.912.308 para pagamento de outras despesas orçamentárias, com destaque para os fornecedores.

4.1.3.4 EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Os Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores e executados, no ano de 2023, são os constantes das tabelas abaixo:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

CATEGORIAS	INSCRITOS	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS
CORRENTES	1.881.382.724	1.644.919.151	1.623.695.828	50.599.483
PESSOAL E ENCARGOS	2.159.919	2.155.988	2.155.988	3.931
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.879.222.805	1.642.763.163	1.621.539.840	50.595.553
CAPITAL	1.537.650.119	1.013.889.090	1.009.691.654	63.072.570
INVESTIMENTOS	1.537.650.119	1.013.889.090	1.009.691.654	63.072.570
TOTAL	**3.419.032.843**	**2.658.808.241**	**2.633.387.482**	**113.672.053**

Fonte: Balanço Orçamentário – SIAFIWEB2023.

O saldo de R$ 671.973.306, apurado no Balanço Orçamentário por meio da diferença entre o inscrito, o pago e o cancelado está pendente de execução ou cancelamento a partir de 2024.

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

CATEGORIAS	INSCRITOS	PAGOS	CANCELADOS
CORRENTES	2.992.460.691	2.990.639.212	730.266
PESSOAL E ENCARGOS	2.762.537.568	2.762.537.568	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	228.923.123	228.058.800	705.623
CAPITAL	40.258.255	40.237.079	18.036
INVESTIMENTOS	40.258.255	40.237.079	18.036
TOTAL	**3.032.718.946**	**3.030.876.291**	**748.303**

Fonte: Balanço Orçamentário – SIAFIWEB2023.

O saldo de R$ 1.125.327, apurado no Balanço Orçamentário em 31 de dezembro de 2023 por meio da diferença entre o inscrito, o pago e o cancelado era o valor pendente de execução ou cancelamento a partir de 2024.

Campanha de Valores do EB
Fotomontagem - Acervo CCOMSEx
EXÉRCITO BRASILEIRO
NOVOS DESAFIOS, MESMOS VALORES
EXÉRCITO BRASILEIRO
Braço Forte - Mão Amiga

MENSAGEM DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

O Estado-Maior do Exército (EME) é o Órgão de Direção Geral do Exército Brasileiro, que possui, entre suas diversas atribuições, a responsabilidade e o dever de prestar contas à sociedade das inúmeras atividades e ações desenvolvidas ao longo do ano, bem como do judicioso emprego dos recursos destinados ao cumprimento das missões constitucionais do Exército.

Para desempenhar essa importante tarefa, o EME coordena a confecção do Relatório de Gestão do Comando do Exército (RGCE), no qual constam os dados necessários à realização de uma comunicação precisa, transparente e atenta à Diretriz e à Política de Governança do Exército, tudo com o intuito de apresentar dados à sociedade que espelhem de forma fidedigna o trabalho do Exército Brasileiro.

Todo o esforço empreendido, desde a coleta de dados até a entrega final do RGCE, é desenvolvido com a estrita observância às instruções e decisões normativas do Tribunal de Contas da União, o que confere o alinhamento necessário em todas as fases da confecção do relatório, visando sempre alcançar o objetivo principal de informar a nossa sociedade com correção, assertividade, oportunidade e transparência.

Dentre os principais temas constantes do RGCE, destacam-se a gestão de riscos e controles e a medição organizacional no nível estratégico, sendo o término do processo de confecção do RGCE 2023 e sua entrega à sociedade o resultado de um trabalho sinérgico e multidisciplinar que vai além de uma simples compilação de dados, servindo de importante instrumento de comunicação estratégica e exercício da transparência do Exército Brasileiro.

General de Exército **FERNANDO JOSÉ SANT´ANA SOARES E SILVA**
Chefe do Estado-Maior do Exército

Foto: Cb Paris/5ª DE

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
AC	Autoridade Certificadora
ACE	Alto Comando do Exército
AGG	Assessoria de Governança e Gestão
AGGC	Arsenal de Guerra General Câmara
AGGOp	Assessoria de Governança e Gestão Operacional
AGGSet	Assessoria de Governança e Gestão Setorial
AGITEC	Agência de Gestão e Inovação Tecnológica
AGR	Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro
AGRiC	Assessoria de Gestão de Riscos e Controle
AGSP	Arsenal de Guerra de São Paulo
AICMA	Ações Integrais Contra Minas Antipessoais
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
AO	Ação Orçamentária
AP	Autoridade Patrocinadora
Atv	Atividade
Av Ex	Aviação do Exército
B Fv	Batalhão Ferroviário
B Log L	Batalhão Logístico Leve
B Log L Mth	Batalhão Logístico Leve de Montanha
BaApLogEx	Batalhão de Apoio Logístico do Exército
BAvEx	Batalhão de Aviação do Exército
BC	Banco Central
BC2	Batalhão de Comando e Controle
Bda	Brigada
Bda Inf Mec	Brigada de Infantaria Mecanizada
BDGEx	Banco de Dados Geográficos do Exército
BE Cmb	Batalhão de Engenharia de Combate
BI Mth	Batalhão de Infantaria de Montanha
BI Mtz	Batalhão de Infantaria Motorizado
BID	Base Industrial de Defesa
BIL Mth	Batalhão de Infantaria Leve de Montanha
BIS	Batalhão de Infantaria de Selva
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPE	Batalhão de Polícia do Exército
BSC	Balanced Scorecard
C²	Comando e Controle
C Dout Ex	Centro de Doutrina do Exército
C Mil A	Comando Militar de Área
CAEx	Centro de Avaliação do Exército
CAM	Certificado de Alistamento Militar
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cb	Cabo
CBEM	Conferências Bilaterais de Estado-Maior
CCIEx	Centro de Controle Interno do Exército
CCOMGEx	Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército
CCOMSEx	Centro de Comunicação Social do Exército
CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
CDM	Comprovante de Despesas Médicas
CDS	Centro de Desenvolvimento de Sistemas
CEADEx	Centro de Educação à Distância do Exército
CENSIPAM	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CEP	Centro de Estudos de Pessoal
CF	Constituição Federal
CFG	Curso de Formação e Graduação
CFGS	Curso de Formação e Graduação de Sargentos
CFrm	Curso de Formação
CG	Curso de Graduação
CGCFEx	Centro de Gestão, Contabilidade e Finanças do Exército
CGEO	Centro de Geoinformação
CGOM	Comitê de Gestão de Obras Militares
CGPT	Comitê Gestor do Processo de Transformação
CGRiCEx	Comitê de Governança, Riscos e Controles do Exército
CGU	Controladoria-Geral da União
CGU-PAD	Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
Ch	Chefe
CI Eng	Centro de Instrução de Engenharia
Cia C2	Companhia de Comando e Controle
Cia E Cnst	Companhia de Engenharia de Construção
Cia Sup	Companhia de Suprimento
CIAvEx	Centro de Instrução de Aviação do Exército
CIDEx	Centro de Idiomas do Exército
CIE	Centro de Inteligência do Exército
CIG	Comitê Interministerial de Governança
CIMNC	Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcante
CIOpEsp	Centro de Instrução de Operações Especiais
CITEx	Centro Integrado de Telemática do Exército
CM	Colégios Militares
CMA	Comando Militar da Amazônia
CMAvEx	Chefia de Material de Aviação do Exército
CML	Comando Militar do Leste
CMN	Comando Militar do Norte
CMNE	Comando Militar do Nordeste
CMO	Comando Militar do Oeste
CMP	Comando Militar do Planalto
CMS	Comando Militar do Sul
CMSE	Comando Militar do Sudeste
Cmt Ex	Comandante do Exército
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Cnst	Construção
COEx	Centro de Obtenções do Exército
COLOG	Comando Logístico
Com Estrt	Comunicação Estratégica
Com Soc	Comunicação Social
ComDCiber	Comando de Defesa Cibernética
COMTEC-TI	Comitê Técnico de Tecnologia da Informação
CONDOP	Condicionantes Doutrinárias e Operacionais
CONSEF	Conselho Superior de Economia e Finanças
CONSUG-MD	Conselho Superior de Governança do Ministério da Defesa
CONSURT	Conselho Superior de Racionalização e Transformação
CONTIEx	Conselho Superior de Tecnologia da Informação do Exército
COpEsp	Comando de Operações Especiais
CORE	Combined Operations and Rotation Exercises
COTER	Comando de Operações Terrestres
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
CT	Centro de Telemática
CTA	Centro de Telemática de Área
CTEx	Centro Tecnológico do Exército
CVA	Cadeia de Valor Agregado
CVA-EB	Cadeia de Valor Agregado do Exército Brasileiro

D Sup	Depósito de Suprimento
DAAE	Defesa Antiaérea do Exército
DAEBAI	Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional
DAP	Diretoria de Assistência ao Pessoal
DAS	Direção e Assessoramento Superior (Cargo)
DCT	Departamento de Ciência e Tecnologia
DE	Divisão de Exército
DEA	Despesa de Exercícios Anteriores
DEC	Departamento de Engenharia e Construção
DECEx	Departamento de Educação e Cultura do Exército
DF	Diretoria de Fabricação
DGP	Departamento-Geral do Pessoal
DL	Deep Learning
DMD	Doutrina Militar de Defesa
DMT	Doutrina Militar Terrestre
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOC	Diretoria de Obras de Cooperação
DPGO	Diretoria de Planejamento e Gestão Orçamentária
DPHCEx	Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército
DPIMA	Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente
DQBRN	Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear
DSET	Dispositivos de Simulação de Engajamento Tático
DSG	Diretoria de Serviço Geográfico
DSMEM	Diretoria de Sistemas de Material de Emprego Militar
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
EASA	Escola de Aperfeiçoamento de Sargento das Armas
EB	Exército Brasileiro
EBGI	Estágio Básico de Gestão da Inovação
EBNet	Rede de Dados Corporativa do Exército
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EGRiC	Equipes de Gestão de Riscos e Controles
EGRiCEx	Escritório de Gestão de Riscos e Controles do Exército
EME	Estado-Maior do Exército
EMiD	Estratégia Militar de Defesa
EMT	Estratégia Militar Terrestre
ENaDCiber	Escola Nacional de Defesa Cibernética
END	Estratégia Nacional de Defesa
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPDI	Ensino, Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (Assessoria Técnica do DCT)
EPEx	Escritório de Projetos do Exército
ESA	Escola de Sargentos das Armas
EsACosAAe	Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea
EsAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
ESD	Estratégia Setorial de Defesa
EsEFEx	Escola de Educação Física do Exército
EsEqEx	Escola de Equitação do Exército
ESFCEx	Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército
EsIE	Escola de Instrução Especializada
ESisCEx	Encontro do Sistema Cultural do Exército
EsPCEx	Escola Preparatória de Cadetes do Exército
ESPIN	Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional
Esqd	Esquadrão
EsSLog	Escola de Sargentos de Logística
EV	Efetivo Variável
EVB	Exame de Valor Balístico
EVN	Equipamento de Visão Noturna
F Ex	Fundo do Exército
F Ter	Força Terrestre
FA	Forças Armadas
FDC	Forte Duque Caxias
FHE	Fundação Habitacional do Exército
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIOL	Ferrovia de Integração Oeste-Leste
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FNF	Força da Nossa Força
FNSP	Fundo Nacional de Segurança Pública
FORPRON	Força de Prontidão Operacional
FSB	Forte Santa Bárbara
FUNADOM	Funcionamento Administrativo das Organizações Militares
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
Gab Cmt Ex	Gabinete do Comandante do Exército
GAC	Grupo de Artilharia de Campanha
GAC AP	Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado
GATI	Grupo de Assessores Técnicos Interamericanos
GCALC	Grupo de Coordenação de Aquisições, Licitações e Contratos
GCCT	Gestão do Conhecimento Científico-Tecnológico
GDACE	Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos
GDPGPE	Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
GMI	Grupo de Monitores Interamericanos
Gpt E	Grupamento de Engenharia
Gpt Log	Grupamento Logístico
GT	Grupo de Trabalho
GU	Grande Unidade
HE	Hipóteses de Emprego
HGeJF	Hospital Geral de Juiz de Fora
HMAR	Hospital Militar de Área de Recife
IA	Inteligência Artificial
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICT	Instituto de Ciência e Tecnologia
IESEP	Instituições de Educação Superior, de Extensão e de Pesquisa do Exército
iGestContrat	Índice de capacidade em gestão de contratações
iGestOrcament	Índice de capacidade em gestão orçamentária
iGestPessoas	Índice de capacidade em gestão de pessoas
iGestTI	Índice de capacidade em gestão de TI
iGG	Índice integrado de governança e gestão públicas
iGovContrat	Índice de governança e gestão de contratações
iGovOrcament	Índice de governança e gestão orçamentária
iGovPessoas	Índice de governança e gestão de pessoas
iGovPub	Índice de governança pública
iGovTI	Índice de governança e gestão de TI
IMBEL	Indústria de Material Bélico do Brasil
IMC	International Mathematics Competition
IME	Instituto Militar de Engenharia
IMM	Instituto Meira Mattos
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inf Pan	Infantaria de Pantanal
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial

IOPFA	Índice de Operacionalidade das Forças Armadas
IOpFT	Índice de Operacionalidade da Força Terrestre
IPCFEx	Instituto de Pesquisa da Capacitação Física do Exército
IPP	Investimento Plurianual Prioritário
IR	Indicador de Resultado
JID	Junta Interamericana de Defesa
LAI	Lei de Acesso à Informação
LaSC	Laboratório de Segurança Cibernética
LBDN	Livro Branco da Defesa Nacional
LC	Lei Complementar
Lç Gr	Lança Granada
Libras	Língua brasileira de sinais
LOA	Lei Orçamentária Anual
Log TI	Logística de Tecnologia da Informação
MCom	Ministério das Comunicações
MD	Ministério da Defesa
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEM	Material de Emprego Militar
MG2Ex	Modelo de Governança e Gestão do Exército
MGI	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
MIADH	Missão de Instrutores e Assessores de Desminagem Humanitária
MIAIM	Manutenção da Infraestrutura de Apoio à Instrução Militar
MIDR	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Mlh Prat	Melhores práticas
Mnt	Manutenção
MPM	Ministério Público Militar
MTMGR-EB	Manual Técnico da Metodologia de Gestão de Riscos do EB
Mtr	Metralhadora
NB	Núcleo Base
NCE	Necessidade de Conhecimentos Específicos
ND	Natureza da Despesa
NFBR	Nova Família de Blindados sobre Rodas
NGE	Necessidades Gerais do Exército
NOC	Network Operations Center
NPOR	Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva
O Ap	Órgãos de Apoio
O Lig Dout Ext	Oficial de Ligação de Doutrina Externa
OADI	Órgão de Assistência Direta e Imediata ao Comandante do Exército
OCOP	Obtenção da Capacidade Operacional Plena
OCS	Organizações Civis de Saúde
ODG	Órgão de Direção Geral
ODLA	Oficial de Doutrina e Lições Aprendidas
ODOp	Órgão de Direção Operacional
ODS	Órgão de Direção Setorial
OEE	Objetivo Estratégico do Exército
OM	Organização Militar
OMDS	Organizações Militares Diretamente Subordinadas
OMS	Organizações Militares de Saúde
OND	Objetivos Nacionais de Defesa
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
Op	Operação
OSD	Objetivos Setoriais de Defesa
OSP	Órgãos de Segurança Pública
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PAAR	Programa de Atletas de Alto Rendimento
PAASSEx	Planejamento Anual das Atividades do Sistema de Saúde do Exército
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PAFaM	Programa de Apoio à Família Militar
PAINT	Plano Anual de Auditoria Interna
PAS	Programa Ambiente Seguro
PASA	Programa de Auditoria em Segurança dos Alimentos
PASEx	Plano de Assistência Social do Exército
PBC	Planejamento Baseado em Capacidades
PBC	Plano Básico de Construção
PCE	Produto Controlado do Exército
PCE-EECN	Plano de Cursos e Estágios em Estabelecimentos de Ensino Civis Nacionais
PDCDN	Programa da Defesa Cibernética na Defesa Nacional
PDDMT	Plano de Desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre
PDRAEng	Planos de Descentralização de Recursos para as Atividades de Engenharia
PDSEB	Política de Desenvolvimento Sustentável do Exército Brasileiro
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PEECFA	Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas
PEEDCiber	Programa Estratégico do Exército Defesa Cibernética
PEEx	Plano Estratégico do Exército
PEF	Pelotões Especiais de Fronteira
PESD	Planejamento Estratégico Setorial de Defesa
PF	Polícia Federal
PGA	Plano de Gestão Ambiental
PGR-EB	Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro
PGRS	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
PI	Propriedade Intelectual
PIA	Programa Irmãos de Armas
PIM	Programa de Instrução Militar
PIPEx	Programa de Inativos e Pensionistas do Exército
PJ	Pessoa Jurídica
PJP	Projeto João do Pulo
Pjt	Projeto
Pjt EE	Projeto Estratégico do Exército
Pjt EE SAD	Projeto Estratégico do Exército de Sensoriamento e Apoio à Decisão
PLN	Processamento de Linguagem Natural
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMiD	Política Militar de Defesa
PMT	Política Militar Terrestre
PND	Política Nacional de Defesa
PNR	Próprio Nacional Residencial
PPA	Plano Plurianual
Pq R Mnt	Parque Regional de Manutenção
PRF	Polícia Rodoviária Federal
Prg EE	Programa Estratégico do Exército
Prg EE Amazônia	Protegida Programa Estratégico do Exército Amazônia Protegida
Prg EE ASTROS	Programa Estratégico do Exército ASTROS
Prg EE Av Ex	Programa Estratégico do Exército Aviação do Exército
Prg EE DAAE	Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea
Prg EE Def Ciber	Programa Estratégico do Exército Defesa Cibernética
Prg EE F Bld	Programa Estratégico do Exército Forças Blindadas
Prg EE LUCERNA	Programa Estratégico do Exército LUCERNA
Prg EE OCOP	Programa Estratégico do Exército Obtenção da Capacidade Operacional Plena

Sigla	Significado
Prg EE SISFRON	Programa Estratégico do Exército Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
Prg EE SISOMT	Programa Estratégico do Exército Modernização do Sistema Operacional Militar Terrestre
Prg EE SLMT	Programa Estratégico do Exército Sistema Logístico Militar Terrestre
Prg S FNF	Programa Setorial Força da Nossa Força
Prg S PENSE	Programa Estratégico do Exército Sistema de Engenharia
PRisC	Proprietários de Riscos e Controles
PRODE	Produtos de Defesa
PROFESP	Programa Forças no Esporte
PSA	Prestadores de Serviço Autônomos
PSD	Política Setorial de Defesa
PTTC	Prestador de Tarefa por Tempo Certo
PVV	Programa de Valorização da Vida
QAA	Quadro de Acesso por Antiguidade
QAM	Quadro de Acesso por Merecimento
QGEx	Quartel General do Exército
QSD	Quadro de Situação da Doutrina
RAINT	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RCC	Regimento de Carros de Combate
RCOD	Reunião de Coordenação Doutrinária
RDE	Regulamento Disciplinar do Exército
RESISCOMSEx	Rede do Sistema de Comunicação Social do Exército
RGCE	Relatório de Gestão do Comando do Exército
RI	Relações Institucionais
RI	Resultado Intermediário
RM	Região Militar
RRIM	Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar
S Sect	Subsecretário
SAC	Secretaria de Aviação Civil
SAC	Sistema de Artilharia de Campanha
SAD	Sensoriamento e Apoio à Decisão
SADLA	Sistemática de Acompanhamento Doutrinário e Lições Aprendidas
SARP	Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas
SC^{2}Ex	Sistema de Comando e Controle do Exército
SC^{2}FTer	Sistema de Comando e Controle da Força Terrestre
SCh	Subchefe, Subchefia
SCMB	Sistema Colégio Militar do Brasil
SCmt	Subcomandante
SCTIEx	Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Exército
Sd	Soldado
SECEx	Sistema de Educação e Cultura do Exército
SEC^{2}Ex	Sistema Estratégico de Comando e Controle do Exército
SECOM	Secretaria de Comunicação Social
SEF	Secretaria de Economia e Finanças
SENAB	Seminário Nacional sobre a Participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial
SESAI	Secretaria de Saúde Indígena
SGD	Sistema de Gestão do Desempenho
SGEx	Secretaria-Geral do Exército
SG2Ex	Sistema de Governança e Gestão do Exército
SGPR	Secretaria-Geral da Presidência da República
Sgt	Sargento
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIC	Sistema de Informações de Custos do Governo Federal
SIC-EB	Serviço de Informações ao Cidadão do Exército
SiCaPEx	Sistema de Cadastramento do Pessoal do Exército
SIDOMT	Sistema de Doutrina Militar Terrestre
SIEx	Sistema de Inteligência do Exército
SIGAEB	Sistema de Gestão Ambiental do Exército
SIGELOG	Sistema Integrado de Gestão Logística
SIGPIMA	Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente
SIMACEM	Simulador de Adestramento de Comando e Estado-Maior
SIMAF	Simulador de Apoio de Fogo
SIMATEx	Sistema de Material do Exército
SIMEB	Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro
SINFOTER	Sistema de Informações Operacionais Terrestres
SIPEC	Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
SIPLEx	Sistema de Planejamento Estratégico do Exército Brasileiro
SIS-ASTROS	Sistema Integrado de Simulação ASTROS
SISCAPED	Sistema de Cadastramento de Produtos e Empresas de Defesa
SisCEx	Sistema Cultural do Exército
SisCIEx	Sistema de Controle Interno do Comando do Exército
SISCOFIS	Sistema de Controle Físico
SisCoGeP	Sistema Corporativo de Gestão do Pessoal do Exército
SISCOMSEx	Sistema de Comunicação Social do Exército
SISCUSTOS	Sistema Gerencial de Custos do Exército Brasileiro
SISDAC	Sistema Digitalizado de Artilharia de Campanha
SISEMP	Sistema de Emprego
SisFab	Sistema de Fabricação do Exército Brasileiro
SISFRON	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
SisGCorp	Sistema de Gestão Corporativo
SISOMT	Sistema Operacional Militar Terrestre
SISPREPARO	Sistema de Preparo da Força Terrestre
SISPRON	Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre
SisTEx	Sistema de Telemática do Exército
SLMT	Sistema Logístico Militar Terrestre
SMDC	Sistema Militar de Defesa Cibernética
SMEM	Sistema de Material de Emprego Militar
SOC	Security Operations Center
SOM	Sistema de Obras Militares
SPSMFA	Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SSEB	Sistema de Simulação do Exército Brasileiro
SSEx	Sistema de Saúde do Exército
SSL	Small Size League
ST	Subtenente
STREV	Sistema Transportável de Rastreio de Engenhos em Voo
Sv	Serviço
SVTRP	Sistema de Veículos Terrestres Remotamente Pilotados
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termo de Execução Descentralizada
TG	Tiro de Guerra
TI	Tecnologia da Informação
TI	Terra Indígena
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TNP	Trabalho de Natureza Profissional
T&A	Teste e Avaliação
UETE	Unidades Escolares Tecnológicas do Exército
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

UGE	Unidade Gestora Executora
UPC	Unidade Prestadora de Contas
VBC	Viatura Blindada de Combate
VBC OAP	Viatura Blindada de Combate Obuseiro Autopropulsada
VBE Amb	Viatura Blindada Especial Ambulância
VBE-PC	Viatura Blindada Especial – Posto de Comando
VBMT-LSR	Viatura Blindada Multitarefa Leve Sobre Rodas
VBR-MSR	Viatura Blindada de Reconhecimento Média Sobre Rodas
VBTE Amb-MSR	Viatura Blindada de Transporte Especializado Ambulância Média Sobre Rodas
VBTP	Viatura Blindada de Transporte de Pessoal
VBTP-MSR	Viatura Blindada de Transporte de Pessoal Média Sobre Rodas
VOT	Visita de Orientação Técnica
VPA	Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD	Variações Patrimoniais Diminutivas
VPN	Virtual Private Network
Vtr	Viatura
Vtr Esp Eng	Viatura Especializada de Engenharia
ZIDA	Zona de Identificação de Defesa Aérea

LISTA DE TABELAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE FIGURAS

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 jan. 2024.

______. **Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999.** Regulamenta a Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre o ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3182.htm. Acesso em: 12 fev. 2024.

______. **Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002**. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2002]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4346.htm. Acesso em: 4 jan. 2024.

______. **Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das Funções Gratificadas do Comando do Exército do Ministério da Defesa, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5751.htm. Acesso em: 9 jan. 2024.

______. **Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018**. Altera o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/661763813/decreto-9656-18. Acesso em: 16 jan. 2024.

______. **Decreto nº 11.319, de 29 de dezembro de 2022.** Distribui o efetivo de Oficiais e Praças do Exército em tempo de paz para 2023. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D11319.htm. Acesso em: 9. jan. 2024.

______. **Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972**. Dispõe sobre o Conselho de Disciplina e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1972]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D71500.htm. Acesso em: 5 jan. 2024.

______. **Lei n° 3.765, 4 de maio de 1960.** Dispõe sobre as Pensões Militares. Brasília, DF: Presidência da República, [1960]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3765.htm. Acesso em: 9 jan. 2024.

______. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. DF: Presidência da República, [1964]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 18 jan. 2024.

______. **Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972**. Dispõe sobre o Conselho de Justificação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1972]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l5836.htm. Acesso em: 17 jan. 2024.

______. **Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980**. Dispõe sobre o estatuto dos militares. Brasília, DF: Presidência da República, [1980]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6880.htm. Acesso em: 16 jan. 2024.

______. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1981]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 22 jan. 2024.

______. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 12 jan. 2024.

______. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 fev. 2024.

______. **Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999.** Dispõe sobre o ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências. DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9786.htm. Acesso em: 12 fev. 2024.

______. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 23 jan. 2024.

______. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). (Redação dada pela Lei nº 13.853, 2019) Vigência. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 23 jan. 2024.

______. **Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019**. Altera a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, a Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, e o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para reestruturar a carreira militar e dispor sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares; revoga dispositivos e anexos da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13954.htm. Acesso em: 22 jan. 2024.

______. Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13971.htm. Acesso em: 2 jan. 2024.

______. Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14535.htm. Acesso em: 2 jan. 2024.

______. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília, DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm. Acesso em: 22 jan. 2024.

______. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 19 jan. 2024.

______. **Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004**. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias. Brasília, DF: Presidência da República, [2004]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp117.htm. Acesso em: 22 jan. 2024.

______. **Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010**. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que "dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas", para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp136.htm. Acesso em: 19 jan. 2024.

______. **Medida Provisória n° 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.** Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nos 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2215-10.htm. Acesso em: 7 fev. 2024.

______. Estado-Maior do Exército. Escritório de Projetos do Exército. **Portfólio Estratégico do Exército.** Disponível em: http://www.epex.eb.mil.br/index.php/texto-explicativo. Acesso em:31 jan. 2024.

______. Exército. **Diretriz do Comandante do Exército:** 2023 – 2026. Disponível em: https://www.eb.mil.br/web/central-de-conteudos/central-de-conteudos. Acesso em: 8 jan. 2024.

______. Exército. **Diretriz especial de economia e finanças do Comandante do Exército:** 2023/2024. Disponível em: http://www.sef.eb.mil.br/galeria-de-imagens/551-diretriz-especial-2.html. Acesso em: 26 jan. 2024.

______. Exército. **Estrutura organizacional do Exército**. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/organograma/organograma_exercito.php. Acesso em: 11 jan. 2024.

______. Exército. Portaria C Ex nº 987, de 18 de setembro de 2020. Institui a Política de Governança do Exército Brasileiro (EB10-P-01.007). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 39, set. 2020. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 6 fev. 2024.

______. Exército. Portaria C Ex nº 1.545, de 30 de junho de 2021. Aprova a Política de Tecnologia da Informação e Comunicações do Exército (EB10-P-01.000). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 27, jul. 2021. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 9 fev. 2024.

______. Exército. Portaria C Ex nº 1.676, de 25 de janeiro de 2022. Aprova as Instruções Gerais para o Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) (EB10-IG-01.005), 6ª Edição, 2022. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 4, jan. 2022. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 7 fev. 2024.

______. Exército. Portaria C Ex nº 1.743, de 19 de maio de 2022. Aprova as Normas Aplicadas à Gestão de Custos no Âmbito do Comando do Exército (EB10-N-08.007), 1ª Edição, 2022. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 21, maio 2022. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em:7 fev. 2024.

______. Exército. Portaria C Ex nº 1.746, de 19 de maio de 2022. Aprova as Normas para o Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores no Âmbito do Comando do Exército (EB10-N-08.002), 1ª Edição, 2022. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 21, maio 2022. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 7 fev. 2024.

______. Exército. Portaria C Ex nº 1.845, de 29 de setembro de 2022. Aprova as Normas para a Apuração de Irregularidades Administrativas no âmbito do Comando do Exército (EB10-N-13.007), 2ª Edição, 2022, e dá outras providências. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 40, out. 2022. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 7 fev. 2024.

______. Exército. Portaria DEC/C Ex nº 075, de 25 de setembro de 2023. Aprova a Diretriz do Programa de Conformidade Ambiental do Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro (EB50-D-04-001), 2ª Edição, 2023. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 40, out. 2023. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 7 fev. 2024.

______. Exército. Portaria EME/C Ex nº 453, de 19 de julho de 2021. Aprova as Normas para Criação e Gerenciamento das Mídias Sociais no âmbito do Exército Brasileiro. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 30, jul. 2021. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 7 fev. 2024.

______. Exército. Portaria EME/C Ex nº 505, de 9 de setembro 2021. Aprova a Política de Desenvolvimento Sustentável do Exército Brasileiro (PDSEB) (EB20-P-05.001). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 37, set. 2021. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 1 fev. 2024.

______. Exército. Portaria EME/C Ex nº 621, de 16 de dezembro de 2021. Aprova a metodologia do Sistema de Planejamento do Exército (EB20-N-03.002). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 52, dez. 2021. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 31 jan. 2024.

______. Exército. Portaria EME/C Ex nº 710, de 25 de abril de 2022. Organiza o Portfólio Estratégico do Exército e dá outras providências. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 17, abril 2022. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 7 fev. 2024.

______. Exército. Portaria EME/C Ex nº 979, de 6 de março de 2023. Aprova as condições de acompanhamento dos Objetivos Estratégicos do Exército, conforme determina o art. 2º da Portaria – C Ex nº 1.942, de 14 de fevereiro de 2023, que altera a Portaria nº 1.986 – Cmt Ex, de 10 de dezembro de 2019. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 10, mar. 2023. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 15 fev. 2024.

______. Exército. Portaria nº 001-DEC, de 26 de setembro de 2011. Aprova as Instruções Reguladoras para o Sistema de Gestão Ambiental no Âmbito do Exército (IR 50 - 20). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 41, out. 2011. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 1 fev. 2024.

______. Exército. Portaria nº 004-Cmt Ex, de 3 de janeiro de 2019. Aprova a Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro (EB10-P-01.004), 2ª Edição, 2018. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 3, jan. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 2 fev. 2024.

______. Exército. Portaria nº 136–DEC, de 31 de julho de 2020. Aprova as Normas Relativas a Animais Silvestres nas Organizações Militares do Exército Brasileiro. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 33, ago. 2020. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 2 fev. 2024.

______. Exército. Portaria nº 147-COTER, de 3 de dezembro de 2018. Aprova o Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB), Edição 2019 e dá outras providências. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 50, dez. 2018. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 2 fev. 2024.

______. Exército. Portaria nº 154-EME, de 15 de junho de 2015. Aprova a Cadeia de Valor Agregado do Exército Brasileiro. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 29, jul. 2015. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 5 fev. 2024.

______. Exército. Portaria nº 225-EME, de 26 de julho de 2019. Aprova a Diretriz Reguladora da Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro (EB20-D-02.010), 1ª Edição, 2019. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 32, ago. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 5 fev. 2024.

______. Exército. Portaria nº 292-EME, de 2 de outubro de 2019. Aprova o Manual Técnico da Metodologia de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro (EB20-MT-02.001), 1ª Edição, 2019. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 41, out. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 5 fev. 2024.

______. Exército. Portaria nº 571, de 6 de novembro de 2001. Aprova a Diretriz Estratégica de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 46, nov. 2001. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 14 fev. 2024.

______. Exército. Portaria nº 737, de 28 de julho de 2020. Aprova a Diretriz para ações voltadas ao meio ambiente no âmbito do Exército Brasileiro (EB10-D-04.001). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 31, jul. 2020. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 12 fev. 2024.

______. Exército. Portaria nº 856, de 12 de junho de 2019. Aprova a Política de Informação do Exército (EB10-P-01.006) e dá outras providências. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 25, jun. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 12 fev. 2024.

______. Exército. Portaria nº 914, de 24 de junho de 2019. Aprova o Regulamento do Comando de Operações Terrestres (EB 10-R-06.001), 6ª Edição, 2019 e dá outras providências. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 5, jun. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 12 fev. 2024.

______. Exército. Portaria nº 1.138, de 22 de novembro de 2010. Aprova a Política de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 47, nov. 2010. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 9 fev. 2024.

______. Exército. Portaria nº 1.963, de 3 de dezembro de 2019. Aprova a Diretriz Geral para a Execução das Relações Institucionais no âmbito do Exército. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 49, dez. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 2 fev. 2024.

______. Exército. Portaria nº 1.968, de 3 de dezembro de 2019. Aprova o Plano Estratégico do Exército 2020-2023, integrante do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 51, dez. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 2 fev. 2024.

______. Exército. Portaria nº 1.986, de 10 de dezembro de 2019. Aprova a Política Militar Terrestre 2019, integrante do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 51, dez. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 2 fev. 2024.

______. Exército. **Transparência e prestação de contas.** Disponível em: https://www.eb.mil.br/web/ouvidoria/transparencia-e-prestacao-de-contas. Acesso em: 19 jan. 2024.

______. Exército. Centro de Controle Interno do Exército. **Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT).** Disponível em: http://www.cciex.eb.mil.br/index.php/en/auditorias. Acesso em: 27 jan. 2024.

______. Exército. Centro de Controle Interno do Exército. **Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT).** Disponível em: http://www.cciex.eb.mil.br/index.php/en/auditorias. Acesso em: 28 jan. 2023.

______. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Preparo da Força Terrestre.** Disponível em: https://portaldopreparo.eb.mil.br/npp/. Acesso em: 31 jan. 2024.

______. Ministério da Defesa. **Portaria GM-MD nº 5.332, de 22 de dezembro de 2021.** Aprova o Método de Planejamento Estratégico Setorial de Defesa. Brasília, DF: Ministério da Defesa, [2021]. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/asplan/PortariaMetododoPESDVersaoFinal28.12.21.pdf. Acesso em: 8 jan. 2024.

______. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa nº 25/GM-MD, de 16 de abril de 2019.** Aprova a Política Setorial de Defesa 2020-2031 e o Mapa Estratégico do Setor de Defesa. Brasília, DF: Ministério da Defesa, [2019]. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/asplan/PortariaNormativan25de16adeabrilde2019AprovaaPoliticaSetorialdeDefesaeoMapaEstrategicodoSetordeDefesa.pdf. Acesso: 10 jan. 2024.

______. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa nº 26/GM-MD, de 16 de abril de 2019.** Aprova a Estratégia Setorial de Defesa 2020-2031. Brasília, DF: Ministério da Defesa, [2019]. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/asplan/PortariaNormativan26de16deabrilde2019AprovaaEstrategiaSetorialdeDefesa.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

______. Ministério da Defesa. Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais. **Portaria Normativa nº 113/SPEAI/MD, de 1º de fevereiro de 2007.** Dispõe sobre a Doutrina Militar de Defesa – MD51-M-04. Brasília, DF: Ministério da Defesa, [2007]. Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/135/1/MD51_M04.pdf.

______. Tribunal de Contas da União. **Decisão Normativa nº 198, de 23 de março de 2022**. Estabelece normas complementares para a prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, nos termos do inciso I do art. 2º; § 1º do art. 5º; inciso 3º e § 3º do art. 8º; § 3º do art. 9º; e art. 14 da Instrução Normativa-TCU nº 84, de 22 de abril de 2020. Brasília, DF: Tribunal de Contas da União, [2023]. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/prestacao-de-contas/. Acesso em: 4 jan. 2024.

______. Tribunal de Contas da União. **Instrução Normativa nº 84, de 22 de abril de 2020**. Estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei 8.443, de 1992, e revoga as Instruções Normativas TCU 63 e 72, de 1º de setembro de 2010 e de 15 de maio de 2013, respectivamente. Brasília, DF: Tribunal de Contas da União, [2020]. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/prestacao-de-contas/. Acesso em: 4 jan. 2024.

EDITORIAL

COORDENAÇÃO

Assessoria de Governança e Gestão - AGG/EME

REVISÃO E EDITORAÇÃO

Estado-Maior do Exército - EME
Gabinete do Comandante do Exército - Gab Cmt Ex
Comando de Operações Terrestres - COTER
Comando Logístico - COLOG
Departamento de Engenharia e Construção - DEC
Secretaria de Economia e Finanças - SEF
Departamento-Geral do Pessoal - DGP
Departamento de Ciência e Tecnologia - DCT
Departamento de Educação e Cultura do Exército - DECEx
Centro de Controle Interno do Exército - CCIEx
Centro de Inteligência do Exército - CIE
Centro de Comunicação Social do Exército - CCOMSEx
Secretaria-Geral do Exército - SGEx

DIAGRAMAÇÃO

Centro de Comunicação Social do Exército - CCOMSEx

IMPRESSÃO

Gráfica do Exército

STATUS
LOCAL
NÍVEL DA MISSÃO
EFICIÊNCIA